

Pedro F. Catarino Luís

A Academia dos Humildes e Ignorantes (1758 – 1770): as letras e as
luzes para o homem comum.



Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
2009

Autor: Pedro F. Catarino Luís.

Título: A Academia dos Humildes e Ignorantes (1758 – 1770): as letras e as *luzes* para o homem comum.

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

Dissertação de Mestrado em História Moderna: Poderes, Ideias e Instituições, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Isabel Ferreira da Mota.

ÍNDICE

1. Introdução	5
2. Academias imaginárias e sociabilidade intelectual ficcionada na literatura setecentista	7
3. A Academia dos Humildes e Ignorantes	16
3.1. As conferências da academia: temas e fontes	20
3.2. Do aplauso à crítica: a opinião pública e o bem comum	55
3.3. Do anonimato para a luz: Frei Joaquim de Santa Rita	61
3.4. Impressão e Publicação: o negócio de um sucesso literário	70
4. Considerações finais	79
5. Fontes e Bibliografia	84
Anexos	92

Abreviaturas Utilizadas

AHI – Academia dos Humildes e Ignorantes

ANTT – Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

BGUC – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

Nota sobre metodologia utilizada em transcrições: normalizou-se a escrita para a linguagem contemporânea, mantendo-se nalguns casos os nomes ou títulos conforme o original.

Todas as citações, transcrições ou referências à obra *Academida dos Humildes e Ignorantes* de Joaquim de Santa Rita, seguem a terminologia [AHI, T_, C_, p._]: AHI – Academia dos Humildes e Ignorantes; T – N° do Tomo, C – N° da Conferência; p. – página. Para uma relação entre o ano exacto de publicação de cada conferência ou transcrição consultar tabela em anexo relativa às datas de impressão da obra.

1. Introdução

“IGNORANTE. Falto de ciência. Que não tem letras.”¹

O universo literário do século XVIII deixou-nos relíquias e tesouros do imaginário humano, que impressos pelo vapor tipográfico do século, alimentando ávidos comerciantes de livros indiferentes aos valores contidos nas mercadorias que vendiam, permitem-nos hoje olhar para um magnífico espaço de ideias representativas de uma sociedade que escreveu o prefácio dos tempos modernos. É algures nesse espaço de ideias que a presente dissertação encontrou as suas musas, pretendendo aqui inaugurar dois temas no campo da História das Ideias e da Cultura. Por um lado mostrar um campo da literatura portuguesa setecentista que transportou a sociabilidade intelectual da época para a ficção. Por outro, trazer à luz os resultados de um processo de investigação que teve como objecto de estudo um dos expoentes máximos dessa ficção literária, a Academia dos Humildes e Ignorantes.

Seria impossível desassociar estes temas a duas matérias amplamente estudadas no campo historiográfico, o movimento filosófico das *luzes* ou Iluminismo, e a República das Letras, sobretudo porque o que irá aqui ser tratado apresenta-se como uma materialização prática desse ideário filosófico. Enquadrado também na temática da História do livro, das impressões e do negócio livreiro, da crítica e da opinião pública, e da História das academias literárias e científicas que começaram a surgir por toda Europa desde a segunda metade do século XVI.

Para aqueles que colocam o movimento das *luzes* em Portugal como um produto de “estrangeirados”, para aqueles que o criticam por ter sido um reservado movimento de elites, para aqueles que o catalogam depreciando-o e também para os que se preocupam em ter um iluminismo português, propõe-se aqui uma expressão de um de iluminismo popular, assente na obra de um homem que decidiu criar uma academia fictícia, recorrendo ao engenho literário. Numa época em que as academias estavam em voga, renascendo em nome da História ou da Literatura, são inúmeros os nomes das novas academias de eruditos do século XVIII. Mas todas elas com uma particularidade, as suas portas apenas se abriram para uma estrita elite social de uma sociedade de classes, que mergulhada num certo elitismo intelectual traiu um dos objectivos da filosofia do esclarecimento, o de levar as *luzes* da razão a todos. É nessa particularidade que a Academia dos Humildes e Ignorantes se distingue de todas as outras, pois era dedicada a um público muito especial, a uma outra classe, mais inferior, mas muito maior. Para os humildes e ignorantes, para os pobres e iletrados, para os trabalhadores,

¹ BLUTEAU, Raphael, *Vocabulário Portuguez e Latino...*, Tomo IV, 1713, p. 43.

abrem-se as portas do saber ao homem comum. Frei Joaquim de Santa Rita fundou assim a sua academia para o povo.

Uma obra literária setecentista com o objectivo de compendiar o conhecimento, e oferecer uma história universal, inserida num movimento literário bastante comum na época, inspirado pelos enciclopedistas, num exercício de divulgação de conhecimentos e sobretudo da nova Filosofia Natural, onde livros e periódicos transformaram-se em canais de transmissão e sobretudo de vulgarização de ideias. Ideias tocadas pelos ideais dos homens das *luzes*, que ao mesmo tempo alimentaram um negócio bastante lucrativo.

O objectivo central deste trabalho será assim o de revelar uma Academia dos Humildes e Ignorantes, enquanto obra literária portuguesa polémica do século XVIII. Procurando sobretudo trazer novas luzes sobre os seus conteúdos, e sobre o seu ignorado mas erudito e informado autor. Neste sentido a obra será analisada como uma materialização do espírito das *luzes*, enquanto compêndio do saber oferecido invulgarmente ao homem comum. Esta obra, através da representação sociológica de uma academia imaginária, com o objectivo enciclopédico de deter nas suas páginas os mais diversos temas, foi alvo de críticas, discussão pública, polémicas, intrigas, e interesses económicos. O que ampliou este estudo para uma perspetivação da obra enquanto produto de um mercado livreiro em forte desenvolvimento, através da análise de dados relativos à sua publicação, impressão e comercialização, que adiantando algumas conclusões parece ter sido um sucesso literário, não só pelas suas inúmeras reedições, como também pelo número de colecções que sobreviveram até hoje.

2. Academias imaginárias e sociabilidade intelectual ficcionada na literatura setecentista

“Academia’ é nome, que geralmente se dá ao lugar, em que florescem as ciências, ou artes, e a todo o ajuntamento de homens doutos, que especulam, ensinam, e adiantam as mesmas artes ou ciências. Os Gregos foram os primeiros inventores delas, e causa de que os Romanos, que foram seus discípulos, fundassem depois muitas, a que também na Europa chamaram Universidades, deixando o nome Academia como próprio só para as Juntas dos homens doutos, que não ensinam discípulos, e só cuidam no adiantamento das ciências, artes, ou verdade das histórias com os estudos, e escritos.”¹

O charme literário e científico do século XVIII ficou registado nas memórias do tempo pelas inúmeras obras e escritos, frutos de um génio criador, do homem das letras inspirado pelas *luzes*. Desde os finais do século XVII começam a proliferar diversas academias de intelectuais e diletantes, das artes e das letras, e mais tarde da ciência. A estas academias podemos ver sempre associado o nome de ilustres eruditos, personagens carismáticas, reunidas por uma paixão comum: o amor ao conhecimento, às letras e às artes. Unidos pela curiosidade, pela vontade de resolver os mistérios da vida e do mundo, do universo e da humanidade, mistérios esses que desde os princípios dos tempos assombram a mente do homem. Inspiradas pela *Academia* de Platão, onde um membro poderia seguir qualquer caminho do conhecimento não lhe sendo imposto nenhum programa fixo de aprendizagem, vemos nascer agora grupos de intelectuais, que juntos por essa vontade de partilha de ideias e de discussão de temas, como que se de nada servisse a erudição não havendo com quem a partilhar, deram origem a um interessante fenómeno de sociabilidade intelectual, que assumiu diversos contornos e grandezas. Tertúlias, salões de leitura, botequins, livrarias, bibliotecas, universidades, academias, ou lojas maçónicas, todos jardins do conhecimento, mais ou menos institucionalizados, mais ou menos discretos, mais ou menos privados, tiveram em comum serem um espaço dimensional de relacionamento de indivíduos e de consubstanciação de ideias que firmaram uma crescente crença ideológica da primazia da razão. Esta proliferação de espaços de interacção intelectual, trouxe uma nova consciencialização científica e o desabrochar de uma nova filosofia natural, a constante e inquieta curiosidade humana por desvendar o universo, por via de um racionalismo inerente ou de uma mera paixão pela arte, a elevação do conhecimento a uma nova divindade, uma luz exaltada para fulminar as trevas

¹ [AHI, T7, C16, p. 191].

que mergulharam o mundo num negro lago de mitos e medos, criaram um novo campo de ideias durante o século das *luzes*.

Surge assim representada em diversas obras, uma sociabilidade intelectual da época, imaginada e recriada pelo artífice literário, colocando as novas correntes de um pensamento iluminado no papel de personagens intelectuais interagindo em espaços sociais. Estas obras unem-se curiosamente por um sentido prático das *luzes* através de uma tentativa sempre presente de compilação do conhecimento, com a aspiração de contribuir para a compreensão do mundo, da vida e do universo, elevando a História e a Filosofia Natural a um novo patamar. É através da representação cénica de diálogos entre eruditos, palestras, conferências ou aulas que podemos observar um conjunto de obras de autores portugueses a dar vida às letras e às luzes. Desde a *Academia dos Humildes e Ignorantes*¹ de Joaquim de Santa Rita, tema central deste estudo, aos *Estrangeiros no Lima*² de Manuel Gomes de Lima Bezerra de 1785 e 1791, à *Academia Singular e Universal* do Frei José de Jesus Maria de 1737, passando pela *Palestra Admirável*³ de José Ângelo de Morais, que iniciou a sua publicação em 1759, ou a sublime *Recreação Filosófica*⁴ do erudito Padre Teodoro de Almeida, cujo primeiro tomo foi publicado em 1751. Estas obras unem-se também por encarnarem um espírito de partilha de ideias e de “democratização” do conhecimento, pretendendo fazer chegar a sua obra a todos, forma também de educação do povo, combate à ociosidade e em última instância desenvolvimento da nação. Em conjunto representam um movimento de vulgarização do saber, através de uma divulgação sistemática de todo o tipo de assuntos.

¹ Títulos completos: “*Academia dos humildes, e ignorantes: dialogo entre hum theologo, hum philosopho, um ermitão, e hum soldado, no sitio de Nossa Senhora da Consolação: obra utilissima para todas as pessoas ecclesiasticas e seculares que não tem livrarias suas, nem tempo para se aproveitar das públicas....*”, Tomos I a VI, Lisboa de 1760 a 1762; “*Academia dos humildes, e ignorantes: no sitio de Nossa Senhora da Consolação sua protectora, dialogo entre hum theologo, hum letrado, um filosofo, hum ermitão, hum estudante, e hum soldado...*”, Tomos VII e VIII, Lisboa, 1765 e 1770.

² BEZERRA, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros no Lima: ou conversações eruditas sobre varios pontos de Historia Ecclesiastica, Civil, Litteraria, Natural, Genealógica, Antiguidades, Geographia, Agricultura, Commercio Artes, e Sciencias...* Real Oficina da Universidade, Coimbra, Tomo I 1785 e Tomo II 1791.

³ MORAIS, José Ângelo de, (pseud. *Jozé Maregelo de Osan*), *Palestra Admirável, Conversação Proveitosa, E noticia universal do Mundo. Distribuída por números e semanas. Para emprego da ociosidade, desterro da melancolia, e lição para recrear, e instruir a todo o estado de pessoas*, impresso na Oficina de Francisco Borges de Sousa, nº I ao nº XII, Lisboa, 1759; nº XIV ao nº XVIII, Lisboa, 1760.

⁴ ALMEIDA, Teodoro de, *Recreação Filozofica, ou dialogo sobre a Filozofia Natural, para instrução de pessoas curiosas, que não frequentaram as aulas*, 10 Tomos, Lisboa, [1751- 1752; 1757; 1761-1762; 1785; 1792-1793; 1800].

A *Palestra Admirável, Conversação Proveitosa, e Notícia Universal do Mundo*, propõe ser uma obra para emprego da ociosidade, desterro da melancolia, e lição para recrear e instruir todo o estado de pessoas. Impressa em folhetos de 8 páginas, sai o primeiro número impresso em 1759, um ano após o lançamento da AHI e na mesma oficina de Francisco Borges de Sousa. Os seus folhetos eram todos paginados de 1 a 8, sem uma paginação contínua que seria o normal neste tipo de obras para se compilarem os diversos folhetos em tomos. Teve uma vida curta, terminando a sua impressão no número 18 em 1760. Apesar de o título da obra apresentar alguns objectivos universalistas como os acima mencionados, o seu conteúdo fica muito aquém do proposto. As palestras vão ganhando voz de uma personagem de nome *Camilo*, que era um homem nobre de sangue, erudito, perito no estudo das letras e possuidor de uma abastada fortuna. Um nobre que gostava mais da vida ociosa e descansada do que empregar o seu tempo em algo de útil, passando os seus dias em jogos, banquetes, bailes e outros divertimentos. “*Mas como era inclinado aos livros, não se esquecia totalmente da sua lição*”¹ até que um certo dia ao ler um livro descobriu que a ociosidade era algo de demoníaco, e inspirado por um certo homem, decidiu largar a Corte e ir passar o resto da sua vida num retiro humilde, na Vila de Serpa no Alentejo. Foi assim que nos seus passeios pelo rio Guadiana começou a passar as tardes com quem com ele quisesse aprender e partilhar conhecimentos. Estas tardes transformam-se em palestras que se vão assim desdobrando na voz deste *Camilo* e dos seus ouvintes, onde o tema dominante é a cidade e império de Roma, apresentando Ovídio, Homero e Virgílio como as suas principais fontes. Não obstante o limitado conteúdo e curta existência destas palestras admiráveis, a crítica à ociosidade e aos vícios da nobreza está bem presente.

O autor José Ângelo de Morais² escreveu também outras duas obras, igualmente impressos em folhetos de 8, de carácter semelhante, mas sem essa componente de

¹ MORAIS, José Ângelo de, *Palestra Admirável, Conversação Proveitosa, E noticia universal do Mundo (...)*, Lisboa, 1759, Nº1, Semana 1, p.2.

² Assinava as suas obras com o pseudónimo *Jozé Maregelo de Osan*, anagrama do seu nome verdadeiro, ANDRADE, Adriano da Guerra, *Dicionário de Pseudónimos e Iniciais de Escritores Portugueses*, Coleção BN, 1999, p. 154. Além das obras mencionadas foi também autor de: *Despertador de Marte, instruções militares aos portugueses, Lisboa 1760; Semanas proveitosas ao vivente racional, ou modos para curar a alma enferma, e adquirir sciencia dos segredos da natureza repartido em trinta semanas, Lisboa 1760* (que segundo o Catálogo de Miscelâneas da BGUC não passava de um título); *Eccos que o clarim da fama dá: Postilhão de Apolo, montado no pegazo...Lisboa, 1761-1762, 2 vols; in FONSECA, Martinho da, Subsídios para um dictionário de pseudonymos, iniciaes e obras de escriptores portugueses*, Typ. Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1895, p.48.

sociabilidade ficcionada que aqui se pretende ilustrar. Foram elas os *Médicos Perfeitos*¹, e o *Discípulo Instruído*², ambas obras com o propósito de educar e instruir o leitor. Pela análise das datas de impressão desta última e comparando-as com os folhetos da *Palestra Admirável*, fica a ideia de que ambas terão sido impressas e publicadas simultaneamente.

Foi consultado também um outro folheto intitulado *O Occulto Instruído*³, de autor anónimo. Este apresenta-se como um objecto de divertimento, reduzindo “*em breve espaço e limitado volume as mais celebres histórias e factos, que seja mais fácil a todos alcança-las*”⁴. O autor deste título faz um apelo à crítica inteligente e temperada, alertando para a necessidade e importância dos folhetos anónimos darem força e verdade a essa voz crítica. No seu primeiro número refere que recorrerá sempre que necessário ao diálogo, pois este era o método seguido por homens de grande literatura:

“*Muitas vezes por se fazer mais fácil a percepção se escreverá em forma de Dialogo, isto principalmente terá lugar na Matemática, e Física, conforme a matéria o pedir. Este método é seguido de homens de grande literatura. O infatigável Athanasio Kirker seguiu este estilo em algumas das suas excelentes obras, e nas lições Físicas do Abbade Nollet (além de outros) temos este exemplo; nem isto é novo na Língua Portuguesa, porque na estimadíssima Recreação Filosófica se observa o mesmo que referimos.*”⁵

Passemos então a essa obra mencionada no *Oculto Instruído*, a *Recreação Filosófica* do padre Teodoro de Almeida. Em 1751 é lançado o primeiro volume desta enigmática obra, iniciado com um discurso preliminar sobre a História da Filosofia, onde o autor tece uma explicação sucinta das 5 primeiras academias que terão existido. A obra é dividida em *Tardes* de recreação, que se iam passando numa casa com vistas para o mar, entre as conversas de *Teodósio* e *Eugénio*, eruditas personagens. O objectivo proposto por Teodoro de Almeida é

¹ MORAIS, José Ângelo de, (pseud. Jozé Maregelo de Osan), *Os Médicos Perfeitos: ou Novo Methodo de Curar todas as enfermidades, descoberto, e explicado pelos “Mestres de mais subtil engenho”, e applicado aos enfermos, pelos Doutores mais sábios.*, Impresso na Oficina de Francisco Borges de Sousa, N° VI, Lisboa, 1759.

² MORAIS, José Ângelo de, (pseud. Jozé Maregelo de Osan), *O Discípulo Instruído pelos Mestres mais Sábios nos segredos Natureaes das Sciencias, distribuído por semanas, em perguntas, e respostas, nas quaes terás, ó curioso leyltor, não só lição, que te recree o animo, mas tambem (com pouco trabalho) adquirirás huma cabal noticia dos naturaes segredos, que com tanto desvelo, e estudo procurarão indagar os antigos, e modernos Escritores.*, Impresso na Oficina de Francisco Borges de Sousa, Semana Sexta, Lisboa, 1759.

³ [Anónimo], *O Occulto Instruído, que para licito divertimento e honesta recreação se há de publicar dividido em diferentes partes*, 18 Números, na Oficina de Domingos Rodrigues, Lisboa, 1756-1757.

⁴ *Ibidem*, N°1, p.1.

⁵ *Ibidem*, N°1, p.7.

também a divulgação de conhecimentos úteis a todas as classes de indivíduos e será dentro da esfera de análise deste estudo o exemplo mais próximo da AHI e muito provavelmente uma das suas principais fontes de inspiração.¹

Assiste-se assim a um tratamento eloquente entre as personagens, carregadas de uma erudição intelectual, interessadas em todos os assuntos, das novidades da corte, do estado da nação, da política, das notícias do estrangeiro, da sociedade em geral, descendo sempre aos grandes assuntos da filosofia, da História e da ciência. O autor, sempre atento aos progressos científicos soube habilmente criar um espaço de aprendizagem no universo literário, com a constante preocupação de tornar o saber acessível e fácil. Expresso por exemplo na sua crítica ao recurso da língua latina por parte dos eruditos para discutir as matérias da ciência, dificultando o acesso ao conhecimento a todos os que não dominavam o latim, parecendo que esses mesmos intelectuais faziam de propósito para ocultar as verdades. A queda do latim é sem dúvida uma preocupação das *luzes*, pois representava um passo importante para tornar a ciência e a filosofia acessível a todos. Sobre a utilização do latim nas aulas o autor escreveu: “*mais serviam de confundir, que de instruir, mais de escurecer a verdade, que de a dar a conhecer.*”²

A *Escola da Doutrina Cristã*³ do padre jesuíta João da Fonseca, obra impressa em Évora no ano de 1688, reeditada mais tarde em 1750, apresenta-se como uma recriação literária de uma escola, onde o autor recorrendo à forma dialogística, sobretudo em perguntas e repostas, coloca em cena quatro personagens: *Marcelino* um filósofo, *Diodoro* um teólogo e dois *estudantes* supostamente a assistir aos diálogos desses dois eruditos. A obra tem essencialmente um carácter religioso e cumpre um programa de ensino cristão⁴.

¹ “(...) cria uma espécie de matriz alternativa ao espírito enciclopédico, condensando um vasto leque de saberes, técnicas e ensinamentos filosóficos expurgados dos perigos ideológicos do projecto francês e expostos por meio de uma engenhosa “fabricação” de situações de aprendizagem ilustrativas e lúdicas” in ARAÚJO, Ana Cristina, *A Cultura das Luzes em Portugal Temas e Problemas*, Livros Horizonte, 2003, p. 16.

² ALMEIDA, Teodoro de, *Recreação Filozofica, ou dialogo sobre a Filozofia Natural, para instrução de pessoas curiosas, que não frequentaram as aulas*, Tarde Primeira, tomo I, 1751, p.3.

³ FONSECA, João da, *Escola da Doutrina Christam, em que se ensina o que he o obrigado a saber o Christam. Ordenada por modo de Dialogo entre dous Estudantes hum Filozofa, por nome Marcelino, & outro Theologo, por nome Diodoro. Com exemplos accomodados às materias, que se tratam...*, Oficina da Universidade, Évora, 1688, obra também reeditada em 1750.

⁴ Esta obra foi analisada à luz da conceptualização do conceito de pobreza nos finais do séc. XVII e inícios do séc. XVIII, com referência ao conceito de “bem-aventuranças” dado por João da Fonseca no sentido de desprendimento das riquezas materiais como forma de elevação espiritual, na obra: LOPES, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750 – 1850)*, Viseu, 2000, Vol.1, p.49.

Outro exemplo é o *Governo do Mundo em Seco*¹ obra impressa em Lisboa no ano de 1748, da autoria de Manuel José de Paiva (1706 - ?), onde também este recorre ao diálogo de personagens eruditas, nomeadamente um *Letrado*, o seu *Escrevente*, e *as mais pessoas que se propuserem*. O seu autor fala nos perigos da riqueza e na condenação dos que procuram enriquecer, louvando a maior segurança dos que vivem remediados e na pobreza.²

A *Academia Singular e Universal*³ do Frei José de Jesus Maria de 1737, poderá também ser incluída nesta abordagem, pois apesar do seu carácter religioso, não deixa de se apresentar como um projecto de uma *Academia Universal*, inspirada na *Academia* de Platão, com intenções de compreender todos os estados, operações e modos de vida humanos, ciência, política e História. No entanto recorre essencialmente aos textos bíblicos e a fontes teológicas ficando muito aquém do projecto que prenuncia.

Incluiremos também neste grupo de academias imaginárias, outras duas academias referidas no estudo de João Palma Ferreira como paródias académicas. A saber, a *Academia dos Sovelantes*⁴ e a *Academia dos Fleumáticos*. Esta última surge na publicação *Folheto de ambas Lisboas*, de 1730, onde se simulava em estilo de paródia uma academia na rua do Correão⁵. Merece também menção a obra *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*, de 1619 de

¹ PAIVA, Manuel José de, (Pseud. Silvestre Silverio da Silveira Silva), *Governo do Mundo em Seco, palavras embrulhadas em papéis, ou escritorio da razam, exposto no progresso de hum Dialogo, em que são interlocutores hum Letrado, o seu Escrevente, e as mais pessoas que se propuzerem.*, Oficina de Francisco Luiz Ameno, Impressor da Congregação Cameraria da S. Igreja de Lisboa, Lisboa, 1748.

² Sobre este assunto ver LOPES, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750 – 1850)*, Visu, 2000, Vol.1, p.88.

³ MARIA, José de Jesus, *Academia Singular, e Universal, Histórica, Moral e Política, Eclesiástica, Científica, e Chronologica...*, Tomo Único, Oficina de Pedro Ferreira, Impressor da Augustissima Rainha N. Senhora, Lisboa, 1737.

⁴ Sobre esta Academia nada se adianta além do referido no estudo mencionado. Terá sido uma paródia à moda das academias que surge referida num documento manuscrito do século XVI. Ver: FERREIRA, João Palma, *Academias Literárias dos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, 1982, pp. 113 – 114.

⁵ “*Folheto de Ambas* [Gravura contendo ao centro, numa circunferência, a mão direita com um compasso, ladeado por instrumentos músicos] *Lisboas*. É o nº1 de uma publicação periódica que teve 26 números, nem todos com o mesmo título, e de que foi autor Jerónimo Tavares Mascarenhas de Távora, alguns da autoria do P. Victorino José da Costa. Seguem-se alguns números: (...) ‘*Certame (Aqui e começa a ler o titulo desta obra.) que celebraram os Académicos fleumáticos da rua do Caldeira, no território da Cotovia*’ (...) ‘*Ano 1731*’ (...) ‘*Oposições da Academia fleumática, quando vagou a Cadeira de Retórica por falecimento de João de Almeida, Careca das Cozinhas.*’ (...)” – in ALMEIDA, M. Lopes de (Dir.), *Catálogo da Colecção de Miscelâneas (Vols. CCLXXXI a CCCLXXV)*, Publicações da Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1970, pp.142-143. Da autoria de Vitorino José da Costa: “*Apresentação de Joze Rato na Academia Fleumática, Lisb. 1731*” in *Summario da Bibliotheca Lusitana*, Oficina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1787, Tomo 3, p.371. Sobre

Francisco Rodrigues Lobo que em forma de diálogo colocou as suas eruditas personagens a tratar de matérias proveitosas, políticas e engraçadas, como que em forma de tertúlia: “São interlocutores principais *Leonardo*, um antigo cortesão, outrora frequentador da casa dos Reis, agora retirado no remanso da aldeia; o *Dr. Lívio*, letrado douto e prudente que antes exercera “honrados cargos de governo da justiça”; um jovem fidalgo, *D. Júlio*, afeiçoado à caça e à leitura da história pátria; *Píndaro*, ‘estudante de bom engenho’, dedicado à poesia; e *Solino*, velho ‘de boa criação’ e inteligência viva, que se faz notar pela agudeza e graça dos seus ditos. A estes, que regularmente se reúnem nos serões de inverno em casa do primeiro, se vêm depois juntar outros: o licenciado *Feliciano*, amigo de *Píndaro*; o *Prior* de uma igreja vizinha, que antes dos hábitos eclesiásticos que agora usa, envergava num tempo o trajo da Corte; e um soldado, seu irmão, de nome *Alberto*.”¹

Passaremos agora a uma outra obra já dos finais da segunda metade do século XVIII, de grande interesse para este ponto, pois além de se englobar em pleno neste conjunto aqui definido, é um exemplo mais polido e já fruto de um período de maior avanço das letras e das luzes em Portugal. Os diálogos dos *Estrangeiros no Lima*, obra escrita pelo erudito médico Manuel Gomes de Lima Bezerra, que junta cinco homens eruditos, todos oriundos de países distintos e com diferentes ofícios, a saber: *Raulin* o filósofo francês; *Clarck* o comerciante inglês encarregado pela Sociedade Real de Londres de observar a História Natural de Portugal, o estado da sua agricultura e do seu comércio, as suas raridades e a corografia das suas províncias e cidades; *Júlio* o viajero italiano; *D. Hugo* o genealógico espanhol; e *Lami* o médico português. Esta obra, tal como o seu autor pelo interessante percurso de vida que teve, foi estudada sob diversas perspectivas por vários autores². O espírito dos *Estrangeiros no Lima* vai ao encontro da AHI, sem a vertente popular desta e sem o seu carácter anti-elitista, no entanto apresentando outras componentes inovadoras. Lima Bezerra concebeu igualmente um espaço cénico ficcionado de sociabilidade intelectual, colocando cinco eruditos a trocar ideias e a discutir assuntos com o objectivo final de estudarem a região de Ponte de Lima, para que pudessem contribuir para o seu desenvolvimento³. A obra os

esta academia ver também: FERREIRA, João Palma, *Academias Literárias dos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, 1982, p. 114.

¹ CARVALHO, José G. Herculano de, *Um Tipo Literário e Humano do Barroco: O “Cortesão Discreto”*, Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Vol.26, Coimbra, 1963, pp. 11-12.

² Ver os diversos estudos no volume suplementar de: BEZERRA, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros no Lima*, Edição fac-similada da 1ª com um volume suplementar de estudos, 3 Volumes, Câmara Municipal de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1992.

³ AMZALAK, Moses Bensabat, *Os estudos económicos de Manuel Gomes de Lima Bezerra*, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, 1959.

Estrangeiros no Lima apresenta-se assim com um carácter de estudo económico e social de uma região, elemento extremamente inovador, onde o seu autor em espírito de tertúlia coloca personagens com nacionalidades diferentes unidas pelo mesmo objectivo. O carácter de união internacional destes eruditos é extremamente interessante, e único neste grupo de obras que têm sido aqui referidas.

“Seja esta uma das vezes, em que um Francês com um Inglês, e um Castelhana com um Português falem como sábios, e livres das preocupações vulgares e nacionais. Os homens de letras reconhecem por pátria o mundo inteiro.”¹

Estas frases carregadas de simbolismo conferem um certo espírito maçónico a estas reuniões em Ponte de Lima, esse sentido de pertença a uma pátria universal, e essa expressão de fraternidade que Lima Bezerra quis conferir às personagens, aproximam-se bastante do ambiente vivido nas lojas maçónicas da época. Esta obra está também inevitavelmente ligada à Sociedade dos Bons Compatriotas Amigos do Bem Publico fundada em Ponte de Lima, mais conhecida como Sociedade Económica de Ponte de Lima, que tinha na época potenciais ligações à Maçonaria². Ora é neste espírito de fraternidade universal que se propõe dar início aos diálogos e conferências deste grupo de homens de letras que se vão prolongando por diversos assuntos com especial destaque para questões económicas e comerciais.³ Importa também referir que Lima Bezerra foi sócio fundador e secretário de duas academias cirúrgicas no Porto, e correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, nascido em Ponte de Lima, em 1727, formou-se em Medicina, exercendo a clínica na cidade do Porto, até falecer

¹ BEZERRA, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros no Lima: ou conversações eruditas sobre varios pontos de Historia Ecclesiastica, Civil, Litteraria, Natural, Genealógica, Antiguidades, Geographia, Agricultura, Commercio Artes, e Sciencias...* Real Oficina da Universidade, Coimbra, Tomo I 1785, p.2.

² Sobre a hipotética ligação à Maçonaria da *Sociedade Económica dos Bons Compatriotas, Amigos do Bem Público*, de Ponte Lima, como sendo um instituição paramaçónica, hipótese suscitada pelo emblema da mesma que contém simbologia declaradamente maçónica (3 colunas, esquadro e compasso): MARQUES, A. H. de Oliveira, *História da Maçonaria Portuguesa, Volume 1, Das origens ao triunfo*, Lisboa, 1990, p.308. Entre os fundadores desta sociedade esteve o Conde da Barca, António de Araújo de Azevedo, também ele provável maçom. Ver também: MALAFAIA, Eurico Brandão de Ataíde, *António de Araújo de Azevedo. Conde da Barca: diplomata e estadista 1787-1817. Subsídios documentais sobre a época e personalidade*, Arquivo Distrital de Braga, Universidade do Minho, Braga, 2004.

³ Referência à obra como uma expressão do pensamento económico da época, e contemporânea das Memórias Académicas da Academia das Ciências. Ver: CALAFATE, Pedro, *História do Pensamento Filosófico Português*, Volume III, “As Luzes”, Lisboa 2001, p. 95.

no ano de 1806. Foi autor de diversas obras e artigos científicos incluindo duas *Memórias* publicadas no *Jornal Enciclopédico*, publicadas em 1789 e 1790.¹

Antes de encerrar este capítulo, resta incluir neste grupo de obras a *Academia dos Humildes e Ignorantes* que por ser o tema central deste estudo será analisada com outra profundidade nos capítulos seguintes. Nesta academia imaginária, do autor Joaquim de Santa Rita, que transporta o espírito da partilha de conhecimentos e da erudição das academias institucionais da época para o campo literário, podemos assistir a quatro personagens eruditas a interagirem em Conferências, às quais assistiam peregrinos e romeiros e todos aqueles que nelas quisessem participar. Esse sábio quarteto era composto por: um *Teólogo* representante do conhecimento religioso, dos dogmas e de toda a História Sagrada e Eclesiástica; um *Filósofo*, que além de ser o moderador das conferências era a voz das ciências modernas ou Filosofia Natural; um *Soldado*, conhecedor do mundo, das guerras e da história secular, militar e heráldica; um *Ermitão*, homem religioso e conhecedor dos quatro cantos do mundo por onde missionou durante toda a sua vida. Mais tarde, juntaram-se a estes outros dois académicos: um *Letrado*, homem de letras e um *Estudante*, curioso aprendiz. Finalizaremos com uma última menção a uma outra hipotética academia fictícia que surgiu em resposta à AHI, onde reunidos numa botica de Lisboa um *Jarra da Corte* chamado *Diogo Belo*, um *Cirurgião* e o *Boticário* decidiram também formar uma academia para supervisionar essas outras academias que sapateiros, alfaiates, ferreiros e tanoeiros tanto procuravam ansiosamente e gastavam o seu dinheiro para lerem as suas apetecidas conferências.

O que une todas estas obras referidas é o seu objectivo de compilação do conhecimento, em estilo enciclopédico, numa tentativa de explicar o mundo, o universo e a vida. Elegem a História e a Filosofia Natural ou Ciência como os dois grandes pilares do saber, a desenvolver e a partilhar, num esforço comum contínuo em que todos podiam participar. Um movimento de divulgação e vulgarização do saber num espaço universal das letras com a característica especial de os seus autores terem transportado regras de sociabilidade e padrões de comportamento para as suas obras, recorrendo quase sempre ao diálogo erudito.

¹ SILVA, Inocêncio Francisco da, e ARANHA, P. V. Brito, *Dicionário Bibliográfico Português(..)*, Tomo 16, pp. 444-445. Sobre o autor Lima Bezerra ver também: ARAÚJO, Ana Cristina, *A Cultura das Luzes em Portugal Temas e Problemas*, 2003, p.74 e p.83.

3. A Academia dos Humildes e Ignorantes

Propõe-se aqui abrir as portas de uma academia especial, onde a inspiração literária transportou os códigos da sociabilidade intelectual para um espaço materializado no mundo imaginário do orbe das letras. Arquitectando, neste caso particular, uma academia quimérica, especialmente dedicada à instrução dos desfavorecidos, à utilidade pública e em última instância à felicidade do povo, representação fictícia de um espaço social e intelectual da sua época.

O sábio e o público, o autor e o leitor, a ideia materializada na escrita e a sua interiorização através da leitura. É nesta dualidade, possibilitada pela existência de uma linguagem escrita, que as ideias e o conhecimento se espalharam ao longo da história pelas mentes mais atentas. O século XVIII assistiu a uma revolução intelectual que perdurou até aos dias de hoje, numa escala pequena, o discurso do homem ilustrado percorreu as mentes dos homens, mesmo a dos menos letrados, pois se as taxas de analfabetismo eram enormes nesta época, a capacidade de falar e a partilha de ideias por via oral terá sido um poderoso veículo de informação. A leitura de um folheto num local público aniquilaria a incapacidade de adquirir conhecimentos por parte de um público iletrado, eliminando assim a certeza defendida por alguns autores de que os ideais iluministas apenas circulavam num restrito grupo de intelectuais¹.

O século das *luzes* em Portugal, ao ritmo da Europa, foi palco de uma proliferação de títulos, sobretudo com o desenvolvimento do conhecimento científico e a respectiva fragmentação dos diversos ramos do saber, que tornou os conteúdos literários cada vez mais especializados em detrimento de assuntos genéricos. Este fenómeno deve ser enquadrado no movimento filosófico das *luzes* e na afirmação da República das Letras, que despertou um certo espírito intelectual da época, expresso num desenfreado amor pelo conhecimento, pelas letras e pelas artes, que inspirou o uso da pena e nos deixou os mais diversos registos do génio humano.

Ao estudarmos a história intelectual portuguesa do século XVIII, vemos uma história tendencialmente direccionada para personagens pertencentes a um grupo social específico, como que se o intelecto humano fosse um exclusivo das classes favorecidas ou andasse

¹ Esta leitura nas ruas era algo comum na época e contribuiu fortemente para a divulgação das ideias escritas. “Eça de Queirós, ponderando a questão da leitura no século XVIII, falou no desaparecimento do leitor, enquanto indivíduo; «e em lugar dele», acrescentou Eça, «o homem de letras viu diante de si a turba que se chama o público, que lê alto e à pressa no rumor das ruas».” DOMINGOS, Manuela, *Livreiros de Setecentos*, Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, 2000, p.9.

sempre aliado à riqueza patrimonial. A imagem que se vai passando é aquela de eruditos aristocratas, nobres ou abastados burgueses, homens do clero ou da corte, como únicos depositários da erudição, protagonistas de uma aliança elitista entre o poder e o saber. Mas à margem destas elites sabemos que viveram eruditos entre o povo, que subtilmente nos deixaram as suas obras nas sombras das grandes modas, ao vapor das tipografias menores, na corrente da revolução tipográfica e livreira, vendo as suas ideias ganharem forma, veiculando as suas interpretações da sociedade, do conhecimento e da época. É nesse mar de letras que podemos encontrar as mais curiosas obras, de autores que por se terem escondido atrás de pseudónimos, por anonimato premeditado, ou porque nunca tiveram o apanágio da fama foram abraçados pelo esquecimento.

O estudo desta obra tem um duplo interesse, por um lado dá-nos a conhecer uma academia fictícia dentro do espírito da época, uma representação sociológica literária de um grupo de intelectuais que através do diálogo partilham ideias com um outro grupo sociológico composto por homens incultos, iletrados, humildes e ignorantes. Por outro lado a AHI afirma-se como um compêndio do saber, assumindo uma forma enciclopédica pretende nas suas páginas encarcerar todo o conhecimento.

A obra desenhando assim a sua academia imaginária, numa encenação fictícia vai revelando esses eruditos académicos que nas suas conversas partilham ideias, ensinam as matérias fundamentais, contam histórias de viagens longínquas, falam dos encontros que tiveram com outros eruditos estrangeiros. Esses diálogos preenchem assim as conferências da academia, conferências essas que ocorriam de porta aberta para todos, mas sobretudo para o homem inculto, para o trabalhador, para os modestos e para os ignorantes que procuravam ilustrar-se. A ingenuidade desta oferta gratuita de conhecimento, pode levar a reflectir sobre o interesse comercial de vender essas ideias. É necessário compreender que a pertença a uma academia, tem uma importância muito especial para a época, representando um claro sinal de estatuto social, ora a AHI, por um lado oferecia esse *status* a todos, mas por outro tenta também banalizar o que na época era visto como algo apenas acessível a uma pequena elite ilustrada.

A pedra angular de toda a investigação e pesquisa realizada assentou no texto da obra, que abriu caminhos para decifrar diversas pistas sobre a origem da academia, sobre o seu autor e sobre as suas fontes. O que possibilitou um enquadramento da obra num espaço e tempo específicos. Durante o processo de investigação foi encontrado um documento de crítica directa à AHI, impresso em 1758, que deu uma nova dimensão à obra e trouxe informações de sublime interesse para o seu estudo, desde o preço a que os seus folhetos eram vendidos ao seu sucesso comercial entre o público. Foi também este documento que obrigou o

autor a sair do anonimato em defesa da veracidade das suas palavras, permitindo igualmente aprofundar o seu traço biográfico.

Independentemente do carácter ficcional da obra, este estudo será iniciado com uma breve apresentação da sua academia, dos seus objectivos, dos seus membros, das suas regras, do funcionamento e dos conteúdos das suas conferências. Posteriormente, será realizada uma análise da obra em concreto, da sua estruturação, do seu conteúdo literário, histórico e científico, da sua evolução ao longo do tempo, da sua publicação e impressão. Dividindo o seu percurso em dois momentos claramente distintos, o antes e o depois do anonimato do autor. Em seguida, investir-se-á na difícil tarefa de conhecer as entidades envolvidas na produção da obra, com base em algumas pistas espalhadas, serão apresentados nomes que de uma forma directa ou indirecta estiveram associados à AHI, desde potenciais membros da academia ao enigmático Frei Joaquim de Santa Rita, único autor conhecido. De destacar que existem diversas referências à AHI como sendo uma academia que existiu verdadeiramente.

O terramoto de 1755 também abalou os pilares do conhecimento e as fundações da República das Letras, inúmeras bibliotecas ficaram perdidas para sempre, e as tipografias de Lisboa pararam. Curiosamente é após esta calamidade que aparecem em Portugal diversas obras deste carácter de compilação do conhecimento, como que tentando salvaguardar numa só obra todo o conhecimento, toda a história e ciência conhecidas. Pedro Norberto de Aucourt e Padilha, escrivão na Mesa do Desembargo durante o reinado de D. José, descreve-nos este sentimento no prologo da sua obra intitulada “*Raridades da Natureza e da Arte divididas pelos quatro elementos*” publicada em Lisboa no ano de 1759:

“Se Cícero chamou morte do homem à ociosidade, também com máxima Católica se pode chamar remédio da vida o emprego literário, porque a recreação dos livros é uma política cristã para a conformidade dos males, e tolerá-los com semblante alegre, é heróica indústria para ser feliz, sem depender da fortuna. O Terramoto, que me arruinou os bens, não só sepultou muitas vidas, mas também as oficinas da sabedoria: dificultou com a perda das Bibliotecas os meios para a lição, e não moderou nos ânimos o ódio para a mordacidade; no que novamente fica confirmado ser filha da ignorância.”

Nestas palavras podemos ver reflectido o espírito que movia os homens de letras da época, apelando à acção da escrita contra o ócio e contra o mal, mantendo sempre o ânimo mesmo nos momentos tenebrosos, criticando a mordacidade dos que se movem contra a República da Letras. A título de curiosidade Santa Rita conhecia as obras de Aucourt Padilha, ao qual faz referência.

È importante perceber que o iluminismo se foi construindo sobre uma rede de contactos internacionais, trocas de correspondências, circulação de publicações, livros e folhetos, viagens e encontros pessoais entre intelectuais. Sem cair nas discussões historiográficas sobre o movimento das *luzes* na Europa e fora dela, sobre a justificação ou não de diversos tipos de iluminismo, de um iluminismo católico, ibérico ou português, pretende-se apenas deixar claro que a Academia dos Humildes e Ignorantes é uma obra iniciada em 1758 recheada de preceitos e ideias das *luzes*, não porque o seu autor dissertou sobre os princípios desse pensamento mas porque os meteu em prática. Poderíamos quase afirmar que a sua obra é um caso prático de iluminismo, uma materialização dessas ideias, audaz e mordaz, brutal e singela. A cultura do seu autor é inegável, não só conhecia autores e obras estrangeiras, como as *Mémoires de Trévoux*, ou o *Journal des Savants*, como a obra de intelectuais portugueses como Jacob de Castro Sarmiento. Contudo é necessário olhar para obra à luz da sua época, o autor afirma-se aristotélico, tece críticas ao povo Judeu, e alimenta algumas crenças populares sobretudo sobre bruxarias e monstruosidades da natureza, contudo e ao mesmo tempo, tece elogios ao uso da razão, demonstrando a um forte entusiasmo pelos avanços da moderna filosofia natural, e sobretudo pretende compilar todo o conhecimento oferecendo-o a uma classe desfavorecida.

Não nos interessará neste estudo cair nas discussões sobre a origem e geografia do Iluminismo, se este teve origem na Inglaterra de Newton, Bacon ou Locke ou nos filósofos franceses fundadores da Republica das Letras, apenas nos interessa o carácter internacional do movimento das *luzes*, sabendo que diversos pensadores para ele contribuíram, de diversas formas e em diversos locais, e todas essas contribuições tiveram efeitos localizados e muitas vezes divergentes. Sabemos também que o ideário das *luzes* teve as mais diversas manifestações, especificidades regionais e temporais, o que torna extremamente complexa a compreensão dos seus verdadeiros impactos nos diversos contextos políticos e sociais.

3.1. As conferências da academia: temas e fontes

Após o terramoto de 1755¹ que abalou a capital do reino português, durante o reinado de D. José I, assistiu-se, no ano de 1758, ao nascimento da Academia dos Humildes e Ignorantes². Uma academia de homens que se consideravam eruditos mas também modestos e ignorantes, que durante as suas conferências e reuniões mantinham a porta aberta para todos aqueles que sendo também humildes, pobres e iletrados, os quisessem ouvir e com eles aprender. Só pelo nome da AHI podemos antever algum atrevimento por parte do seu criador, em pleno século das *Luzes*, século de intelectuais iluminados, de elites sociais, de academias eruditas e altamente patrocinadas, apareceu uma academia do povo, dirigida aos mais desfavorecidos, que apesar de também desejarem participar na grande viagem do conhecimento não possuíam meios para tal proeza. Foi assim criada uma obra para aqueles que não possuíam bibliotecas privadas, nem tempo para usufruírem das públicas, condicionadas pelas suas obrigações laborais ao contrário de certas elites. Uma obra que pretendia encerrar em si uma súpula do saber dedicada ao homem comum, num verdadeiro espírito do Iluminismo, encarna um papel de laicização do conhecimento. À luz da razão, todos os homens seriam iguais, a sua condição social, o seu credo, sexo, ou raça, não poderiam ser indicadores da sua motivação de aprender. À luz dessa mesma razão qualquer espírito poderia ser iluminado. Esta ideia de “democratização” do saber aliada às noções de igualdade, dilui-se num certo elitismo existente nas academias que proliferaram durante o século XVIII por toda a Europa. Com o desenvolvimento da ciência e do conhecimento, os métodos e disciplinas racionalistas tornaram-se cada vez mais exigentes, excluindo aqueles que à partida não teriam condições para serem iluminados. Esta proposta de levar um resumo do conhecimento a todos, e principalmente aos mais desfavorecidos, através da criação

¹ A alusão ao terramoto de 1755 como a causa da criação da academia reforça a ideia fantástica de que depois de uma catástrofe nascera, como que por vontade divina, aquele encontro de eruditos, do caos nascera a luz.

² A Academia dos Humildes e Ignorantes encabeça o título de uma obra onde quatro personagens eruditas, a saber um teólogo, um filósofo, um ermitão e um soldado, que se reuniam para partilharem os seus conhecimentos com osromeiros e carenciados que por ali passavam. A academia começa por apresentar a sua obra como sendo utilíssima para todas as pessoas eclesiásticas e seculares que não tivessem bibliotecas próprias, nem tempo para frequentarem as públicas, uma “*Suma Excelente*” de toda a Teologia Moral, Filosofia Antiga e Moderna, Matemática, Direito Civil e Canónico, de todas as Ciências, Artes Liberais e Mecânicas. Seria assim um compêndio brevíssimo de todas as notícias do mundo, das suas partes, impérios e reinos, cidades e vilas, castelos e fábricas notáveis, costumes, ritos e leis. Da vida de Cristo, de todos os Santos e Santas e veneráveis mais conhecidos. De todos os Papas, imperadores, reis e príncipes, desde o princípio do mundo até ao presente. De toda a História Sagrada, eclesiástica e secular. De todos os sucessos admiráveis e *esquisitos*, de todos os artefactos, mecanismos antigos e modernos. Enfim uma ode ao saber e a todo o conhecimento.

fictícia de uma academia, dá-nos uma primeira ideia do âmago fantástico desta obra e do intuito do seu autor, que colocando personagens a dialogar, bem ao estilo platónico, concebeu um ambiente de sociabilidade intelectual simulado.

A primeira conferência da AHI, revela claras referências cénicas quanto ao local, data e personagens envolvidas na acção, iniciada com as seguintes palavras:

*“No sítio de Nossa Senhora da Consolação, recreio delicioso entre a Lourinhã, e Peniche, se juntaram no dia 20 de Setembro, entre muitas pessoas, um Teólogo, um Filósofo, um Ermitão, e um Soldado”*¹.

*“(…) depois de praticarem nos graves danos da murmuração, e a necessidade da Eutrapélia nos que viviam (como eles) solitários naquele sitio desde o terramoto, assentaram que, para evitar aquele dano, e poderem mutuamente instruir-se no miserável estado, em que estavam, se juntassem com os romeiros, que ali fossem, uma vez cada semana, e cada um dissesse o que sabia na matéria, que primeiro ocorre na Conferencia, e os mais que tivessem com ela semelhança.”*²

Existe uma clara intenção por parte do autor em enquadrar no espaço e no tempo a origem da academia, encaixando-a num cenário real e actual da época. Existe de facto um local chamado monte da Nossa Senhora da Consolação, junto à actual praia da Consolação na zona de Peniche, onde está edificado o Forte da Consolação, forte esse que foi construído em 1641 como parte integrante de um projecto de protecção das linhas costeiras do reino no período da Restauração.³ De facto existem ao longo da obra diversas referências ao “Forte” como local das conferências dos nossos académicos, na Conferência 28 do tomo I podemos ler: *“Na manhã do dia treze, juntos no Forte com muitos Romeiros, que chegaram na noite antecedente, continuou o Soldado a vida de D. Fernando (...)”*⁴. E ficamos também a saber que o Forte onde se reunia a academia tinha vistas para o mar:

“No dia dois de Novembro, convidados os Académicos da excelente temperie do ar e sol, antes da hora costumada foram gozar-se de uma e outra coisa no Forte, donde descobriram três navios com as bandeiras largas, e ao longe cinco. Com um óculo intentaram conhecer de que nação eram e seguiu-se a disputa sobre as bandeiras, que insensivelmente deu princípio

¹ [AHI, T1, C1, p.1].

² *Idem.*

³ In site oficial da Câmara Municipal do Concelho de Peniche: <http://www.cm-peniche.pt>.

⁴ [AHI, T1, C28, p.217]. Ver também na conferência 34 do mesmo tomo: *“Depois de cearem, se juntaram no Forte...”*p.265.

à Conferência (...)”.¹

“(...) porque bem pode uma trovoada como a de dia de Nossa Senhora das Neves no ano de 1759 estar sobre Lisboa lançando coriscos, como aquele o fez no sítio de Penha de França, e serem os trovões imediatos aos relâmpagos neste sítio da Consolação, como então os vimos, não obstante distarmos de Lisboa onze léguas (...)”.²

O terramoto de 1755³ enquanto motivo para o estado de desgraça em que todos se encontravam ali refugiados naquele sítio, serve também para dar actualidade à Academia, que a poucos anos da sua ocorrência os seus efeitos ainda estavam bem presentes. O terramoto é um assunto recorrente nas conferências da academia ao longo de toda a obra. Sabe-se que após o terramoto de 1755, que arrasou a cidade de Lisboa, milhares de pessoas procuraram refúgio nos arredores da capital, tendo sido acolhidas por conventos, mosteiros, e edifícios militares. Vemos então os nossos eruditos que naquela situação de miséria causada pelo terramoto, decidiram fundar uma academia para aquelas gentes infelizes e solitárias, com o objectivo de discutir e avaliar o estado da situação em que se encontravam, “*de sorte, que os humildes, e ignorantes que os ouvissem, ficassem instruídos por este fácil meio; e com notícias para comunicarem a seus filhos, aos quais, por humildes, e pobres, não podiam aplicar aos estudos*”.⁴ As primeiras conferências focam-se exactamente em tentar explicar a origem e funcionamento do planeta, partindo de uma perspectiva bíblica passando para uma visão mais científica sobre o seu funcionamento e complexa composição geológica procurando elucidar as causas dos terremotos.

Os membros da academia eram inicialmente quatro homens eruditos, a saber um *Teólogo*, um *Filósofo*, um *Ermitão* e um *Soldado*. Quatro alter-egos do autor, que dado o vasto leque de temáticas abordadas, bem poderiam ter sido personagens dirigidas independentemente por diferentes autores. Cada personagem assumia a direcção de uma área do saber, mas a participação na academia não se esgotava nestes quatro ilustrados, pois a sua porta aberta a todos os que nela queriam participar, deram lugar à participação de diversos curiosos e romeiros, que partilhavam também as suas experiências, intervindo nas conferências de forma pertinente e com total liberdade para colocar questões e apresentar

¹ [AHI, T3, C36, p.281].

² [AHI, T4, C4, p.27].

³ Sobre o terramoto de 1755 ver a obra: ARAÚJO, Ana Cristina, *O Terramoto de 1755: Lisboa e a Europa*, Clube do Coleccionador dos Correios, 2005.

⁴ [AHI, T1, C1, pp.1-2].

problemas. Numa segunda fase da obra, juntam-se aos quatro eruditos dois novos membros, um *Letrado*, e um *Estudante*.

As leis pelas quais se rege a academia, são enunciadas logo na primeira conferência pelo ilustre *Filósofo*:

*“Basta, disse o Filósofo, observemos as leis desta Academia: v.m.[referindo-se ao Teólogo] só diga o que pertence à Teologia, que podem, e devem saber todos; eu a Filosofia, que pertence aos mesmos, o nosso Ermitão, que tem visto o mundo, o que viu nele, e o Senhor Soldado as guerras de todas as Monarquias.”*¹

O princípio regulador do funcionamento da academia é então este, que cada um trate apenas das matérias que domina enquanto autoridade do saber na sua área. Ocasionalmente, no decorrer das conferências académicas instauram-se consensualmente novas regras, que nascem dos diálogos e discussões dos nossos eruditos, como aconteceu por exemplo na quarta conferência, que pela extensão do discurso do *Ermitão* que impossibilitava a participação dos outros, ficou decidido que:

*“(...) fique sendo lei desde hoje, que no princípio de cada Conferência, dareis conta de uma parte do mundo [dirigindo-se ao Ermitão], ou do que nela vos falta por dizer, para assim poderem os mais contar o que tem sucedido em todo o mundo, e ficar sendo mais doce esta pratica.”*²

A AHI apresenta-se assim com uma característica fundamental que a distingue das outras da sua época, era uma academia dirigida por eruditos mas que mantinha a porta aberta, deixando que romeiros e homens humildes participassem nas suas conferências. Afasta-se de certa forma da sociabilidade intelectual elitista característica da época, em oposição às academias de homens nobres e aristocratas, esta era uma academia para homens humildes e pobres, para o homem comum, o que com um certo toque de crítica social, revela um carácter inovador e bastante arrojado para época.³ Talvez por isso o autor tenha optado pelo anonimato

¹ [AHI, T1, C1, p.4].

² [AHI, T1, C4, p.28].

³ Note-se no entanto que para se ser um académico, por exemplo da Academia Real da História, não era obrigatório pertencer à alta nobreza, entre os membros desta academia encontravam-se indivíduos pertencentes à nobreza, ao clero e também ao terceiro estado. A ideia que aqui se pretende passar é que o acesso a estas academias era extremamente reservado. Sobre a estratificação social da Academia Real da História ver: MOTA,

anonimato durante os primeiros tomos da obra. Mas o proposto pela academia vai ainda mais longe, pois as suas conferências ambicionam edificar um verdadeiro compêndio de todo o saber, da História à Arte, da Ciência à Teologia, do Direito à Cultura dos povos, do Mundo e da Natureza. De inspiração enciclopédica, bem inerente ao espírito do Iluminismo, pretendia igualmente ser uma obra de fácil leitura, permitindo que todos a pudessem compreender, assumindo assim um papel educativo do povo, de ilustração da nação, máxima dos homens das *luzes*. Contudo, deve ser realçada a forte presença de um espírito eclesiástico em toda a obra, conjuntamente com uma certa ligação à Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, possivelmente incutida pelo percurso pessoal do autor.

É também importante referir a permanente preocupação do autor em tornar o texto didático e interessante. Existiu um certo cuidado na fidelização dos leitores, os temas eram deixados em *suspense* de uma conferência para a outra, abrindo o apetite para descobrir o desenlace das histórias que eram contadas. Um outro detalhe igualmente interessante, presente ao longo da obra, é o facto de que sempre que o autor transcreveu um texto em latim, teve a preocupação de logo de seguida o traduzir literalmente para português, ou de o explicar integralmente. Esta não era uma prática comum entre os autores da época, são inúmeras as obras que usam o latim como se fosse compreendido por todos, passando deste para o português e vice-versa sem qualquer inquietação de espírito, limitando assim o acesso à essência dos seus textos pelo comum dos mortais, pois se na época a capacidade de ler era diminuta entre a população, a capacidade de ler em latim o seria muito mais. Esta simplificação erudita do conhecimento demonstra uma perfeita sintonia, por parte do autor, com a filosofia do esclarecimento, demonstrando a sua preocupação em não criar entraves à compreensão do seu texto.

A publicação dos tomos da AHI, divide-se em duas fases distintas, a 1ª fase é constituída pelos seis primeiros tomos, de autor incógnito, apenas identificado pelas iniciais D. F. J. C. D. S. R. B. H., que terão sido impressos entre 1758 e 1762, nas oficinas de Inácio Nogueira Xisto e de Francisco Borges de Sousa. Também na oficina de Inácio Nogueira Xisto, foi impresso em 1764 o “*Índex das Coisas mais Notáveis de que tratam os Seis Tomos das Academias dos Humildes, e Ignorantes*”, que consiste basicamente numa compilação, publicada em separado, de todos os índices constantes naqueles tomos. Os dois últimos tomos, VII e VIII, representam a 2ª fase da obra, de autoria declarada de Frei Joaquim de Santa Rita, impressos entre 1763 e 1770, pelo impressor do Santo Ofício Miguel Manescal da Costa. Do tomo I ao VI, temos 52 conferências por tomo, de oito páginas cada, impressas

Isabel Ferreira da, *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*, Coimbra, 2003, pp. 106-111.

separadamente. Nos dois últimos volumes, o número de conferências por tomo passa a ser de 40, com 12 folhas cada, cada conferência também impressa separadamente, e no final de cada tomo um índice alfabético, de dimensão inferior relativamente aos impressos em 1764 para os tomos anteriores.

A divisão da obra em duas partes justifica-se por diversas razões, além de uma mudança na organização e estrutura dos tomos, ocorreu uma súbita reivindicação da autoria da obra, uma subtil alteração do título, uma mudança de impressor juntamente com uma exclusividade de impressão, e por fim uma total mudança no estilo da escrita, presente na organização e desenvolvimento dos temas abordados. O autor ao sair do anonimato parece agora naturalmente mais preocupado com a qualidade da sua obra e dos temas abordados, patente no notável aumento da qualidade da escrita e tratamento dos temas. Os dois últimos tomos são agora mais bem elaborados, de certa forma mais eruditos, onde são feitas mais referências a autores e outros intelectuais da época. A componente dialogística é sempre mantida ao longo de toda, com alguns momentos de menor participação das personagens quando o autor trata de temas mais longos e complexos. No último tomo, é de realçar que as personagens começam mesmo a falar de aspectos da sua vida pessoal, referindo nomes de pessoas com as quais terão convivido e partilhado experiências, o que abriu também caminho para estudar uma possível rede social do autor, sabendo que este era o interlocutor de todas as personagens, e partindo da ideia de que muitas das histórias que relata possam ter sido baseadas na sua vida pessoal ou nas experiências pessoais de outros com quem terá partilhado ideias, as diversas referências permitem estabelecer hipotéticos relacionamentos pessoais.

O vasto leque de temas abordados ao longo dos seus 8 volumes publicados, com cerca de 460 páginas cada um, permitiu a realização de uma análise exaustiva do seu conteúdo, e das suas fontes e referências. No entanto pela dimensão enciclopédica da obra, e pela imensidão de temas e assuntos abordados, decidiu-se trazer para aqui apenas os que numa primeira análise ilustram melhor o génio literário do seu autor. É também importante referir, que não foi possível identificar ou conhecer a origem de muitas das referências e pistas suscitadas pelo texto da obra, não obstante serão aqui mencionadas como fonte de informação para outros estudos futuros.

O primeiro tomo, começa por tratar de uma autêntica miscelânea de temas, desde a génese bíblica do mundo até ao funcionamento do sistema solar e da teorias de Copérnico, passamos por experiências agrícolas, pela geologia da terra, pelo funcionamento do meio ambiente natural. São contadas histórias de lugares remotos do mundo, da Índia à África, chegam-nos notícias dos seus costumes e hábitos alimentares. É contada a história das civilizações antigas, do Egipto ao grande império Romano. São explicadas as diversas formas

de governo dos reinos, da monarquia à democracia, dando exemplos do seu funcionamento e enunciando os diversos sistemas implementados nos países europeus. A meio do primeiro tomo começa-se já a notar uma certa tendência para contar a História eclesiástica e secular de Portugal, tendência essa que monopoliza cerca de metade da obra, sobretudo a partir do tomo III até meio do tomo VII. Cabe aqui realçar que os estudos de Manuel de Faria e Sousa¹ e do Conde de Ericeira são as duas fontes históricas principais usadas por Santa Rita, como o próprio o afirma, fazendo-lhes inúmeras menções ao longo das suas dissertações sobre a História do reino e da Europa. Sobre o primeiro diz por exemplo:

*“Vós fundado no grande Historiador Manuel de Faria e Sousa não contastes o que ele encobriu, por que escreveu em Castela no tempo de Filipe III de Portugal; e não é justo que uns ignorantes, e humildes, como somos, ignorem as verdadeiras mais constantes.”*²

No entanto Santa Rita elege o segundo como a sua principal fonte de História de Portugal, o Conde de Ericeira “*Historiador único da nossa Monarquia*”³. São feitas inúmeras referências a este Conde durante toda a obra, nunca no entanto sendo possível perceber claramente a qual dos Condes de Ericeira se referia, mas que pela referência feita ao primeiro tomo da obra sobre História de Portugal desse conde⁴ podemos apontar para o 3º Conde de Ericeira D. Luís de Menezes autor da obra *Portugal Restaurado*.⁵

Ainda sobre as suas fontes históricas, Santa Rita traduziu um excerto da obra do “*excelente Historiador D. José Martines de la Puente no Prologo do seu Compêndio de las*

¹ Ver por exemplo: [AHI, T2, C1, p.1] ou [AHI, T2, C2, p.9]; sobre Manuel de Faria e Sousa: “poeta, historiador e filólogo português, n. em Pombeiro, m. em Madrid (1590-1649); autor de *Comentários d’Os Lusíadas; Europa Portuguesa; Ásia Portuguesa; Epítome das Histórias Portuguesas; Fuente de Aganipe* (em verso).” In *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*, Lello&Irmão Editores, Porto, 1986, Vol.2, p. 939.

² [AHI, T2, C1, p.1].

³ [AHI, T2, C1, p.2].

⁴ [AHI, T2, C2, p.10].

⁵ Sobre os diversos Condes de Ericeira: “D. Fernando, 2º Conde de Ericeira, guerreiro e historiador português, n. em Lisboa; autor de *Vida e Acções de El-Rei D. João I* (1677) e *História de Tânger* (1614-1699); D. Luís, 3º Conde da Ericeira, guerreiro e escritor português, n. em Lisboa; autor de *Portugal Restaurado* (1632-1690); D. Francisco, 4º Conde de Ericeira, guerreiro e erudito português, n. em Lisboa (1673-1743); D. Luís, 5º Conde da Ericeira, 1º Marquês de Louriçal, vice-rei da Índia, n. em Lisboa em 1689 m. em Goa em 1742. Autor de: *Complemento ao Vocabulário do Padre D. Rafael Bluteau; Suplemento ao Dicionário Histórico de Moreri*. Traduziu a *História de Carlos XII*, de Voltaire.” In *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*, Lello&Irmão Editores, Porto, 1986, Vol.1, p.857.

historias, e descubrimentos de la Índia Oriental, etc. hasta Filipe Segundo de Portugal”¹ onde no final da transcrição enuncia todas as fontes históricas que utilizou nas conferências:

*“Isto sobeja aos que leram pouco para lhes excitar a curiosidade, e atenção; e eu para não errar, quando me é possível vos contarei sumariamente o que escreveram Barros, Diogo de Couto, Gomes Banhes, Fernão Lopes, Luiz Coelho de Barbuda, Fr. António de S. Romão Monge Benedictino, Bernardino de Escalante, Fr. Gaspar da Cruz da Ordem dos Pregadores, o M. Fr. Jeronymo Roman, Eremita de meu Pai Santo Agostinho, Marco Paulo Veneto, Mizer Pogio, Micer Luiz de Parthema, o Licenciado Manuel Correa comentador de Camões, Pedro Ordonhez de Zevalos na Viagem do mundo, o Tito Lívio Lusitano Manuel de Faria e Sousa, Mariz, e D. Joseph Martines de la Puente, que por estranho, e amigo reconciliado merece o maior crédito de verdadeiro e desinteressado.”*²

Esta História que Santa Rita trouxe para as conferências da sua academia é sobretudo a História do Reino de Portugal baseada na vida dos Reis, com algumas incursões nos descobrimentos portugueses. A título de curiosidade faz referência às aventuras de Preste João e Pero da Covilhã famosos espiões portugueses. Conta também a História do Reino de Espanha, a História do império romano e toda a história mitológica. Numa outra vertente de cariz mais religioso conta a História Bíblica, Sagra e Religiosa, apoiada nos textos bíblicos ou em estudos de teológicos. Conta também a História da vidas dos Papas, e dos Santos.

Além da História, e da Teologia, outro tema central presente um pouco por toda a obra é a Ciência, ou Filosofia Natural como era conhecida na época. O autor refere-se também a esta como *Filosofia Moderna* a nobilíssima ciência, fazendo inúmeras referências aos mais diversos assuntos científicos, mas também reflectindo sobre o que era esta nova filosofia e sobre a condição de ser filósofo.

*“Também vos advirto que ser Filósofo moderno não é ser Cartesiano; Renato Descartes foi um grande Filósofo moderno, porém disse e escreveu muitas coisas, que nem pelo pensamento nos passa segui-las: os modernos não seguem autor, nem escola alguma; veneram a todas e a todos, e em todas e todos vão buscar a verdade se lá a acham, e instrumentos ou graves demonstrações com que a mostrar, de sorte que o Filósofo moderno é Aristotélico, é Cartesiano, é Neutonista, etc., é Tomista, Scotista, Edigiano, Médio, e nada disto é, porque a nenhum destes defende nem segue.”*³

¹ [AHI, T8, C12, p. 140].

² [AHI, T8, C12, p. 141].

³ [AHI, T3, C18, p. 143].

É também neste ponto que podemos ver que Santa Rita não era apenas um ingénuo curioso, defendendo que o verdadeiro filósofo estuda e reflecte as diversas teorias e doutrinas e nunca se tornando num seguidor ou defensor delas, porque o objectivo último é sempre a procura da verdade e esta não é escrava de nenhuma escola de pensamento. Continua este ponto advertindo para a dificuldade de compreender os princípios fundamentais da ciência, que inicialmente até poderiam parecer enfadonhos, mas a sua aprendizagem era fundamental para mais tarde se abrirem as portas para aquilo que era a coisa mais útil, agradável, divertida e extremamente necessária. Traçando assim o espírito iluminista da sua obra, em nome da luz e da razão, da verdade, estes humildes e ignorantes através do ensino da academia iriam ser iluminados e salvos da cegueira em que viviam.

*“Advirto-vos que agora no princípio não haveis de achar tanto gosto no que ouvireis, porque, ainda que sejam coisas palpáveis e claras, são princípios, sobre os quais assentam depois as mais gostosas, divertidas, e pasmosas experiências, e notícias; por isso vos recomendo tomeis com gosto grande as primeiras lições, porque todas depois vos hão de servir para entenderes bem o que toda a vida vos há-de alegrar o coração, de sorte que sempre confessareis que nunca empregastes o tempo em coisa tão útil, gostosa, divertida, e sumamente necessária; em fim direis que viveste sempre cegos, e que só este ensino vos abriu os olhos do corpo, e do entendimento.”*¹

Santa Rita revela que tudo o que ensinará na AHI será fiel às doutrinas ensinadas pelos padres da Congregação do Oratório. Apela à necessidade de adquirir instrumentos e equipamentos para a realização de experiências fundamentais para a compreensão da natureza e avanço do conhecimento, referindo por exemplo os investimentos realizados pela Universidade de Bolonha em máquinas necessárias para a realização dessas experiências.² Em Portugal diz que os padres da Congregação do Oratório, os Clérigos Regulares, os Cónegos Regrantes, e o Colégio dos Ingleses todos se dedicavam ao estudo e ensino desta nova filosofia. Referindo também que o rei D. João V mandou vir de França e Inglaterra preciosas máquinas para instrução da Corte³, oferecendo-as ao Colégio de Nossa Senhora das Necessidades de Lisboa, frequentado por fidalgos, nobres e outros os curiosos que frequentavam estas aulas todas as semanas para recrearem-se no incomparável divertimento

¹ [AHI, T3, C18, p. 144].

² [AHI, T3, C18, p.138].

³ Banha Andrade no seu estudo *A Reforma Pombalina dos estudos secundários (1759 – 1771)*, faz também referência a este facto, citando esta mesma conferência: [AHI, T3, C18, p.138].

que eram as experiências científicas.

Faz uma interessante apreciação do estado da ciência na Europa, e a adesão do povo a esta nova ciência. Dizendo que em França não existia um príncipe, fidalgo, nobre, mecânico, plebeu, mulher, nem mancebo de qualquer estado, que não fosse um bom filósofo. E quase o mesmo se passava em Inglaterra, e também em Itália e Alemanha. Em Espanha estava a começar mas com grande força, no entanto, refere o autor com agravo, em Portugal só na Corte se verificava essa adesão ao conhecimento, fora dela só por especial fortuna, fortuna essa que também eles tinham na AHI “*onde quis Deus com o terramoto trazer-nos este insigne Filosofo, que aprendeu em França, Itália, e ultimamente, por ocupar bem o tempo, na Congregação do Oratório de Lisboa, onde (diz ele) ouvira a melhor Filosofia moderna Céptica, isto é, que só busca a verdade sem paixão por autor, nem sistema algum (...)*”¹ Preocupa-se em dizer que a Igreja Católica de Roma em nada se opõe a esta ciência, muito pelo contrário, e que a Física e Metafísica de Aristóteles, são as origens da Ciência, e que apesar de terem sido proibidas no século XIII pela Igreja, isso eram coisas do passado. Assume também uma posição de homem religioso perante a Ciência, onde esta última seria sempre um olhar para a obra de Deus, uma procura pelos segredos que com o tempo foram esquecidos pelo homem. Faz referência às experiências da Academia Real das Ciências de Paris e às suas memórias publicadas no ano de 1713, prosseguindo com uma interessante definição do que era a Física:

*“Física ou Filosofia Natural (disse o Filosofo) é uma ciência que trata de todas as coisas naturais, dando a razão e apontando a causa de todos os efeitos ordinários e extraordinários que vemos com os nossos olhos. Trata dos céus, dos astros e dos meteoros, declara qual seja a causa das chuvas e dos ventos, a origem das marés e das fontes. Trata de cada hum dos elementos e das suas propriedades. Enfim, tudo quanto temos na terra é objecto desta curiosíssima e admirável ciência, merecendo-lhe especial atenção as plantas, os brutos, e o homem com tudo o que serve aos seus sentidos, como são a luz que nos alumia, as cores que nos alegram, os sons que nos divertem, o cheiro e sabores que nos recreiam, e o movimento de muitas coisas que nos admiram. Isto suposto, para se reconhecer qualquer coisa o melhor meio é examinar, e conhecer as partes de que constam todas as coisas constam de duas partes, a que os Filósofos chamam Princípios, que vem a ser Matéria e Forma. (...)”*²

No tratamento destes assuntos, Santa Rita demonstra ser um erudito conhecedor do estado da Ciência e atento aos seus avanços, principalmente em França, conhecedor, como já

¹ [AHI, T3, C18, p.139].

² [AHI, t3, c19, p.145].

referido, das memórias da Academia Real de Ciências de Paris, mas também de obras como o *Journal de Savants* às quais se refere como sua fonte¹ ou às *Mémoires de Trevoux*².

“(…) eu tenho lido as obras da Academia Real das Ciências, as memórias de Trevoux, e quase todos os livros de Filosofia natural, chamada moderna(…)”³

Mas atento também ao que se escrevia em Portugal, e sobre estes assuntos da ciência faz diversas referências à *Recreação Filosófica* de Teodoro de Almeida, obra contemporânea e de âmbito semelhante à AHI. Por exemplo falando novamente sobre máquinas e instrumentos de experiências refere que “*estampas delas trazem muitos livros Franceses e a Recreação Filosófica*”⁴, lamentando o facto de a AHI não possuir nenhuma máquina⁵ para realizar experiências e nem estampas para mostrar, podendo apenas recorrer-se das palavras para descreve-las.

Tratou também de um problema bastante actual para na época inerente aos desenvolvimentos que se assistiam no campo científico. A problemática da nomenclatura científica, como o autor o afirma, que pela novidade das contastes descobertas existiam muitas palavras e nomes novos, muitos deles não existentes em Português, aos quais eram dados diminutivos, mas que muitos modernos abominavam optando pelo latim. Transportando esse problema para a sua academia, decidiu resolvê-lo simplificando o conhecimento de forma a torná-lo mais acessível por todos, que mais uma vez expressa o seu sentido crítico desmarcando-se do elitismo erudito:

“(…) nós porém que somos uns ignorantes, e não temos, como tais, que temer censuras de pouco polidos para melhor nos explicarmos e percebermos, chamamos ar ao ar grosso, e ao

¹ Referência ao *Le Journal des Sçavans*, posteriormente intitulado *Journal des Savants*, como fonte do estava a escrever: [AHI, T3, C20, p.165].

² A respeito de uma dissertação sobre os efeitos das pedras ágatas na saúde termina com a opinião dos filósofos modernos sobre o assunto referenciando nas *Mémoires de Trévoux*: “*O Reverendíssimo Padre D.Thomaz Mangepart Monge de S. Bento da Congregação de S. Vannes, e Antiquário do Duque imprimiu em Bruxelas no ano de 1753 uma doutíssima dissertação a respeito deste fenómeno, que muitos louvam os padres de Trévoux nas memórias do mesmo ano.*” [AHI, T7, C31, p. 368].

³ [AHI, T4, C3, p.17]

⁴ [AHI, T3, C49, p.389].

⁵ Ainda sobre máquinas, e na mesma conferência referenciada acima, faz referência aos artífices portugueses Bento de Moura e Manuel Ângelo Vila que reduziram a máquina pneumática e melhoraram o seu funcionamento e facilidade de utilização, tendo com isso sido bastante reconhecidos nos reinos estrangeiros.

ar subtilíssimo chamamos arzinho.”¹

Santa Rita conferiu à obra um carácter internacional, ou universal, sempre presente, expresso pelas inúmeras referências tanto a entidades estrangeiras, como aos mais diversos lugares do mundo. Compreender e dar a conhecer este mundo era fundamental, e também um dos temas que mais curiosidade despertava nos leitores, ávidos em ouvir essas histórias de lugares longínquos ou de saber o que se passava nos outros reinos da Europa. E Santa Rita alimenta esse ensejo, principalmente com histórias do Oriente, sobretudo da Índia e China, mas também das Américas, sobretudo do Brasil, e dos territórios portugueses da África, Moçambique e Angola. Pelas palavras dos diversos eruditos da sua Academia, dá a entender que possuía conhecimentos profundos e actuais, talvez fundados na experiência pessoal, e troca de impressões com missionários destacados, sobretudo da Ásia Portuguesa. Os temas e histórias são inúmeros e ilustraremos aqui algumas que parecem interessantes no espírito da obra. Um dos problemas que um homem do mundo, viajante e aventureiro, teria que enfrentar nesses lugares remotos era o da comunicação. Sobre Goa, exemplifica, ora da voz próprio *Ermitão*, ora dizendo as ter ouvido de outros membros religiosos de Santo Agostinho, que nas missões religiosas os problemas linguísticos, das traduções da sagrada escritura para os dialectos e línguas das colónias, era um verdadeiro entrave. Referindo também as dificuldades de pronúncia do Português em Goa e em Bengala. Elevando as especificidades da língua portuguesa, traduzidas por exemplo no significado da palavra *saudade*:

*“A língua Castelhana é excelente e abundantíssima de palavras, porém falta-lhe uma para expressar e dizer de uma vez aquela aflição que padece uma pessoa quando está ausente de outra, a quem ama, a que no nosso Português se explica admiravelmente com a palavra ‘saudade’”.*²

Entre as diversas incursões pelo mundo, Santa Rita dedica largas páginas à China, colocando todas as personagens da academia a contar as suas experiências passadas nesse Império. Será possível que o autor tenha participado em missões religiosas ou diplomáticas neste país, ou que pelo menos tenha tido contacto com pessoas que o fizeram. Talvez também tenha tido acesso a documentos relacionados com as acções diplomáticas da Corte Portuguesa na China ocorridas durante os inícios do século XVIII, nomeadamente da missão diplomática

¹ [AHI, T3, C49, p.390].

² [AHI, T3, C33, p. 261].

do embaixador *Alexandre Metélo de Sousa Menezes* ordenada por D.JoãoV para negociar com o Imperador da China. Participaram nesta missão diversos religiosos, missionários, e soldados, que no dia 12 de Agosto de 1725 partiram na fragata de Nossa Senhora da Oliveira em direcção a Macau.¹

“Há muito tempo, (disse o Teólogo), desejamos saber nesta Academia notícias especiais do Império da China, e agora se excita mais o nosso desejo, ouvindo a felicíssima notícia de inumeráveis pessoas que no dito Império abraçaram a nossa Fé Católica, fruto do zelo dos exemplaríssimos Religiosos da Ordem dos Pregadores, que com a conversão de um Eunuco, dizem, conseguiram a conversão do Imperador. A notícia é tão feliz que eu duvido dela, não obstante escrever-me de Manilhas meu irmão, que repetidas vezes entra no Império.” (...)
“O senhor Ermitão, que tantos anos habitou naquele Império, podia agora dar-nos notícia de todo, e o mesmo podiam fazer os nossos companheiros que o viram. Eu direi, (respondeu o Soldado), porque vim de lá há menos tempo, e para evitar confusão, primeiro tratarei do Império, isto é das suas províncias, terras e frutos, depois da gente, letras e costumes, e ultimamente do princípio da sua Cristandade e progressos dela, até o tempo, em que vim para Portugal.”²

“(...) porque estes” (os europeus) “não podem entrar no Império, senão como eu, e outros na família de algum Embaixador, ou por companheiro de Missionário, só com o seu fato, sem coisa de comércio. Assim entrei a primeira vez com o Reverendíssimo Padre Mestre Fr. João Salzedo, da Ordem dos Pregadores, de Manilhas; e segunda, com o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Fr. Francisco da Purificação, Bispo de Pequim, da Ordem de Santo Agostinho; e o nosso irmão Ermitão com o Embaixador Alexandre Metélo de Sousa Menezes.”³

Se o autor da AHI participou pessoalmente nessa missão diplomática não sabemos, contudo as suas personagens nela participaram, e fica claro que o próprio possuía profundos

¹ O relato desta missão encontra-se detalhadamente descrito na *“Abreviada Relação da Embaixada, que a Sereníssima Majestade do Senhor D. João V Rei de Portugal, mandou ao Imperador da China, e Tartaria Yum Chim, pelo seu Embaixador Alexandre Metello de Souza Menezes (...)”* in MIRANDA, Francisco de Sá e, Coleção e Escolha de Bons Ditos, e Pensamentos Moraes, Politicos, e Graciosos., Oficina de Francisco Borges de Souza, Lisboa, 1779, pp.127-178. Contudo não foi possível apurar os nomes dos frades e religiosos que participaram nesta viagem, onde se poderia encontrar o autor Frei Joaquim de Santa Rita. Entre diversas referências possíveis: *“(...) quando porém me preparava para vir de todo para este Reino na Nau que foi buscar o nosso Embaixador (...)”* [AHI, T4, C42, p.334].

² [AHI, T4, C21, p.161].

³ [AHI, T4, C24, pp.185-186].

conhecimentos sobre a cultura e hábitos da China¹. São também relatadas imensas histórias e pormenores dessa embaixada que não vêm descritos no documento acima citado em nota de rodapé. Com ficção ou não, Santa Rita deixa-nos uma singular visão setecentista de um Império e de uma Cultura remota e única. Faz uma interessante referência às elites eruditas da China e à forma como hierarquizavam os seus graus de conhecimento e a um tipo de academias que costumavam formar entre si.

*“Nas casas dos poderosos são Mestres os Bacharéis, e também há muitos estudos particulares. Depois que alcançam o grau, ainda que seja o primeiro de Bacharel, não reconhecem Mestre, mas sim formam entre si uma Academias, nas quais se juntam algumas vezes em cada mês, um deles abre um livro, e dá o ponto, sobre o qual todos compõem, e depois conferem as composições.”*²

Como filósofo e homem erudito, não poderia falar da China e do Oriente sem mencionar o memorável Confúcio tecendo-lhe enormes elogios:

*“(...) floresceu neste Império o memorável Filósofo Confúcio, ou Confuso, homem sapientíssimo e do melhor génio e bondade de que há tradição no Oriente, nascido para bem das Republicas de todo; porque a todos os Reinos, e Impérios intentou reformar com admiráveis Leis, para observância da natural; teve muitos e admiráveis discípulos; governou muitos e muitos Reinos com especial paciência para tolerar a resistência dos bárbaros (...)”*³

O tema da China parecia ser de extrema importância e interesse para o país, não só pelos esforços diplomáticos que estavam a ser feitos durante a governação de D. João V, como pela presença portuguesa em Macau e o comércio com o Oriente. Santa Rita dedica também longas páginas a Macau iniciando o tema com as palavras: *“Falta dar-vos noticia, (disse o Ermitão) da Ilha e cidade de Macau, porta singular por onde a nação Portuguesa introduziu a Fé Católica na China (...)”*.⁴ Relatando que a situação naquele território não era a melhor, o comércio e as relações com os chineses estavam deteriorados:

¹ Nessa sua erudição alicerçada sobre o império chinês, chega mesmo a corrigir a obra do historiador Manuel de Faria e Sousa. *“como erradamente imprimiram os que deram ao prelo a historia da China do grande Manuel de Faria e Sousa.”* [AHI, T4, C37, p.302].

² [AHI, T4, C25, p.197].

³ [AHI, T4, C27, p.212].

⁴ [AHI, T4, C42, p.329].

“Há poucos anos ouço queixarem-se os que lá vivem, de que o comércio está diminuto, a fidelidade nos Chinas extinta, e que só a pobreza cresce cada dia, e consolando eu a todos, os que me escreviam estas notícias tristes, outro amigo de toda a verdade, compadecido de que eu gastasse o tempo e papel de balde, me mandou dizer que a Cidade cada vez está mais rica e aumentada, e só era a verdade menos, nos que me escreviam, os quais para evitarem mimos, se fingiam alcançados.”¹

O carácter internacional e universal da obra contudo não se limita à China, como referido anteriormente também as Índias e sobretudo Goa é assunto recorrente ao longo de toda a obra. Os eruditos da AHI, todos homens viajados, vão relatando as suas histórias um pouco por todas as colónias portuguesas, fazendo referências também aos países vizinhos dessas, e outras histórias chegavam também à academia através de conversas com outros.² Uma dessas histórias é contada na primeira pessoa por um Romeiro chamado *João de Cristo*, que pedindo licença para participar na Conferência partilha na AHI as suas aventuras pela Tartária no Oriente.

“Concorrem este ano mais que nunca os Romeiros a este delicioso sítio, e entre eles muitos que fazem vida solitária em várias partes deste Reino, um deles, chamado João de Cristo,

¹ [AHI, T4, C42, p.332].

² Deixam-se aqui alguns exemplos dessas histórias: *“em Lisboa há muitas pessoas que estiveram na Índia, e no Algarve o muito Reverendo Padre Nicolau natural dela em casa do muito Reverendo Senhor Arcediago de Lagos em Faro, e o Padre Mestre Doutor Fr. João de Jesus em Tavira, aonde podem recorrer para aprenderem (...)”*[AHI, T4, C12, p.95]; *“No ano de 1724 (disse o Ermitão) estive eu no Castelo da Mina (...)”* [AHI, T4, C46, p.355] *existe um erro de paginação na obra, repetição da páginas numeradas de 351 a 360; *“depois me constou na Baía, que ela casará com certo português bem nascido (...) Eu conheço esse homem (disse o Soldado) e outro que viveu no Camamú comigo, bem pobre e depois em Angola casou com outra negra (...)”* [AHI, T4, C46, p.357] *existe um erro de paginação na obra, repetição da paginas numeradas de 351 a 360; também podemos encontrar diversas vezes citados S. Francisco Xavier, pelas suas histórias no oriente; *“na nau de Santa Teresa, onde com quinze anos (...) estive sacramentado, e vi morrer trezentas e sessenta e duas pessoas, que perguntadas pelos Capelães e Enfermeiros (...) o Capitão de mar e guerra Custódio António da Gama, o Piloto mór, e o Mestre, dois Religiosos de S. Domingos, que nunca tinha embarcado, José de Sousa, que depois foi Clérigo, e deixando o século morreu na Ordem Seráfica (...)”* [AHI, T7, C29, p. 345]; *“a nau N. Senhora do Livramento, que saiu de Lisboa para Goa em 1729 arribou a esta ilha [referindo-se a Madagáscar] e por milagre se achava com muita pouca gente em Moçambique em 1730, onde os seus oficiais me contaram os trabalhos que tinham padecido naquele porto, e os muitos centos de companheiros, que nele tinham morrido, mostrando-me ainda muitos as cicatrizes das venenosas mordeduras dos agigantados mosquitos.”* [AHI, T7, C30, p. 349].

*que habita o mais áspero do Campo de Ourique, ouvindo a última Conferência das coisas prodigiosas do Orbe Católico, pediu licença para contar o que tinha visto, e disse: Nasci em Lisboa, embarquei para a Índia na nau Santa Teresa, no ano de mil e setecentos e trinta, cheguei em Setembro do mesmo ano, e vendo que por convalescença de uma maligna e jornada penosa, me mandavam logo para a guerra do Norte, alcancei licença do Vice-Rei João de Saldanha da Gama para ir a Surrate, aonde cheguei felizmente, com animo de vir com Ingleses, ou Holandeses para a Europa; mas como estava contra mim a fortuna, acomodei-me no serviço de um Francês, que me ofereceu casa, e mesa na pobre Feitoria, que a sua nação tem naquela terra opulentíssima (...)*¹

Cabe aqui realçar um ponto importante, este romeiro falou longamente durante várias conferências seguidas, relatando a sua história como se fosse um dos regulares eruditos da academia. Fundamento ainda mais o carácter fraterno e igualitário que Santa Rita desejou conferir à sua academia imaginária. Na AHI qualquer um podia participar e tinha o direito de falar para igual, qualquer um poderia ser membro da academia, por os requisitos baseavam-se apenas na sua humildade. Ficando assim ilustrada a igualdade existente entre os académicos e os humildes que assistiam às conferências, que eram um e único corpo. Ainda sobre esse relato uma curiosa nota:

*“Creio, (disse o Teólogo ao Romeiro) tudo o que haveis contado, porque em Pariz imprimio Frederico Jamnes uma extensa relação da vossa próspera fortuna, a qual excitou a curiosidade de alguns sócios da Academia Real das Ciências, os quais escreveram ao Ministro da sua Coroa em Constantinopla, e este fez examinar o boqueirão vizinho do monte Ida, e acharam que por ele saiam no Inverno muitas alfaias despedaçadas, que os pescadores daquele sitio recolhiam (...)*²

Sobre a Pérsia, Santa Rita escreve largamente sobre uma personagem curiosa, *Thamaz Coulikan*, um Rei da Pérsia, aparentemente ilustre por ter concebido um novo método de fortificação extremamente eficaz. São feitas mais uma vez várias referências a nomes da diplomacia portuguesa com as quais as suas personagens tiveram contactos.

“Direi gostoso (respondeu o Soldado) o que me ensinou o grande e memorável André Ribeiro Coutinho, e li na vida de Thamaz Coulikan,, composta pelo venerável Religioso e insigne Missionário Fr. Jorge da Apresentação, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, filho do

¹ [AHI, T6, C37, p. 293].

² [AHI, T6, C47, p. 375].

Desembargador Manuel Pinto de Mira, Embaixador do Rei D. João V na corte da Pérsia por Ordem de João da Saldanha da Gama.”¹

“O grande Thamaz Koulikan, insigne Engenheiro, desenhou um novo método de fortificações, contra o que escreveram nesta matéria mil cento e dezanove autores de todas as nações da Europa. E se bem julgaram muitos Engenheiros Holandeses que só aquele método não tinha defeito, e era inconquistável a Praça edificada com aquele desenho, de que vos darei notícia, e figura, Jorge Lalmet, Alemão Engenheiro insigne, prometeu ao Thamaz mostrar-lhe como se podia render, quando ela se acabasse, mas ambos acabaram a vida primeiro.”²

“Nada valem as bombas se a guarnição, e moradores da Praça são muito destros: cem mil (número incrível, mas notícia constante na Pérsia e Turquia) lançou Thamaz Koulikan em uma Praça fortíssima dos Otomanos em 1732 (...)”³

A arte militar e a história da guerra, também ocupam lugar nas conferências da AHI, sobretudo pela voz do *Soldado*, que na infinita erudição do seu autor fez referência a um acontecimento ocorrido em 1747 noticiado na Gazeta Portuguesa:

“A mais bem sucedida contramina do nosso tempo foi a que fizeram os Engenheiros de Bergoopzoom no ano de 1747, que fez voar a melhor, e maior parte dos sitiadores. Eu falei com um soldado fidedigno, que se achou nesta Praça em todo o tempo do sitio, e pedindo-lhe me explicasse esta acção, que a Gazeta Portuguesa referia com brevidade, me disse, que quando se deu fogo à contramina, fazia muito vento, tal, que levou imediatamente o fumo da pólvora, e o pouco pó da terra (...)”⁴

¹ [AHI, T7, C4, p. 37]. Nota: *Thamaz Coulikan* ou *Thamaz-Koulikan* terá sido um Rei da Pérsia, vem referido na obra de José Barbosa, académico da Academia Real da História, intitulada: *Epítome da Vida do Illustris. e Excelentis. Senhor D. Luiz Carlos Ignacio Xavier de Menezes, Primeiro Marquez do Loviriçal, Quinto Conde de Ericeira, do Conselho de Sua Majestade, Duas vezes Viso-Rey e Capitão General do Estado da Índia*, Oficina de António Isidoro da Fonseca, Lisboa, 1743, p. 53. André Ribeiro Coutinho foi um administrador colonial português, governador da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul no Brasil entre os anos 1737 a 1739. João da Saldanha da Gama (1674 – 1753) foi governador e capitão-general da ilha da Madeira, e vice-rei da Índia, in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*, 2 volumes, Lello&Irmão Editores, Porto, 1986, vol.1, p.1094.

² [AHI, T7, C6, p. 70].

³ [AHI, T7, C7, p. 78].

⁴ [AHI, T7, C8, pp. 89-90]. Bergen op Zoom é uma cidade localizada no Sul da Holanda. O autor quando se refere à *Gazeta Portuguesa* deverá estar a referir-se à *Gazeta de Lisboa*, que durante o reinado de D. João V foi o

Mas discussão entre as personagens também fazia parte do decorrer das conferências, e não bastava apenas citar fontes ou relatar experiências, muitas vezes uma personagem interrompe a outra em nome da clarificação e da verdade dos assuntos abordados. No seguimento do assunto tratado acima, o *Ermitão* interrompe o *Soldado* na sua explanação de como equipar a galeria de um fosso de uma praça de armas ao estilo de *Thamaz Koulikan*, trazendo também ele informações sobre assunto:

*“É certo (disse o Ermitão) que todos os Autores modernos mandam fabricar a galeria dessa sorte, mas viajando eu quase todo o mundo, e tendo lido muito, não me lembro de que se usasse, ou conseguisse fazer com bom sucesso.” (...) “e segundo mo comunicou o Padre Fr. Plácido Carmelita Descalço (que muitos assentaram fora Confessor de Thamaz Koulikan, e que este era Católico com mais obrigações que as do Decálogo, e Italiano, como o Padre Fr. Plácido).”*¹

*“O Padre Fr. Jorge da Apresentação, quando intentava dar à luz a vida de Thamaz, composta do que vira, e ouvira dele, viu impressa outra muito diminuta, e desfigurada, motivo, por que disse a seu irmão o M.R.P. José Pinto da Congregação do Oratório, que a lacerasse, ou imprimisse em outro nome, e ignoro que fim teve com o terramoto, e por sua morte, assim como também se imprimiu na Itália do Padre Fr. Plácido o seu excelente livro ‘Asia apenas conhecida tantos séculos depois de comunicada’. Para quem não professa Milícia o que está disto nesta matéria basta.”*²

Continuando o percurso da AHI, o tomo VII traz-nos uma novidade dentro da obra, o autor tecendo largos elogios ao autor Louis Moreri³ (1643 – 1680) e à sua obra intitulada “*Le Grand Dictionnaire Historique, où la Melange curieux de l’Histoire Sacrée & Profane*” impresso pela primeira vez em Lyon no ano de 1674, decide fazer um selecção dos artigos deste dicionário, com as suas críticas e adições sempre que considera necessário. Passa assim a ser a função do *Letrado*, nova personagem erudita da academia, recriar os

jornal oficial do reino entre 1715 e 1762, sob a direcção de José Mascarenhas, e que mais tarde pelo poder do Marquês de Pombal veio a ter a sua publicação suspensa foi suspenso entre 1762 e 1778. Inicialmente chamou-se *Notícia dos Estados: História Anual, Cronológica e Política do Mundo e Especialmente da Europa* e depois *Gazeta de Lisboa Ocidental*.

¹ [AHI, T7, C9, p. 107].

² [AHI, T7, C10, p. 109].

³ Sobre Moreri decidiu-se usar como fonte a obra: BRIASSON, Antoine-Claude, *Memoires pour servir a l’histoire des Hommes Illustres dans la Republique des Letres* (...), Paris, 1734, Tome XXVII, pp. 308 – 316.

significados do dicionário de Moreri. Ilustremos com a primeira participação do *Letrado* e do *Estudante* nas conferências da academia:

“Não convém (disse o Letrado) gastar o tempo com pouco fruto, qual é o que se segue de tratar com suma brevidade o melhor da história, sem dar primeiro grande notícia dela, porque as sumas, e epítomes se inventaram para facilmente cada um renovar a lembrança do que lera, e ouvira em mais dilatada história, como são as de Moreri a respeito do brevíssimo epítome de João de Buffiers. Eu me obrigo a referir-vos tudo o que se contém naquela grande Obra, menos algumas coisas, que lhe acrescentaram os tradutores só para fazerem a obra agigantada, emendando as inumeráveis equivoicações, e erros, de que por culpa dos amanuenses (como dela consta) está infeccionada, acrescentando-lhe o muito, e muito curioso, que lhe falta, especialmente do nosso Reino, sem repetir o que aqui se tem dito, nem dizer o que cada um com mais extensão deve contar, e em fim reduzindo a um tomo o que hoje se acha em tantos, e tão grandes, porque eles se repetem muitas, e muitas vezes as mesmas histórias nas vidas de todos os sujeitos, de que tratam elas, além das impertinentes, infrutíferas, e supérfluas.” (...) “Grande benefício (disse o estudante) esperamos receber de vós no que prometeis (...)”¹

O Dicionário Histórico do autor francês Moreri², é por muitos considerados um dos pioneiros no enciclopedismo do conhecimento e uma das inspirações da *Encyclopédie* de Diderot e d’Alembert, foi uma obra de referência nos princípios do século XVIII, alvo de amplas reedições e aumentos por diversos autores, largamente traduzida por toda a Europa.³

“Entre as inumeráveis folhas de Moreri escolhei as flores com que aquele admirável autor plantou o jardim da História, que sendo acrescentado por outros igualmente peritos, hoje se acha sufocado de folhas e ervas inúteis. Acrescentai sinceramente, e sem vaidade de notas o que viste, e ouviste, que ninguém vos há de criticar. Sigo a vossa, (disse o Letrado) e já começo.”⁴

¹ [AHI, T7, C10, pp. 109-110].

² *Le grand Dictionnaire historique, ou le mélange curieux de l’histoire sacrée et profane* editado pela primeira vez em 1674 na cidade de Lyon, por *Louis Moreri* (1643-1680).

³ Francisco José Freire, conhecido por Cândido Lusitano, refere a influência de Moreri no *Discurso Preliminar* da sua obra: *Diccionario Poetico para uso dos que principião a exercitarse na Poesia Portuguesa* (...) Lisboa, 1765, Tomo I.

⁴ [AHI, T7, C10, p. 113].

Não sabemos as razões que levaram Santa Rita entre todos os dicionários estrangeiros e manuais enciclopédicos a escolher especialmente o de Moreri para incluir na sua obra. Sabemos que ele, tal como outros autores da época, apesar do grande respeito pelo trabalho de Moreri, o considerava incompleto e com erros, propondo também contribuir para o seu melhoramento. Pierre Bayle com o seu *Dictionnaire historique et critique* publicado em 1696 e 1697, terá sido o primeiro a ser inspirado pela obra de Moreri. Ora o dicionário de Bayle juntamente com a *Cyclopaedia* (lançada em 1728) de Ephraim Chambers, são considerados os precursores e principais influências da *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers* (1751-1765) de Diderot e d’Alembert, considerada como o maior veículo de propagação das ideias iluministas na segunda metade do século XVIII. A divulgação em Portugal da *Encyclopédie* francesa foi realizada pela *Gazeta de Lisboa*¹ (publicada desde 1715, interrompida a partir de 1762 e retomada a partir de 1778) que não só inspirou como também contribuiu para a criação e êxito do *Jornal Enciclopédico* (1779 ; 1788-1793 ; 1806), sublime exemplo de um projecto português iluminista de divulgação de ideias e de conhecimentos científicos, que se apresentou ao público com o principal objectivo ser um veículo de ilustração dos ignorantes, com a ajuda das pessoas instruídas e zelosas do bem da Pátria.² Temos então nas raízes do movimento enciclopedista temos um Moreri esquecido, retomado no campo literário português por Santa Rita, que criou similarmente uma obra de compilação do saber e da história, antes da *Encyclopédie* de Diderot de d’Alembert ganhar expressão em Portugal, que mais tarde já quase no final do século inspirou o *Jornal Enciclopédico* que prometia dedicar-se à instrução dos ignorantes, felicidade e utilidade do povo³. Duas décadas antes já essa missão tinha sido assumida pela Academia dos Humildes e Ignorantes de Santa Rita. De referir que a *Gazeta Literária ou notícia exacta dos principaes escriptos que modernamente se vão publicando na Europa* (1761-1762) é um importante exemplo de um periódico contemporâneo da AHI de divulgação de conhecimentos.

Será de realçar que Santa Rita não foi um mero coprador da obra de Moreri, nem um tradutor passivo, admirando essa obra e respeitando acrescentou-a sempre que pode nas suas transcrições⁴, sobretudo adicionando notas sobre Portugal que esses tradutores e o próprio

¹ ARAÚJO, Ana Cristina, *A Cultura das Luzes em Portugal Temas e Problemas*, 2003, pp. 80-82.

² REIS, Fernando Egídio, *Felicidade, Utilidade e Instrução. A Divulgação Científica no Jornal Enciclopédico Dedicado à Rainha 1779; 1788 – 1793; 1806*, Porto, 2005, pp. 2-3.

³ “(...) projectamos um Jornal Português, que seja não só um veículo de instrução para os ignorantes, mas uma ocasião de se exercitarem os instruídos.” Palavras dos editores do *Jornal Enciclopédico* in “Ao Publico”, *Jornal Enciclopédico* (...) Julho de 1779, transcrito por REIS (2005) pp. 46-47.

⁴ Alguns exemplos dos seus acrescentos: “‘Abassi’, são uns povos bárbaros da Geórgia, a que os Persas chamam comumente Abgonas, vivem de rapinas, sem lei, nem Rei, em covas nos matos, como brutos, tem

Moreri nunca referiam nos diversos assuntos desse dicionário. Nesses diversos acertos e correções chegou a tecer graves críticas a esses tradutores sobretudo em assuntos que lhe eram próximos e que ele dominava.¹

Outro dos temas que assume um papel central na obra, principalmente no último tomo publicado, e que revela um novo talento do autor, é a Medicina. O autor além de se afirmar como um estudioso dessa matéria, demonstra dominar o assunto, estando ao corrente do que se publicava no estrangeiro e também por autores portugueses. Vemos então mais uma vez as conferências da AHI serem preenchidas com um assunto extremamente em voga na época, que era considerado como essencial para o bem-estar do povo e melhoramento da saúde pública. Esses conhecimentos sobre Medicina de Santa Rita parecem estar relacionados com o

destruído mil vezes as povoações mais notáveis dos Persas, e a Corte no ano de 1733, sendo nela Embaixador o nosso Fidelíssimo Soberano o M. R. P. Fr. Jorge da Apresentação, Eremita de Santo Agostinho.” [AHI, T7, C12, p. 139]; “‘Aljubarrota’, é um lugar da Estremadura, distante quatro léguas da Cidade de Leiria, aonde ganhou o Rei D. João I a 14 de Agosto a memorável batalha, que tomou o nome deste sitio, de que já tendes verdadeira notícia na vida desse Augusto Monarca; e os Espanhóis e Moreri fundado neles, a descreve com as maiores falsidades que se viram na história de Espanha.” [AHI, T7, C26, p. 310].

¹ “‘Agostinhos’ são os Religiosos Eremitas de Santo Agostinho, Calçados e Descalços. *Neste título, e no de Santo Agostinho escreveu Moreri, como sempre a verdade; mas os seus tradutores, além de lhe acrescentarem em toda a obra notícias ridículas, e vidas de sujeitos, que não merecem lembrança alguma, neste dois títulos viciaram o que ele escreveu, tão cegos, que mil vezes se contradizem, e sem respeito a Deus, Bulas, Decretos, Concílios, e Censuras, nem pejo dos homens, disseram a Regra de Santo Agostinho era falsamente atribuída ao Santo, como se fosse necessário dizer tanto, para os julgarmos pelos maiores ignorantes das determinações da Igreja, história Eclesiástica e Secular. (...)” [AHI, T7, C24, pp. 279-280]; “Se o tradutor e viciador de Moreri não fosse ignorantíssimo, saberia alguma coisa disto, ou do que agora calo, para escrever em outro título, e escusaria a todos os escândalo, com que escreveu: ‘Chamam-se vulgarmente Casas da Ordem de Santo Agostinho todas as comunidades, que seguem a sua Regra, ainda que seja diferente do seu Instituto: os Cónegos Regulares se intitulam todos da Ordem de Santo Agostinho, e com efeito são os que melhor o imitam: os Religiosos Mendicantes chamados Agostinhos pretendem ser de uma Ordem fundada por Santo Agostinho, atendendo-se’ (palavra fielmente traduzida) ‘a uma Regra falsamente atribuída a este Santo’. Tão rude, ignorante, e falto de notícias era este escrevedor, que supõe nestas palavras ser a Regra dos Eremitas diferente da dos Cónegos Regrantes, e da que professam setenta e duas Religiões, sabendo todo o mundo que foi, é, será sempre a mesma, sem diferença em uma só vírgula: e dizer que a dos Eremitas é falsa, é dizer contra a mente da Igreja que não há Regra de Santo Agostinho (...)” [AHI, T7, C24, p. 282]; “Não tem número os desatinos, que a nenhum louco lembraram, e escreveu este ignorante, dizendo que a Religião Eremitica de Santo Agostinho se dividira em Monges Jerónimos, Eremitas de S. Paulo, Religiosos de Santa Brígida, de Santo Ambrósio, Irmãos da Caridade, e outras sessenta. Fatal ignorância! (...) e só quem for tão ignorante como este escrevedor, dirá que os Eremitas de Santo Agostinho se dividiram nestes, ou que estes procederam dos Eremitas; e para que a sua ignorância não se divida em muitos, diremos com Moreri quais são os membros deste corpo místico.” [AHI, T7, C24, p. 283].

seu ofício de missionário, que inúmeras vezes refere na voz de algumas das suas personagens, onde pelas inúmeras viagens que fez pelas colónias privou com ilustres médicos e terá tratado inúmeros enfermos. Pela voz do *Filósofo*, diz ser um curioso da Medicina, que estudou com os mais sapientíssimos médicos, ou por outras palavras era um Filósofo da Medicina:

*“Respondo (continuou) com a sinceridade, e verdade própria do meu estado, que ninguém aborrece mais os remédios do que os Médicos, e os que frequentam curiosamente os seus estudos; ninguém despreza mais a saúde do que os Filósofos, certos e afeiçoados em remédios seguros e falíveis discursos; ninguém finalmente é mais fácil em aconselhar o contrário do que obra do que o professor, ou curioso Filósofo da Medicina; tenho visto enfermos quase loucos, e são loucos verdadeiros, mas nunca a uns e outros vi obrar na saúde, e doença as loucuras de que fui testemunha ocular de Médicos sapientíssimos; a estes imitamos os ignorantes como eu, e outros, que por não vencermos uma repugnância, e horror da natureza, que facilmente vencemos, quando se no representa a morte, aproveitamos miseravelmente os momentos da vida, e em quanto eles duram sem moléstia, nada lembra do que pode segurá-la, e quando a doença nos avisa lançamos mão do que mais facilmente se encontra, e menos atormenta as sensações do padar [sic], e fantasia, porque só a actual doença atemoriza, e desengana de que somos mortais, e néscios, melindrosos, e os mais descuidados.”*¹

A introdução da Medicina como tema central da AHI reforça mais uma vez o carácter solidário da obra, cumprindo o seu primordial objectivo de instruir os mais desfavorecidos.² Na opinião do autor a Medicina poderia ser praticada por todos, e era necessário que o assim fosse, porque para o homem comum nem sempre era fácil recorrer aos serviços do médico, fosse por falta de recursos financeiros, fosse porque fora da Corte e nas povoações pequenas seria mais difícil encontrar um médico. Como tal, existiam muitos conhecimentos de grande utilidade, para curas, tratamentos e mesmo preparação de medicamentos, de fácil instrução a qualquer pessoa.

“À vista de tantos enfermos, (disse o Filósofo) que concorrem a este Santuário agradecidos pelas melhoras, que experimentam, apenas fazem os votos, e concorrem a ouvir nesta solidão o que a nossa humilde ignorância discorre para ocupar bem o tempo, devo em consciência

¹ [AHI, T8, C12, p. 133].

² Por exemplo: *“Há muito tempo (disse o Filósofo) não temos uma Conferência de Medicina, sendo cada vez mais necessária a sua notícia, à vista do que padecem os que assistem fora de Lisboa e Coimbra.”* [AHI, T6, C9, p. 65].

muitas vezes na semana instruir a todos na verdadeira medicina, que sem perigo pode, e deve ser praticada, visto que só a Corte, e terras grandes têm a fortuna de gozarem os sapientíssimos professores dela.”¹

Santa Rita ao longo de várias páginas dedicadas à Medicina, aos seus avanços, a formas de tratamento e explicação de diversas patologias, vai fazendo algumas interessantes incursões, muitas vezes em forma de crítica, astutamente direcionadas para a sua época, e para o estado desta arte no país. Nem todos os médicos eram doutos e de confiança.² E muito menos o seriam todos os boticários. Prevenindo contra certas misturas e medicamentos vendidos nas boticas que os médicos mandavam tomar e eram prejudiciais para a saúde, afirma que era necessário ter muito cuidado com alguns os médicos³. Santa Rita assume diversas vezes esta posição crítica contra a má medicina e contra os embutes vendidos pelos boticários muitas vezes cegos pelo negócio negligenciavam a saúde de que os procurava. Neste sentido também oferece receitas e aconselha curas para diversos problemas de saúde, porque nem todos tinham um médico à porta, e esta academia protegeria sempre os desfavorecidos.

“(...) os cordiais compostos de paus, pedras, ossos, e pontas de animais, que são os que vos

¹ [AHI, T8, C8, pp. 88].

² *“(...) em milhões de enfermos tenho visto, e agradeçam-me a modéstia com que agora calo as heresias, e escandalosas ignorâncias, que tenho ouvido nesta matéria a professores de Medicina e Cirurgia.”* [AHI, T6, C9, p. 70]; *“(...) mas numerosos agora os danos certíssimos e infalíveis do purgante benigno, que deixa o enfermo alegre, os assistentes ignorantes pasmados, e o Medico tão ufano, que gasta duas e três horas em uma lição de ponto quimérica composta de sonhos, que por decência calo nomes, que até hoje não tiveram imposição e desvarios, como eu ouvi no lugar da Cravoieira a três Médicos de fama conduzidos com grande dispêndio da Vilas próximas para curarem de vômitos e dejecções negras António da Cunha de Toar, de sorte que eu, e o Prior assaz douto Caetano Ferreira com grave fundamento cremos julgavam aqueles homem, que nós, e outros nem sabíamos ler, e assim o confessou o doutíssimo senhor Francisco Pedro de Torres, Médico assistente do enfermo.”* [AHI, T8, C8, p. 96].

³ *“Ainda nesta Academia, (disse o Teólogo), se não tratou matéria útil, e necessária, como a das Conferências passadas em Medicina. Em que tudo o que o senhor Filósofo disse é de Fé humana. Na Corte todos vivem com a fortuna de acharem em cada rua um médico doutíssimo, que o cure com água, foros, leites, banhos, e todos os refrigerantes, humetantes, e laxantes de crispaturas, obstruções (...) sem nunca padecer os perpétuos danos dos venenos purgantes e outros; fora de Lisboa (hoje certamente habitação dos médicos mais sábios), nós fomos os felizes porque temos perto em Mafra, o doutíssimo Francisco da Rosa Coutinho, e mais perto na Rebaldeira outro igual Francisco Pedro de Torres; dizer as curas milagrosas, que vi fazer a estes dois grandes médicos com água, e com remédios de casa, é tão impossível, como o é numerar os homicídios que com remédios de botica tenho visto cometer a outros. O primeiro no ano de 1743 me curou (...).”* [AHI, T4, C14, p.105].

*receitam, e fazem beber fora da Corte, em que gastais muito dinheiro de balde, e com que os boticários compram muitos bens, que nunca passaram a terceiro possuidor, sendo aliás certo que muitas vezes os Médicos, e não eles são os culpados: digo muitas vezes, e não sempre, porque nas Cidades pequenas, Vilas e Aldeias, onde os barbeiros curam, é tal a vossa desgraça, que os boticários são os que receitam. Em uma grande e bem provida botica de uma notável Vila deste Reino me achava eu, quando entrou um barbeiro, que não sabe ler, nem escrever, mas é dos que tem maior fama no curativo, e mais cabedais, pelos seus bons sucessos. Este disse ao boticário lhe fizesse logo um cordial para um febricitante perigoso. Tomou o boticário a garrafa, que levava mais de meia canada, pôs-lhe o funil, lançou no almofariz uma das águas destiladas, (que só diferem das dos poços, e fontes em serem desgostosas, ordinariamente corruptas, sempre nocivas, e sem virtude alguma) e sobre ela foi lançado sem peso, conta, nem medida sais, pós, bolinhos levemente triturados, massas, e em fim quinze diversos ingredientes, que para os acomodar encheu, e vazou o almofariz três vezes, e o faria muitas mais, se a garrafa acomodasse mais daquele infernal licor. Eu, e meu companheiro ficámos estáticos não só por vermos que nada se pesava, nem media, e as muitas coisas heterogêneas, e talvez opostas, e por isso venenosas, ou nocivas; mas admirando o desembaraço de consciência, com que o boticário preparava este garrote para a vida, e bolsa do enfermo, e a loucura com que este e outros inumeráveis, que padecem acidentes, quando os chamam para uma montaria, ou para um rebate contra inimigos, se entrega a um homicida tolerado, podendo com muito, e muito menos dispêndio chamar o Médico, que ainda dado e não concedido, que por falta de escrúpulos, estudos, e natural inclinação seja o pior, sempre é um Mestre graduado por muitos em uma excelentíssima, e talvez a primeira Universidade, e um homem, a quem Deus nos manda honrar, e seu ministro para nosso castigo, como já sabeis. Basta de digressão, porque isto vejo, e vedes vós suceder todos os dias (...)"*¹

No artigo nº5 intitulado “*Discurso sobre os Curadores*” do periódico *O Anonymo* (1752-1754) impresso na Oficina de Pedro Ferreira, em Lisboa no ano de 1752², este assunto é tratado sob uma perspectiva semelhante, onde o seu autor alerta para as diferenças entre médicos, boticários e outros curadores. Entenda-se que a prática da medicina, das curas, e tratamentos de doenças, não era na época um ofício exclusivo dos médicos.

Nas matérias da medicina verifica-se uma constante referenciação a obras e autores, nacionais e estrangeiros, e inúmeros médicos, alguns ilustres, outros mais desconhecidos.

¹ [AHI, T8, C9, pp. 104-105].

² Transcrito na obra: PIWNIK, Marie-Helene, *O Anónimo. Journal Portugais du XVIIIe siècle (1752-1754), Lecture, Introduction et Notes*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1979, pp.219-228.

Entre os nomes que conseguimos identificar, temos João Curvo Semedo (1635-1719)¹, médico da casa Real com o qual seus familiares teriam tido contacto e conhecimento da receita de um medicamento criado por esse ilustre médico, que muitos autores falsamente afirmavam conhecer, e que em nome da verdade e contra os desenganos seria revelado em conferência.²

Outro nome que Santa Rita referencia inúmeras vezes é um D. Simão de Castro³,

¹ João Curvo Semedo foi um “médico português, n. em Monforte e m. em Lisboa (1635-1719). Clínico notável, foi médico da Casa Real e escreveu em 1695 uma obra célebre *Polianteia Medicinal; Notícias Galénicas e Químicas*, que se tornou muito popular e foi várias vezes reimpressa. Escreveu mais: *Observações Médico-Doutriniais; Tratado da Peste; Tratado do Ouro Diaforético, Sua Preparação e Virtudes; etc.*” in Lello Universal, *Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*, Lello&Irmão Editores, Porto, 1986, Vol.2, p.873.

² Referindo-se ao ainda facto de certas misturas explosivas receitadas pelos boticários serem nocivas para a saúde, afirma ser detentor dos segredos de um medicamento deste médico: “*Mas contra esta verdade certa, e publicamente conhecida, e praticada pelos mais doutos, e veneráveis Médicos de todo o mundo, ouço clamar contra eles, e contra mim todos aqueles, a quem certamente o bezoartico de João Curvo Semedo livrou, e livra da morte, o qual (como falsamente escreveu um Espanhol, e crê o vulgo ignorante) consta de todas essas pedras, e paus, de que se compõem os cordiais homicidas; mas eu que venero, como devo, as cinzas, e obras do sapientíssimo João Curvo, e sei com certeza física que são falsas as revelações dos seus segredos, que correm impressas em Ribera, e outros, sem revelar (o que sempre farei) a composição do admirável bezoartico, vos desenganarei*” [AHI, T8, C10, pp. 109-110]; E continua, fazendo referência às ligações pessoais que o seu avô e pai tinha com João Curvo Semedo que com ele partilhou segredos do seu famoso remédio: “*O maior benefício, que fez ao próximo o sempre memorável Doutor João Curvo Semedo, foi ocultar os seus admiráveis segredos, que deveu a grandes estudos, perigosas experiências químicas, e intrépidas observações médicas; porque se os revelasse, como apeteciam os Médicos, e outros igualmente mal considerados, hoje só quem adivinhasse saberia onde se podia comprar algum deles verdadeiro; porque não obstante o segredo, sei eu com certeza física se vendem nas boticas fora de Lisboa todos falsificados, e o pior é que nas maiores Cidades, e boticas de maior nome, onde é infernal capricho dar tudo o que se pede, e não há, e saber fazer tudo o que não se sabe fazer, de sorte que o amigo mais necessário, e que deve buscar entre milhares hoje todo o homem, é um boticário, que lhe fale verdade, e lhe deseje a saúde; o que não obstante, o Doutor João Curvo, depois de escrever a grandes Médicos estranhos o mesmo, disse a meu avô, a quem muito devia, que todos os seus segredos deixava revelados nas suas obras, mas todos em todas. Estas últimas palavras comumente ignoram, ou não lembram aos que sabem as primeiras, e por isso julgam que todos se contêm na *Polyanthea Medicinal*, porque nela confessa ele que a maior parte de composição do seu bezoartico é da admirável *alyxifarmaca*, raiz de contra-erva, sendo certo que o melhor, e principal analogado do bezoartico, e dos mais segredos está expresso, e público nas outras obras, e o melhor na menos estimada. Isto sei, porque a grande curiosidade de meu avô, e pai o especularam, e lho disseram, e ele agradecido confessou, e aplaudiu o affecto e fadiga da invenção, pedindo o segredo, que era escusado pedir a quem só o desejava honrar, e enriquecer, tudo pouco para o seu merecimento, ciência, caridade e verdade (...)*” [AHI, T8, C10, pp. 110-111].

³ “*Febre (como nos ensina o doutíssimo Sydenhão, que gastou a vida em especular o que ela era, e morreu dizendo que o ignorava) é um empenho da natureza instituído pelo Criador, para livrar os vasos arteriosos de*

supostamente Físico-mor da Índia durante o governo do Vice-Rei Conde de Sandomil, como tendo sido o seu principal mestre:

*“(...) doutíssimo era D. Simão de Castro, e o mesmo disse; mas dentro em dois meses de exercício de Físico Mor da Índia, no Vice-Reinado do Conde de Sandomil, que para seu remédio, e de todos o levou com o maior empenho, e disvelo, confessava, que a Apoplexia forte tinha a mais fácil cura.”*¹

Santa Rita faz também inúmeras referências a Jacob de Castro Sarmiento² demonstrando ser um conhecedor da sua obra, sobretudo sobre os benefícios das águas termais. Criticando o preço a que essas eram vendidas apenas acessíveis a bolsos ricos.³ Nas

todo o corpo estranho, que dentro nas suas vaidades impede o círculo natural, e necessário dos humores para a restauração contínua, figura, ou superfície dos mesmos, perdida por culpa de alguma causa estranha. (...) assim o mostrou a uma junta de Médicos, Cirurgiões, e Filósofos grandes o doutíssimo D. Simão de Castro, Físico Mor de Goa na botica do Hospital da mesma Cidade na ocasião, em que contra todas as regras e preceitos da arte mandou sangrar nas artérias dos braços (...) [AHI, T8, C8, pp. 88-90].

“Eu fui chamado para confessar um homem em tudo grande com a mais horrível febre desta espécie, causada do [?] uso de água ardente: chegou ao mesmo tempo o grande D. Simão de Castro, quando já Paulo Emílio Catani, e o Cirurgião Mor tinham determinado sangrias copiosas, espíritos de enxofre (...) [AHI, T8, C8, p. 92]; *“(...) mas sei de ciência e experiência ocular certa, que o incomparável Doutor Simão de Castro as curou com quina (...)* [AHI, T8, C10, p. 117]; *“o sempre memorável Doutor D. Simão de Castro me ensinou sempre, que estando certíssimo na sua virtude, e infalível efeito salutífero, se abstinha de a receitar por isso mesmo (...)* [AHI, T8, C10, pp. 117-118]; *“Depois que me não foi possível gozar a assistência dos sapientíssimos Doutores Manuel de Faria e Francisco de Rosa Coutinho, assentei que me obrigava a lei natural a seguir a doutrina de meu Mestre D. Simão de Castro (...)* [AHI, T8, C10, p. 119]; *“vi curar em Goa, e em Vila Viçosa, a primeira a D. Simão de Castro incomparável medico, com sudoríficos, e ajudas (...) a segunda ao grande Manuel de Faria só com ajudas e o enfermo vive no Colégio do Populo de Braga (...)* [AHI, T4, C12, p.92].

¹ [AHI, T4, C12, p.94].

² *“Desde que saiu à luz o bem necessário livro do sapientíssimo Jacobo de Castro Sarmiento do uso, e abuso das suas águas de Inglaterra, apareceu como menina no teatro da Europa a febre nervosa, tão antiga como as desordens da vontade, e apetite humano, e na África, Ásia conhecida por decrépita (...)* [AHI, T8, C10, pp. 110-117]; *“gostoso o método, com que as ensina a curar o grande Jacobo de Castro, e sendo violentíssimo o que na África e Ásia se usava (e ainda usam muitos) antes da invenção da quina comida com alimento de fácil digestão (...)* [AHI, T8, C10, p. 118].

³ *“Como a maior parte dos enfermos são pobres, e o grande Jacobo de Castro vende a sua água por tão alto preço, tem os correspondentes as garrafas dela em casa anos, e anos sem venda; e quando recebem alguma carregação de água nova, para que se não acabe de corromper a antiga, guardam esta, e vendem a antiga, de sorte que só quem a vende, e seus filhos gozam a nova, e os pobres enfermos compram por mil seiscentos e oitenta uma garrafa de veneno, quando aliás por quatrocentos e oitenta comprariam em uma onça de quina (...)*

imensas referências a diferentes autores e médicos estrangeiros, podemos ver citados nomes como Thomas Sydenham¹, *Antonie Van Leeuwenhoek*² ou *Georgio Baglivi*³.

Alertou para o problema de avaliar os sintomas da doença, pela falta de conhecimentos dos doentes, criticando também muitas vezes o papel de exagerada erudição do médico que ao empregar termos técnicos complicados dificultava ainda mais a situação⁴. A AHI proponha contribuir para a resolução de parte deste problema, no seu papel de instruir os humildes e ignorantes, e por isso se dedicaram diversas conferências da academia à medicina.

digo veneno, e o direi sempre, porque em Torres Vedras sei abriram uma garrafa de água tão corrupta comprada em Lisboa, que logo causou uma terçã pernicioso e tirou ao enfermo a vida.” [AHI, T8, C11, p. 122].

¹ “(...) o que na opinião de Sydenhan (...)” [AHI, T8, C10, p. 116]; Thomas Sydenham (1624-1689) foi um médico inglês, inventor do Láudano, e amigo de nomes como Robert Boyle e John Locke. Ver: *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*, Lello&Irmão Editores, Porto, 1986, Vol.2, p.964; “Seu primeiro livro foi *Methodus curandi febres* (Como curar febres), 1666. Em 1680 publicou duas *Epistolae responsoriae* (Cartas e respostas), a primeira *On Epidemics* (Sobre Epidemias) e a segunda *On the Lues venerea* (Sobre as doenças Venéreas). Em 1682 publicou *Dissertatio epistolaris* (Dissertações em cartas), sobre o tratamento da Varíola e da Histeria. O *Tractatus de podagra et hydropse* (O Tratamento da Artrite e Hidropsia) foi publicado em 1683 e *Schedula monitoria de novae febris ingressu* (A Ordem de Aparecimento dos Sintomas da Febre Recente) em 1686. Seu último trabalho, *Processus integri* (O Processo da Cura) é um esboço sobre patologia e prática médica.” in http://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Sydenham.

² “(...) *António Leeuwenhoeck examinando com os mais preciosos microscópios este glóbulos tenuíssimos, e calculando em balança o seu peso, depois de o contar, achou cinquenta milhões de pingas, ou glóbulos de sangue apenas tinham o peso de um grão de trigo (...)*” [AHI, T8, C8, p. 91]; *Antonie Van Leeuwenhoek* (1632-1723), naturalista holandês, que com os microscópios que fabricava descobriu um número considerável de seres inferiores, ver: *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*, Lello&Irmão Editores, Porto, 1986, Vol.2, p.1128.

³ Refere-se a *Jorge Baglivo* “*doutíssimo Médico*” [AHI, T8, C10, p. 114]; *Georgio Baglivi* foi um “médico italiano (1668-1707). Sofreu a influência das doutrinas de Bacon e de Descartes. Contribuiu para levar a medicina ao estudo da natureza.” in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*, Lello&Irmão Editores, Porto, 1986, Vol.1, p.279.

“*Em Roma (como diz Baglivo) se nada obra em tintura, ou sustancia, talvez (discorria o grande Castro) será milagroso remédio em todos (...)*” [AHI, T8, C10, p. 118].

⁴ “(...) *como só falamos com os enfermos ignorantes, e de nenhum modo com os Médicos, porque os venero Mestres, e fui discípulo dos melhores (...)*” [AHI, T9, C9, pp. 97-98]; “(...) *e se o enfermo é Filósofo, ou curioso de Medicina, que para os Médicos é ser Samaritano, e lhe clama, queixando-se de que tem o estômago depravado, responde-lhe com um escólio de palavras médicas que nada servem nem significam no presente caso, e quando muito, acabada a marcha, e contramarcha de verbos e advérbios, confessa que é uma relaxação das fibras estomacais que com a dieta se cura logo... Acuda Deus, que só ele neste casos pode acudir sobrenaturalmente. Meus irmãos enfermos, que viveis fora de Lisboa, uma coisa é laxação outra prevaricação, destruição e danificação (...)*” [AHI, T8, C9, p. 98].

No oitavo tomo da obra, é introduzido como tema a Astrologia, uma ciência antiga e mística, que sempre ocupou as mentes dos homens eruditos.

*“Basta de história, está acabado o ano, (disse o Ermitão) nunca aparecem folhinhas neste ermo, ignoramos os influxos dos Astros, e o necessário para a cultura dos campos. O Senhor Filósofo, que tanto se cansa no estudo da Astrologia, comunique-nos os admiráveis segredos dessa notável ciência. Notável lhe chamais vós? (disse o Filósofo) E dizeis bem porque é digno de nota todo o homem, que sem saber o que é, o que tem dentro em si, e muitas vezes o que sucede na sua casa, intenta saber o que há nos Céus, e o que indicam os movimentos, e aspectos dos Astros; mas como todos quereis ser Astrólogos, eu vos farei insignes com poucos documentos, que se não vos fizerem aplaudidos, vos farão doutos por desenganados.”*¹

Santa Rita uma vez mais, demonstra o seu espírito destruidor de superstições, separando a Astrologia enquanto ciência de observação do movimento dos Astros, das tentativas ridículas de adivinhar o futuro, que esses Oráculos tanto prometiam para venderem os seus Prognósticos e que tanto falhavam.

*“Eu comprei um ano doze Prognósticos, quatro impressos em Lisboa, e oito em Madrid, cada um reconhecia diferente Planeta por senhor do ano, nenhum acertou nunca as mudanças do tempo; e o mais é que nunca acertaram conjunção de Luas, sendo compostos os de Espanha por Lentes públicos de Matemática da Universidade de Salamanca, e outras. No ano de 1725, e seguinte valeram muito neste Reino os Prognósticos de Dom Diogo de Torres, Espanhol, Lente de Prima Matemática na Universidade de Salamanca, e como prometeu adivinhar tudo o que na Europa havia de suceder, gastou com excelente fortuna a sua Obra, e fez com que tivesse um excessivo gasto a Gazeta, para observarem quando adivinhava. Gastaram muitos o ano inteiro nesta esperança ridícula, e vendo-se lesos, além de injuriados, nas conversações, onde tinham canonizado Torres profeta deste século, escreveram-lhe uma carta política, em que lhe pediam a verdadeira interpretação dos oráculos do seu Prognóstico; a que lhes respondeu com os desenganos, que agora me tendes ouvido, prometendo imprimi-los no ano seguinte, que foi o de 1727, com o título de Cartilha Rústica, Fysica, Visível, e Astrologia inegável (...).”*²

No seguimento deste assunto, são feitas diversas referências a Diogo de Torres, pois era o menos falível dos adivinhadores. Nesta época a Astrologia era compreendida como uma

¹ [AHI, T8, C15, p. 190].

² [AHI, T8, C15, pp. 191-192].

ciência de observação dos movimentos dos Astros, mas movimentos esses que teriam influência na Terra, e era na tentativa de estudar essas influências que tantos matemáticos e filósofos se dedicaram ao assunto. Santa Rita, na voz do *Filósofo* sua personagem, confessa que o motivo que o levou ao estudo desta ciência foi o terramoto de 1 de Novembro de 1755, na esperança de que o estudo da Astrologia ajudasse a prever futuras catástrofes semelhantes.

*“(...) todos os dias se descobrem Estrelas nunca vistas, e observadas dos antigos e modernos, (como consta dos livros dos mais experimentados Astrólogos, história da Academia Real das Ciências, e notícias dos Reinos estranhos) (...)”*¹

A ciência volta a dominar as conferências da AHI durante a sua fase final, com relatos de experiências científicas realizadas em Portugal ou no estrangeiro. Mas a ciência ainda era nova, e Santa Rita alerta para esse facto, mesmo os filósofos mais eruditos não tinha ainda explicação para tudo.

*“Antes que continuemos outra matéria, (disse o Ermitão) desejamos que o Senhor Filósofo nos explique a causa, origem, e modo, com que se formam as marés, segredo admirável, que neste sítio, e costa bravíssima nos obriga a pasmar a cada hora. Pretendeis (respondeu o Filósofo) que vos diga um ignorante, o que não alcançaram os juízos dos homens mais doutos até hoje. Na Recreação Filosófica, obra mais douta, e utilíssima, achareis as opiniões antigas, e modernas respectivas a este segredo, e também que o seu Autor doutíssimo nenhum sistema julga verdadeiro, e só o Newtoniano mais engenhoso. E que vos posso eu dizer que vos tire deste labirinto? Contar-vos-ei sinceramente o que ouvi aos Pilotos Mouros de Moçambique, quando com os primeiros rudimentos da Física passei ao Oriente, tendo dezasseis anos de idade.”*²

*“Eu, que governava a Companhia do Mandante, e por estar de guarda vigiei toda a noite, passei o melhor dela com um Malemo o mais velho, douto, venerado, Católico, e bem instruído pelo Reverendíssimo Padre Mestre Fr. Inácio de Aguiar da Ordem dos Pregadores, Vigário Provincial nesse tempo em Moçambique. Desta comunicação nasceu o visitarmos depois na Ilha mutuamente, e assistir a uma conferência de Matemática entre ele, um Mogor, Astrónomo insigne, que ia comigo de Lisboa à Índia, e outros sujeitos da mesma profissão, que o acompanhavam. (...)”*³

¹ [AHI, T8, C17, p. 203].

² [AHI, T8, C24, p. 285].

³ [AHI, T8, C24, p. 285].

Desta conferência seguiu-se uma experiência marítima para observar o comportamento das marés e dos ventos, cujas conclusões são expostas por Santa Rita. Que faz em seguida uma interessante dissertação sobre a motivação dos filósofos, sobre até onde vai a curiosidade dos homens e das nações, e que se em todo o lado existisse igual curiosidade e aplicação nos estudos e observações mais depressa se avançaria no descobrimento dos segredos guardados na natureza. Referindo por exemplo que era conhecida a existência de um eficaz tratamento da gota num reino vizinho de Angola, a quinze dias de jornada deste, e que no entanto nunca ninguém se teria esforçado em ir averiguar os segredos desse tratamento.

“Dizei-me qual foi o Autor, que trata dele, ou Academia, que procurou saber se na Europa havia até hoje simples análogo daquele natural ou estranho (...)”¹

“Eu certamente creio (disse o Teólogo) que muitas congregações de homens doutíssimos, quando não erram, desfazem o cérebro em água com experimentos, como no fim do sexto tomo da Recreação Filosófica lhe chama o sapientíssimo Padre Theodoro de Almeida; porque os viajeros mercenários só cuidam dos lucros, e os Filósofos não tem milhões, e muitos para as observações de que se não segue mais utilidade às Republicas do que ocupar licitamente os júzdos dos Académicos (...).”²

Sobre o estado da agricultura e das vinhas do país, tece duras críticas à nobreza e aos eruditos que convencionaram a ideia de que trabalhar e aplicarem-se à agricultura não seria coisa própria da sua condição, estando-se assim a perder a antiga arte da de fazer vinho.

“Creio que se perdeu há muitos séculos a arte de fazer vinho, assim como tudo o mais da agricultura, porque os nobres, e homens doutos erradamente assentaram era coisa vil aplicarem-se à faculdade, que é alicerce da República, em que nossos avós desde Adão se ocuparam, e de que todos necessitamos.”³

Aludindo à necessidade entre unir o conhecimento da Filosofia Natural com os que possuíam vinhas para cultivar, dizendo mesmo onde esse conhecimento estava disponível:

¹ [AHI, T8, C25, p. 290].

² [AHI, T8, C25, p. 291].

³ [AHI, T8, C25, p. 295].

“hoje até na língua Portuguesa aprende facilmente o curioso na Recreação Filosófica”¹, alertando no entanto que isto não era suficiente, existia também uma necessidade de aprender o cultivo na prática. Num verdadeiro hino à harmonia entre o conhecimento científico e a sua aplicação à Agricultura que a ser realizada com sucesso, contra a ignorância e a preguiça, resultaria em bons frutos. Ainda em relação aos vinhos, Santa Rita critica o que se passava em Portugal, pois enquanto os Portugueses andavam esquecidos da arte de fazer vinho, os Ingleses estavam em Portugal a comprar vinhas, construindo lagares e adegas bem equipadas, comprando as uvas e os mostos fora de época, e com o auxílio da ciência a produzirem excelentes vinhos. E alerta ainda para a actualidade deste assunto, e do seu interesse por parte dos eruditos estrangeiros, a não temer porque dentro do reino não havia nada que se ignorasse nessa matéria, que se pode perceber nas suas palavras:

*“Escreveram e estão escrevendo nesta matéria na Academias de Agricultura homens de excelente instrução, e capacidade, nada escrevem novo, e que se ignore neste Reino entre os que se aplicaram por vida a este officio (...).”*²

Prossegue com explicações de como cultivar e produzir vinho, tentando sempre ilustrar com exemplos práticos, numa partilha constante de conhecimentos, para a utilidade da República e dos seus filhos, como uma das personagens afirma. Este texto dirigido para os “*ignorantes e rústicos*” é um excelente exemplo de colocação em prática de um dos objectivos inerentes a toda a obra, o de fazer chegar o saber útil àqueles que mais dele precisam, e que mais dificuldades têm em o adquirir. Atribuindo a culpa do mau estado da Agricultura do país à nobreza, é ao povo *rústico* que ele o autor se dirige, pois é lá que ele acredita que reside aquela força capaz de restaurar o bom estado dos campos agrícolas do reino.

Num acrescento interessante no dicionário de Moreri, uma entrada do nome Bluteau, referindo-se ao erudito D. Rafael Bluteau, académico da Academia Real da História Portuguesa, que traçando-lhe um pequena biografia, tece-lhe diversos elogios, realçando o seu dicionário de língua Portuguesa.

“Deixou-nos o dito Bluteau, o Diccionario Portuguez, em que foi o único natural e estranho que nos ensinou a falar, e descobriu a origem, e imposição, derivação e naturalidade das palavras do nosso idioma (...) e as suas prosas eruditíssimas que sobejam para o

¹ [AHI, T8, C25, p. 297].

² [AHI, T8, C26, pp. 303-304].

*canonizarem por oráculo de notícias, ciências (...) Será eterna a sua memória, a nossa obrigação e agradecimento.”*¹

Sabemos hoje que os objectivos a que se propôs a Academia dos Humildes e Ignorantes não foram atingidos em pleno, sobretudo porque a obra ficou inacabada, o oitavo e último tomo em nada deixa antever o final da academia, muito ficou para contar nesta viagem pelo conhecimento. Um facto a título de exemplo que comprova facilmente que o oitavo volume não era suposto ser o último, é nos dado pelo desejo do autor, iniciado no sétimo tomo, de partilhar com o leitor alguns textos seleccionados do dicionário histórico de Moreri, partilha essa que é feita por ordem alfabética e que ficou pela letra B aquando o termino da obra. Realçamos aqui também que a obra a partir de um dado momento centra-se bastante numa História Eclesiástica e Secular de Portugal, dando especial atenção ora às monarquias dinásticas do reino, ora às doutrinas católicas e à História religiosa. Sendo aqui bem visível a vontade de contar uma História do Reino.² No entanto, os dois últimos tomos, além da ruptura que representam na obra, que será abordado à frente, denotam um regresso ao objectivo inicial, voltamos a uma rotatividade de temas, onde será dado sobretudo um maior espaço para as Ciências, como por exemplo no campo da Medicina e da Anatomia, revelador também de um nível bastante elevado e actualizado de conhecimentos científicos por parte do autor para a sua época.

Um aspecto extremamente importante, é o facto de se ir perdendo ao longo da obra a preocupação por parte do autor em criar o tal aspecto cénico referido à pouco. Vai-se deixando de fazer referência ao lugar onde está a decorrer a conferência, aspecto sempre presente nos primeiros tomos. A identificação do dia em que decorre a conferência é outro aspecto que também desaparece gradualmente, sendo totalmente inexistente nos últimos tomos da obra. Com o desaparecimento destes pormenores denota-se também uma perda do recurso ao diálogo. O que por um lado dá a entender uma certa despreocupação com esse aspecto, diga-se quase teatral, por parte do autor, passando directo ao assunto, por outro lado, se esta encenação presente sobretudo no primeiro tomo representar de facto a descrição de uma situação verídica, em que o autor está a descrever acontecimentos reais, numa espécie de diário, e a partir de um determinado momento da vida da Academia percebendo que não fazia sentido manter a descrição desses detalhes, passou somente a tratar das matérias em análise.

¹ [AHI, T8, C35, p. 433].

² Acreditamos que tenha existido uma forte influência e inspiração da obra de um famoso frade espanhol também Agostiniano, o *Frei Enrique Flórez*, primeiro autor da obra *España Sagrada: Theatro geogrphico-historico de La Iglesia de España*, impressa em 1747.

Para terminar este capítulo, apresenta-se um apanhado dos principais temas tratados na AHI, divididos por tomos:

Tomo I:

- Miscelânea de curiosidades e raridades, notícias e factos de Portugal e do mundo:
 - Mitos, Anti-Profecia e superstições, feiticeiros;
 - Índia, Goa e China;
 - Casos e acontecimentos da época, sociedade;
- Criação Bíblica do Mundo;
- História do Reino de Portugal e da Vida dos seus Reis (começa com D. Afonso Henriques e o mito fundador);
- História da Europa e do Mundo;
- Teologia e História Sagrada e Eclesiástica, Factos Bíblica;
- Geografia e História Natural;
- Filosofia Natural ou Ciência;
- As 7 maravilhas do mundo.

Tomo II:

- História do Reino de Portugal e da Vida dos seus Reis (continuação do tomo anterior, termina com D. João IV e iniciando a vida de D. Afonso VI);
- História Mitológica de Portugal;
- História de Portugal anterior à fundação do reino;
- Geografia de Portugal e configuração política do reino;
- História da Europa (século XV) acontecimentos relacionados com Portugal.

Tomo III:

- História do Reino de Portugal e da Vida dos seus Reis (retoma D. Afonso VI, passando muito sucintamente pelo período Filipino, resumindo em poucas linhas os Filipes que governaram Portugal, D. Filipe IV de Espanha e III de Portugal, realçando a data de enterro deste no dia 30 de Novembro de 1640);
- História dos Reis de Espanha;
- Teologia e História Sagrada e Eclesiástica;
- Física, Filosofia Natural ou Filosofia Moderna [Ciência e Experiências científicas];
- Academias Reais, Academias da Ciência, Academismo na Europa;
- Fábricas Notáveis em França;

- Miscelânea de curiosidades e raridades, notícias e factos de Portugal e do mundo:
 - Pérsia, Turquia, Palestina, Babilónia, Egipto, Goa, Índia e Ásia em geral;
 - Vários assuntos da vida e do povo de Lisboa, e outras Vilas de Portugal;
 - Exorcismos e embustes;
- Heráldica, Bandeiras, Cotas de Armas, Brasões, Escudos e Divisas;
 - Dicionário com as armas de todas as famílias do Reino [letra A];
- Vida e Milagres de S. Gonçalo de Lagos: Transcrição (Leitura nas conferências pelo Ermitão) de parte de uma obra de Frei António da Purificação, impressa segundo o autor em 1656 em Lisboa, que conta a vida de S. Gonçalo de Lagos (santo da Ordem dos Religiosos de Santo Agostinho padroeiro dos Algarves).

Tomo IV:

- Filosofia Natural (Tempestades, relâmpagos e trovões);
- Rezas contra raios e coriscos, desgraçadas repentinas;
- História do Reino de Portugal e da Vida dos seus Reis (continuação da vida de D. Afonso VI; D. Pedro II);
- História Sagrada e Mitologia;
- Medicina;
- Grandes reflexões sobre a China (e Macau): Cultura, história, língua, hábitos, educação, academias, religião, política, comércio, organização do território (fazendo também referências ao Japão; à Obra de Confúcio, e à acção do Embaixador Alexandre Metello de Sousa Menezes);
- Goa;
- Presença dos portugueses na Ásia;
- Comércio Internacional;
- Teologia e Religião (Explicações sobre Missal e Quaresma, Missas, etc....);
- Miscelânea de curiosidades e raridades, notícias e factos de Portugal e do mundo:
 - Reflexões sobre grandes áreas subterrâneas;
 - Judeus;
 - Monstros, Animais, deformações e aberrações da natureza.

Tomo V:

- Monstros, Animais, deformações e aberrações da natureza (continuação do assunto iniciado no tomo anterior), referência ao “monstro de Chaves”;
- Cometas e Astros;

- O Sagrado e o Profano;
- Teologia, História Sagrada e Religiosa e História Pontifícia;
- História dos Reis de Espanha;
- Cidade de Roma e História do Império Romano.

Tomo VI:

- História, Vida e Milagres dos Santos;
- História dos Reis de Espanha;
- Medicina;
- Cidade de Roma (Antiguidades e Igrejas);
- História Pontifícia;
- Aventura de um Ermitão chamado João de Cristo pelas Índias e Tartária.

Tomo VII:

- História dos Reis de Espanha;
- História Militar, Fortificações, Milícias;
- Dicionário (Abecedário ou Alfabeto) da Arte Militar e Fortificações;
- Dicionário de Moreri, traduzido, recompilado e aditado por Santa Rita [Letra A];
- História do Reino de Portugal e da Vida dos seus Reis (continuação da vida de D. Pedro II; D. João V e D. José I);
- Teologia e História Pontifícia.

Tomo VIII:

- Explicação da Cerimónia e Rito de Coroação do Rei em Portugal;
- Teologia, História Sagrada e Eclesiástica, e História Pontifícia;
- Dicionário de Moreri (continuação e conclusão da letra A, letra B até à palavra '*Burgrave*');
- Medicina;
- Vidas dos Reis e Imperadores da Índia Oriental;
- História dos Descobrimentos Portugueses;
- Astrologia;
- História, Vida e Milagres dos Santos;
- Cronologia e as Idades do Mundo;
- Ciência ou Filosofia Natural (comportamento das marés e ventos, influencia da lua, etc.);
- A Arte de fazer Vinho e a Agricultura;
- História dos Imperadores de Roma.

3.2. Do aplauso à crítica: a opinião pública e o bem comum

A crítica literária ocupou um papel ambíguo nesta época das *luzes*, por um lado era defendida pelos iluministas como uma forma de advertência dos descuidos literários, uma espécie de censura que deveria temperar o bom gosto e a eloquência das letras, em nome do amor pela verdade, zelando sempre pela correcta instrução dos homens. Por outro lado, poderia funcionar como um inimigo da verdade, uma peste, como afirmou Aucourt e Padilha no prólogo da sua obra referindo-se à crítica: “*Em todas as idades chorou o mundo esta peste na República das letras*”¹. E dirigindo-se aos críticos do seu tempo que “*presumem esclarecer o Orbe com as suas luzes enchendo-o de trevas com o seu atrevimento*”², coloca-os no papel de carrascos da literatura. Se por um lado a crítica era necessária para moderar o bom gosto das letras por outro dava azo a avarezas e ataques incoerentes à República das Letras. Em qualquer um dos casos o verdadeiro homem de letras deveria ser em primeiro lugar aquele que escreve e compõe obras próprias e não aquele que apenas utiliza a sua pena para descredibilizar o trabalho dos outros. Bem expresso nas mesmas palavras deste autor: “*Dizia o erudito D. José Barbosa, que era melhor compor, que criticar*” apelando assim à escrita e à criação literária pois: “*pouco valem os homens, que querem mostrar engenho em livro alheio, melhor modo de prová-lo é fazer livros, e não satirizá-los, mas isso custa mais, e recreia menos, porque há pessoas, que antes querem estragar o crédito dos outros, que adquirir o próprio*”³. Esta dualidade da crítica literária, dividiu opiniões na época enquanto que uns a desprezavam assumindo-se como homens de letras apenas preocupados nos seus escritos, outros apelavam ao coerente e sempre atento uso da razão crítica, que deveria funcionar como um moderador necessário para a formação de uma sociedade moderna.

Publicado em Lisboa no ano de 1758, temos um documento de enorme interesse para o nosso estudo, uma reacção crítica à publicação da primeira conferência da Academia dos Humildes e Ignorantes⁴. Ao que parece durante uma tarde do mês de Agosto de 1758 numa “*botica*” de Lisboa iniciou-se uma “*conversa noticiosa*”, que teve como principal assunto uma nova publicação que andava a circular pela capital: a nova Academia dos Humildes e Ignorantes. Esta parecia gozar de um enorme sucesso entre a população. Nessa tal conversa juntaram-se três indivíduos: um jarra da Corte, chamado Diogo Belo, um velho cirurgião, e o

¹ PADILHA, Pedro Norberto de Aucourt e, *Raridades da Natureza e da Arte, divididas pelos quatro elementos...*, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1759.

² *Idem.*

³ *Idem.*

⁴ Este documento pela sua raridade e importância para o estudo foi transcrito integralmente – ver anexos.

boticário. Estes, movidos por uma certa indignação tecem graves críticas à AHI, atacando a veracidade dos textos das suas conferências. E dirigindo-se às academias em geral, questionam os verdadeiros motivos pelos quais essas se moviam. Este espírito de reprimenda contra as academias, e de certa forma ao seu elitismo, permanecerá noutras reuniões publicadas posteriormente pelo mesmo autor deste folheto.

Este documento é uma jóia do espírito crítico da época, bem característico da consciência iluminista e dos homens de letras. Além de ser um caso prático de crítica literária e uma demonstração de opinião pública, é também como já referido uma representação de um encontro de eruditos num espaço de sociabilidade, a botica. Em estilo de tertúlia, três indivíduos cultos que acompanhavam de certa forma o panorama literário, um triunvirato como eles próprios afirmam, vão tecer duras críticas às academias e às propostas desmesuradas de oferta fácil do saber, o que acaba por resultar na formação de uma nova academia com o propósito de controlar os excessos das outras. Assim sendo, em nome do bem comum e da utilidade pública, decidiram passar a reunir-se naquele mesmo local duas tardes de cada semana, informando o público das suas conclusões.

A AHI teve um enorme sucesso neste período e parecia estar a receber fortes aplausos, centro de atenção dos jovens e dos mais idosos, mas o seu público principal era o da classe operária, entre sapateiros, alfaiates, ferreiros, tanoeiros, algibebe, e outros, todos pareciam correr para comprar os folhetos da AHI, gastando os seus dez réis para fazerem parte também desta Academia. A razão para este sucesso literário, segundo os seus críticos, era a falsa promessa da raridade e utilidade dos conceitos que a AHI propunha tratar, aliada ao desejo de pertencer a uma academia por parte dos leitores.

Segundo este texto, a principal preocupação de quem escreve para o público deveria ser o bem comum, tanto no uso da verdade, como na pureza das notícias, procurando sempre dar bons conselhos. Esta seria a fórmula para se ser útil aos humildes e capaz de instruir os ignorantes. Aqueles, advertiam também para o abuso de ecletismo nas matérias tratadas, pois os “ignorantes” não estariam preparados para as compreender. E começam a atacar directamente a primeira conferência da Academia dos Humildes e Ignorantes, criticando a forma como esses académicos propunham os seus temas com todo o respeito e utilidade ao bem comum, e depois acabavam por relatar notícias de terras tão longínquas que era impossível para quem duvidasse de tais factos poder confirmar se eram verdadeiros. Chegando mesmo a pôr em causa a veracidade de uma história, contida nessa primeira conferência, onde era relatado que algures na China existiria um povo que comia terra cozida. Este relato parece ter causado grande indignação, levando estes críticos a ridicularizarem-no. No entanto, preocuparam-se em dissertar sobre o assunto, ilustrando-o com os mais diversos

exemplos de histórias semelhantes, deixando a impressão que a sua indignação era perante o facto de a terra ser cozinhada e não crua, situação esta que para estes indivíduos seria mais aceitável.

No mesmo documento, foi também criticado o facto de os académicos em geral escreverem mais para si do que para os humildes e ignorantes. Estranhamente ignoraram que esta crítica era também partilhada por Frei Joaquim de Santa Rita, e que terá sido um dos principais motivos que o levou a iniciar a Academia dos Humildes e Ignorantes. Ou seja, criticam a AHI pela arrogância de querer educar os ignorantes, e em seguida passam eles a ser os defensores destes, como que de alguma forma, perante o sucesso que aquela estaria a gozar, estes estivessem a tentar ocupar o seu lugar. Este facto, somado à falta de pertinência e objectividade das críticas que dirigem à obra, revela de uma forma geral alguma incongruência em todo o documento, no entanto tem um objectivo claro: criar polémica em torno de um assunto que estava na ordem do dia e com isso também tentar roubar algum protagonismo ou reconhecimento colando-se à notoriedade e sucesso do seu objecto de crítica.

Mais uma vez se chama a atenção para a singularidade deste documento, e juntamente com ele só foi possível aceder a mais três assembleias destes novos *académicos*, devido à raridade, fragmentação, e incompletude da obra onde foram publicadas¹. O conteúdo desses fragmentos não traz nenhum acrescento ao assunto aqui tratado, contudo, são úteis para compreender a posição crítica do seu autor, que de uma forma sarcástica queixa-se constantemente, ora porque não tem um mecenas que patrocine a sua obra, ora porque como nem todos podiam pertencer à Academia Parisiense das Ciências. Na segunda e terceira

¹ O documento é de autor anónimo, apenas identificado pelas iniciais *J.J. de S.R. e S.*, que não consta em nenhum dos diversos estudos bibliográficos, nem nos dicionários de pseudónimos consultados. Existe um exemplar da “*Assemblea I*” nos reservados da BNL consultada numa primeira fase. Posteriormente foi consultada uma versão mais completa da obra que contem a primeira, segunda, terceira e quintas assembleias, esta versão foi-me cedida em fotocópias pela biblioteca de investigação independente *Newberry Library* de Chicago nos Estados Unidos da América. Deixam-se aqui os títulos e dados bibliográficos possíveis de identificar das assembleias mencionadas: *J. J. de S. R. e S., Assembleia I. Sobre a primeira Academia dos Humildes, e Ignorantes. Conclave I.* Lisboa, 1758, [pp. 1 – 8]; *Segunda Assembleia, Que fizerão os Interessados no festivo Combate dos Touros do Campo Pequeno sobre distinçoens dos Cavalleiros, e a historia, que succedeo ao Velho a que eles foi, Dada á Luz por J. J. de S. R. e S.*, [pp. 9 – 16]; *Terceira Assembleia, que fizerão os Festeiros do festivo Combate de Touros no Campo Pequeno este anno de 1760, sobre uma idea, que offereceo hum curioso para as entradas, Dada á Luz por J. J. de S. R. e S.*, Impressa na Ofic. de Ignacio Nogueira Xisto, Lisboa, 1760, [pp. 17 – 24]; *Quinta Assembleia, Em que se mostra excederem os Modernas nas Sciencias aos Antigos. Dada á luz neste anno de 1760, por J.J. de S. R. e S.*, Impresso na Ofic. de Ignacio Nogueira Xisto, Lisboa, 1760, [pp. 33 - 40].

assembleia fornece um interessante retrato de uma corrida de touros na Praça do Campo Pequeno em Lisboa, espaço esse também de sociabilidade, que nos transporta para um evento de grande popularidade da época.

Frei Joaquim de Santa Rita só teve conhecimento deste folheto alguns anos mais tarde, pois a sua resposta só veio a público em 1763, cerca de cinco anos após a data de publicação desta crítica. Seguramente esse folheto crítico teve uma tiragem reduzida, mas é certo que chegou à atenção do ilustre Santa Rita, e foi indubitavelmente a razão para a súbita e profunda alteração da estrutura, formato e estilo da sua obra. Mas mais importante ainda, este documento foi o motivo que o obrigou a sair do anonimato e revelar-se ao público em defesa da sua obra, para provar que não tinha vergonha do que escreveu e assumia em consciência a veracidade dos factos que relatou. O sétimo tomo da AHI foi o primeiro a ser publicado com o nome do autor, onde este se dirige directamente ao público, também pela primeira vez, em nota ao leitor:

“Amigo. Sempre julguei me não saberias com certeza o nome, que te encobri nos primeiros seis Tomos com as letras D.F.J.C.D.RBH, que nada significavam, e só me encobriam, agora o maior, e mais suave preceito me obriga a sair a público, e nele te digo que dei principio a esta obra, e por este já antigo estilo, por Eutrapéla; o mesmo fim me obriga a continuá-la, e comunicar-te o muito que vi, li, e ouvi em todas as quatro partes do mundo entre as principais nações da Europa, Mouros, Gentios e Bárbaros. Se me notares erros, avisa-me com caridade, que me hei de emendar, e o hei de agradecer; e se murmurares de uma virtude tão própria do meu estado, Deus te há de castigar, porque eu amo, e venero a todos; e sendo o pior homem do mundo, não sei murmurar. Vale.”¹

Sabe-se já qual foi esse preceito que o obrigou a sair a público, demonstrando o orgulho na sua obra e perseverança em continuá-la, condenando aqueles que por intrigas murmuradas ofendiam a sua honestidade. Mas a directa àquele folheto crítico, foi publicada mais tarde, numa conferência da academia, nesse mesmo tomo, onde o erudito *Teólogo* enquanto oráculo e alter-ego de Santa Rita, transforma-se na voz do autor:

¹ [AHI, T7, Nota ao leitor].

“Eutrapéla” é o estilo literário que o autor confere à sua obra, já por ele identificado no primeiro tomo, que significa: “virtude que Aristóteles caracterizou como intermediária entre a austeridade excessiva e a trivialidade do gracejo (...). São Tomás, baseando-se em Aristóteles, considera-a como virtude que modera os gostos das actividades lúdicas (...). Os latinos traduziram eutrapéla por ‘urbanitas’ (urbanidade)”, in “Logos: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia”, Verbo, vol.2, 1990, p. 367.

“Grande benefício (disse o Estudante) esperamos receber de vós no que prometeis; mas no que respeita aos acrescentamentos, adverti que nos criticam muitos de menos verdadeiros, e julgam fabulosas, e impossíveis muitas das histórias, que estão lendo em várias Conferências. Sossegai, (disse o Teólogo) não vos dê cuidado, nem vos sirva aquela notícia de impedimento: a todos estes presentes, e futuros respondo com o Apostolo S. João no cap. I. da sua primeira Carta num. 3. O que vimos, e ouvimos é o que vos contamos. O que vi com os olhos, e li em quase inumeráveis livros em quarenta anos de estudos contínuos, e gostosos, o que ouvi a mais de quinhentos Missionários doutos, e pios, e Oficiais militares reputados pelos mais verdadeiros, a Monges Cismáticos desgraçados penitentes austeros, a peregrinos, e viajeros bem morigerados, aos quais administrei Sacramentos, e hospedei por officio, e em fim o que me contaram outros muitos em todas as quatro partes do mundo, dizendo-me uns que virão, outros que pessoas fidedignas lho contarão, é o que eu digo que vi, e ouvi em nome de cada Interlocutor deste humilde Dialogo. Se os Autores, que li, e leio se enganaram, ou foram enganados, como succede a todos, e se todos os que me disseram que leram, viram, e ouviram me enganaram a mim, eu certamente não menti, nem vos enganei, referindo (como sinceramente faço) o que eles me asseveraram que tinham visto, ouvido, e lido: de sorte, que quando em nome de qualquer destes seis Interlocutores digo vi, li, ouvi, umas vezes conto o que assim me succedeu, e outras falo em nome de quem mo contou, ou de quem o disse a quem mo referiu, e à vista da verdade sincera, com que falo, só fará crises quem de caso pensado quizer empregar mal o tempo. Já hum escrupuloso, mas amigo, me disse o mesmo, pedindo-me lhe mostrasse os fragmentos de noticias, que meu pai adquiriu na comunicação com o grande Luís de Couto Feliz, quando escreveu os Índices da Torre do Tombo, que existem, e depois até á sua morte, e o que se seguiu de os ver, e se desenganar foi o apetite de os ler para se instruir, com tão bom successo, que os não vi mais, e já agora só espero velos impressos em nome de outrem, que este diz lhos furtou, assim como me furtaram vinte e duas Conferencias, e me trasladaram os Índices, de que não faço caso, porque os fragmentos posso recuperá-los com o que me lembra, e o mais escrevendo com dobrado gosto uma semana. No que eu vi é temerária toda a dúvida, e injuriosa: do que eu ouvi a pessoas doudas, pias, constituídas em dignidades, e reputadas comumente por verdadeiras, não posso duvidar sem ser aleivoso, e temerário; porém todos os mais, a quem o digo, podem duvidar, como for seu gosto, porque os não conheceram, e podiam ser uns embusteiros mascarados de sinceros, e virtuoso. Do que eles me disseram que ouviram a outros fidedignos, que o viram ou leram, como também do que em outro tempo haviam lido, eu sou o primeiro, que suspendo o assenso[sic] do juízo, e todos podem fazer o mesmo, porque em toda a História Eclesiástica, e Profana não achareis coisa, que (não sendo ponto de Fé, ou determinação da Igreja) não possa ter crise, e padecer dúvida, não porque mentiram (como creio) os que dizem viram, mas porque escreveram o que outros lhe disseram, ou escreveram

*o que receberam de outros, e entre tantos alguns apaixonados mentiram, e muitos se equivocaram.”*¹

Santa Rita defende-se assim, afirmando que muitas das histórias que conta ouviu-as de outros, e procedeu à sua publicação por serem interessantes e curiosas. Essas histórias por serem partilhadas oralmente corriam o risco de se perderem para sempre, sendo assim merecedores de registo, mas que por essa mesma natureza oral, poderiam ser inventadas e baseadas em falsidades, levantando dúvidas sobre a honestidade de quem as escreve, mesmo tendo-as escrito sem consciência de estarem envoltas em mentiras. Santa Rita, vai ainda mais longe nas suas elações, dizendo que o que é escrito baseado noutros escritos, mesmo nos mais eruditos, poderia ficar contaminado de embustes, pois a confirmação presente de acontecimentos passados seria sempre difícil ou mesmo impossível. Ao levantar esta questão colocava assim o pensamento e o discurso humano como dúbias fontes de factos históricos, transportando esta possibilidade de crise da verdade histórica para a toda a História Eclesiástica e Profana, afirmando arrojadamente, que só mesmo a fé e a determinação da Igreja seriam capazes de impor como verdadeiras, todas as suas histórias sagradas, pois dessas ninguém ousava duvidar.

¹ [AHI, T7, C10, pp. 110-112].

3.3. Do anonimato para a luz: Frei Joaquim de Santa Rita

Antes de dar a conhecer o autor da obra, é necessário fazer uma pequena incursão pela polémica e confusão bibliográfica sobre esta matéria, assente na existência de diversas pistas difusas em torno deste assunto, alimentada em parte pela crença de alguns estudiosos de ter existido uma verdadeira academia por detrás desta obra¹ em confronto com a mera rejeição de que tal existência². Aquela primeira possibilidade assenta sobretudo em duas hipóteses, a encenação narrada poder ser fruto de uma realidade e a obra ter sido escrita por mais do que um autor. Após leitura atenta das diversas conferências, tanto pela diversidade de temas abordados, como pelo carácter das personagens, parece bastante plausível a possibilidade de a AHI ter sido produto de mais do que um autor, talvez de um grupo de eruditos, ou fruto de alguma tertúlia literária da época. De facto denota-se por vezes no texto alguma diferença entre os discursos das diversas personagens, assente no próprio estilo da escrita e na forma como os assuntos são abordados, o que como foi dito pode alimentar essa ideia de co-autorias. O que por outro lado pode apenas mostrar que o autor se preocupou em diferenciar as

¹ Ilustremos, como exemplo, o seguinte artigo sobre academias portuguesas dos séculos XVII e XVIII: “*Façamos um rápido inventário d’estes seminários dignos da veia satírica de Quevedo Villegas. Existiu a Academia das ‘Conferências Eruditas’, erecta em 1696 na livraria do quarto conde de Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes; a dos ‘Singulares de Lisboa’ criada, ao que parece, antes de 1692; a dos ‘Instantâneos’, no paço do Bispo do Porto; a dos ‘Generosos’, restaurada em 1624 pelo Trinchante de el-rei D. Pedro II; a dos ‘Eruditos’, a dos ‘Aplicados’, a dos ‘Anónimos’, celebre pela ‘Arte dos Conceitos’ primor do género, e filha dilecta da prosa alambicada do seu Apolo o doutor Leitão Ferreira; a dos ‘Humildes e Ignorantes’ e outras ainda, que ou se eclipsaram esquecidas, ou trabalharam por captar a posteridade, que não quis ver nelas com justiça senão a ironia do gosto e a corrupção das letras. A Academia de História, criação do sr. D. João V em 1720, em virtude do plano do Teatino D. Manuel Caetano de Sousa, é graças aos varões com que se formou, distingue-se, é preciso dizê-lo, da plebe dos amotinadores de glosas e colcheias. (...) Que mais é preciso para se fazer um ideia exacta, quando por outro lado está patente o corpo de delito na ‘Fénix Renascida’, nos incríveis ‘Cristais d’Alma’, e no ‘Alivio de Tristes’? O que sucedia nos ‘Singulares’ era com leves alterações o que se passava nos ‘Humildes e Ignorantes’, e nos ‘Anónimos’; a diferença consistia só em ser a prosa a sua língua, e o pedantismo a sua feição. Os tratados de filosofia e de erudição das fatais colecções, que nos transmitiram, não são menos férteis em papoilas do que os metros assassinos do prior de S. Lourenço, que Deus tem!*” In “Poetas da Arcádia. Pedro António Corrêa Garção” in *O Panorama – Semanário Litterario e Instructivo*. Volume IX, Primeiro da Terceira Serie, Lisboa, 1852, p.338

² “*Quanto a duas academias dadas como existentes no século XVIII e em Lisboa – a Academia Portuguesa e a Academia dos Humildes e Ignorantes – rejeitámo-las porque parece-nos não terem existido (...)*”: CASTELO BRANCO, Fernando, “*Significado Cultural das Academias de Lisboa no século XVIII*”, in *Portugaliae Histórica*, vol. I, Lisboa, 1973, p.176.

personagens, numa tentativa de tornar a sua ficção no mais real possível. Essa crença de várias autorias da obra foi também alicerçada em alguns estudos, sobretudo pelo Dicionário Bibliográfico Português de Inocêncio Silva¹, e em alguns vestígios documentais, que contribuíram para manter essa possibilidade sempre em aberto, o que aliás, mesmo após as conclusões deste estudo continua a ser plausível, pelo menos até ao ano de 1867, data de impressão de um livro publicado em Lisboa, estranhamente intitulado “*Nicolau Tolentino ou o Cabrion da Litteratura de hoje: almanach para 1868, primeiro anno contendo 103 artigos de critica litteraria redigidos por alguns sócios da Academia dos Humildes e Ignorantes e offerecidos aos collegas da Academia das Sciencia*”. O conteúdo desta obra anónima², apesar de consistir num interessante conjunto de críticas literárias e sátiras jocosas aos poetas e escritores famosos da época, acaba por não fornecer nada de relevante para este estudo, ao contrário do seu título que desperta uma enorme atenção e levanta diversas questões. Estaremos perante uma eventual existência de uma Academia dos Humildes e Ignorantes no decorrer do século XIX, com ligação à Academia Real das Ciências? Por outro lado surge-nos a referência a Nicolau Tolentino, poeta satírico do século XVIII, cujo nome aparece enigmaticamente ao lado do nome da nossa academia, suscitando a possibilidade pouco provável de ter tido alguma relação com ela durante a sua vida.³ O que se pode concluir deste título, que apesar de ser apenas um título não deixa de ser também um reflexo de uma vontade do seu autor em fazer renascer o nome de uma obra literária desaparecida à mais de um século à sua data. O certo é que terá existido um grupo de críticos literários, sob a forma de academia ou não, na segunda metade do século XIX, que se denominavam como sócios da Academia dos Humildes e Ignorantes.

A confusão acerca do verdadeiro e único autor da obra, parte da divisão da obra em dois momentos claramente distintos e do seu anonimato inicial. Os seis primeiros tomos da obra, que constituem a primeira fase da academia, têm como única referência ao autor as iniciais D. F. J. C. D. S. R. B. H., abreviatura de um nome, de um pseudónimo ou algo sem qualquer significado, seriam as hipóteses para a descodificação deste nome sempre presente nos frontispícios desses seis volumes iniciais. As abreviaturas são uma forma subtil de criar o anonimato, o autor identifica-se de uma forma codificada. No Dicionário de Pseudónimos e

¹ Sobre a AHI ver: SILVA, Inocêncio Francisco da, e ARANHA, P. V. Brito, *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha*. Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves, Lisboa, Imprensa Nacional, tomo I, p.3; tomo VIII, p.6.

² A autoria da obra é dada a Francisco Augusto de Almeida, segundo o estudo do Inocêncio, ver *Ob. Sup. Cit.* p.265.

³ Nicolau Tolentino de Almeida nasceu a 1740 e faleceu em 1811, ver: BRAGA, vol.4, p.361.

Iniciais de Escritores Portugueses da Biblioteca Nacional estas iniciais são compreensivelmente atribuídas a Joaquim de Santa Rita¹, isto porque os dois últimos tomos da colectânea, o tomo VII e VIII, vinham já identificados com o nome do autor nos respectivos frontispícios, Frei Joaquim de Santa Rita, mas que sem a leitura atenta da nota ao leitor e da décima conferência do sétimo tomo, anteriormente analisadas, poderiam ser levantadas algumas suspeitas quanto à autenticidade deste autor como sendo também o autor dos seis primeiros tomos. Este facto parece ter causado alguma confusão na catalogação da obra, Inocêncio numa primeira entrada realça o erro do livreiro João Henriques que atribuíra a obra a Santa Rita, pois era visível a discordância entre o nome e as iniciais, numa emenda posterior corrige a sua afirmação pois não tinha reparado na nota ao leitor do tomo VII, vindo assim atribuir a autoria da obra definitivamente a Joaquim de Santa Rita, encerrando assim a questão. As próprias iniciais passaram mesmo a ser o pseudónimo do Frei Joaquim de Santa Rita, como já referido em cima, e também referenciado na obra de Martinho da Fonseca², curiosamente parece que nenhum destes reparou num pequeno pormenor, que seria exigido num trabalho rigoroso e criterioso de catalogação, as iniciais patentes na nota ao leitor não coincidem identicamente com as iniciais dos primeiros seis tomos, provavelmente por gralha de do seu autor, que se esqueceu-se de um S entre o D e o R. Mas este é um insignificante detalhe quando comparado com um erro de catalogação muito mais grave, o título dos dois últimos tomos é diferentes dos primeiros, este pormenor parece ter passado despercebido aos olhos destes estudiosos livreiros e autores de catálogos, incluindo os catálogos actuais da maior parte das bibliotecas que possuem estas obras. O título deixou de ser “*Dialogo entre um Theologo, um Philosopho, um Ermitão e um Soldado no sitio de N. S. da Consolação.*” e passou a “*No sitio de N. S. da Consolação sua protectora, dialogo entre hum Theologo, hum Letrado, hum Filosofo, hum Ermitão, hum Estudante, e hum Soldado,...*” mantêm-se evidentemente o nome da Academia e a sequência na numeração dos tomos, de resto quase que poderíamos estar a falar de duas obras distintas. Como já referido anteriormente, não se poderá negligenciar o facto de os dois últimos tomos possuírem uma estrutura e um estilo de escrita bastante diferente do resto da obra, que além do título como acabamos de ver, trouxe também um novo e prestigiado impressor. Estes dois últimos tomos representam uma demarcada mudança na obra da Academia dos Humildes e Ignorantes e que poderia levantar sérias dúvidas sobre a autoria do Frei Joaquim de Santa Rita como sendo o autor de toda a

¹ In ANDRADE, Adriano da Guerra, Dicionário de Pseudónimos e Iniciais de Escritores Portugueses, Colecção BN, 1999, p.72.

² FONSECA, Martinho da, *Subsídios para um dictionario de pseudonyms, iniciaes e obras de escriptores portuguezes*, Lisboa, 1895, p.106 (75).

colecção publicada, possibilitando a tese de existirem mais pessoas envolvidas nesta produção literária, se não fosse o episódio polémico instigado por aquele folheto crítico que analisamos anteriormente, só assim poderemos compreender o porquê de tamanha alteração na qualidade da obra e da saída do anonimato de Santa Rita. Pois agora que dava a cara pela sua obra percebemos que tenha tido um cuidado especial de aumentar o valor da sua obra, mesmo até pela escolha do novo impressor que não parece nada inocente, pois além de ser o impressor do Santo Ofício, era um dos mais prestigiados impressores da época.

Mas será o nosso Frei Joaquim de Santa Rita a única pessoa associada à Academia dos Humildes e Ignorantes? Podemos encontrar no *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, uma referência a um Frei João de Deus, eremita calçado de Santo Agostinho, que terá professado em Dezembro de 1748, foi pregador geral e prior no convento de Tavira e no da Penha de França em Lisboa. Nasceu a 23 de Outubro de 1732 em Lisboa e desconhece-se a data do seu falecimento, autor de três obras conhecidas, a última publicada em 1796.¹ Sobre este Frei João de Deus, Inocêncio diz-nos o seguinte: “*O meu amigo A. J. Moreira tem para si, que este padre houvera parte na composição da Academia dos Humildes e Ignorantes; sem contudo fornecer a este respeito ideias mais explícitas.*”² É de facto uma infelicidade não conhecermos a origem desta informação, contudo é de extrema importância para o nosso estudo, pois temos agora mais um frade Agostiniano, escritor e contemporâneo da obra que vem referenciado como fazendo parte da composição da nossa Academia, e que de alguma forma poderá ter participado na obra ou convivido com o seu autor.

Mas o que sabemos acerca deste misterioso Frei Joaquim de Santa Rita? Relativamente pouco dada a dificuldade de estudar um individuo que nunca terá desejado ser conhecido ou afamado durante a sua vida, conseguindo ficar esquecido nos meandros do tempo. Contudo seguiram-se algumas pistas no sentido de conhecer este misterioso frade.

Existe nos arquivos da Torre do Tombo um interessante documento sobre um Frei Joaquim de Santa Rita, relativo a um processo do Tribunal de Santo Ofício da Inquisição de Évora, datado de 1779, que após consultado nos permitiu traçar uma pequena biografia do seu arguido. Natural da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da cidade de Lisboa, filho legítimo de João de Deus e de Teresa de Jesus, nascido por volta de 1730. Aos 23 ou 24 anos de idade recebeu o hábito de noviço da Ordem de São Francisco da Província de Portugal, no convento de São Francisco em Santarém, onde professou e terminado o noviciado tornou-se irmão leigo da mesma ordem. Foi preso em 15 de Julho de 1779, tinha nessa altura cerca de 50 anos de idade e morava em Évora. Foi julgado por diversos crimes associados ao facto de

¹ Inocêncio Francisco da, e ARANHA, P. V. Brito, *Diccionario Bibliográfico Português*, volume III, p.361.

² *Idem.*

fingir e simular ser sacerdote. Conseguiu arranjar documentos falsos que comprovavam a sua ordenação de padre, com o nome de *Frei António de S. Jozé*, viveu durante quase dois anos assumindo todas as funções normais de um padre, dando missas, recebendo esmolas, dando absolvição, ouvindo confissões, administrando sacramentos. Saiu apenas uma vez de Portugal, onde viajou até Roma, passando por diversas cidades e vilas italianas, tendo posteriormente viajado por Espanha, permanecendo sobretudo em conventos da sua ordem. Foi acusado inicialmente por ter ministrado duas missas no mesmo dia, tendo dado a segunda missa depois de almoçar, o que levantou fortes suspeitas sobre a sua pessoa o que levou à descoberta dos seus crimes mais graves. Após um longo julgamento, onde confessou todos os seus crimes, foi condenado a uma pena 10 anos de degredo, dois dos quais em cárcere, com penitência constante de jejum a pão e água.¹

Numa das audiências em que foi ouvido pelo Santo Ofício, confessou que “*apenas sabia ler e escrever e não aprendeu mais ciência que gramática*”² esta informação juntamente com o facto de pertencer à Ordem de São Francisco, levantam certas dúvidas de estarmos perante o mesmo Frei Joaquim de Santa Rita, erudito autor da Academia dos Humildes e Ignorantes, que além de se denominar Agostiniano parece-nos ser um homem bem mais instruído do que apenas na gramática. É perfeitamente possível que tenham vivido dois homens com o mesmo nome, na mesma cidade e no mesmo período, e não esqueçamos que estes nomes poderão não ser os nomes de baptismo dos mesmos, muitos frades ao entrarem nestas ordem adoptavam nomes de santos.

A obra publicada em Lisboa em 1744, impressa por Miguel Rodrigues, intitulada “*Assertiones Philosophicas in universos metaphysicae libros ad mentem doct. Subtilis, venerabilisque Magistri Joannis Duns scoti sustentandas...*” que segundo os dados do catálogo da Biblioteca Nacional, é da autoria de Frei António de Divino José, e co-autoria de Frei Manuel Arruda da Câmara e de Frei Joaquim de Santa Rita. Curiosamente aparece também referenciado como co-autor desta obra o Frei Manuel Arruda da Câmara, ora esta informação parece-nos certamente errada, pois Manuel Arruda, famoso erudito, terá nascido em 1752³, oito anos após a data de publicação da obra referida, Manuel de Arruda da Câmara terá adoptado o nome de Fr. Manuel do Coração de Jesus em 1783 quando professou no convento de *Goianna* dos Carmelitas Calçados⁴. Um dos autores da obra supra citada, terá

¹ Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Évora, Processo n.º 4217, Processo de Frei Joaquim de Santa Rita, 15 de Julho de 1779, pp. 26-45.

² *Ibidem*, p. 29.

³ Inocêncio Francisco da, e ARANHA, P. V. Brito, *Dicionário Bibliográfico Português*, volume XVI, p. 366.

⁴ *Idem*.

sido o Frei *Emmanuel a Corde Jesus* nome que ao ser traduzido para português terá seguramente originado esta confusão. Não obstante, o Frei Joaquim de Santa Rita citado assemelha-se muito mais ao autor da nossa Academia, pois parece-nos extremamente verosímil que tenha estudado ou professado no Convento de Mafra, onde terá participada na discussão teológica e filosófica sobre *Duns Escoto*, filósofo do século XIII, de que trata a obra citada em cima.

Mas não fiquemos por aqui, toda a obra é rica em referências a personagens eruditas da época, portuguesas e estrangeiras, e muito contemporâneas do autor. Por exemplo faz inúmeras referências interessantes ao “*Doutor Jacobo de Castro*”¹, no seguimento de uma discussão sobre os efeitos das águas minerais no tratamento de problemas de intestinais, o autor refere-se ao conhecido Jacob de Castro Sarmiento², o famoso médico e homem de ciência português do século XVIII, que terá vivido entre 1691 e 1762, passando a maior parte da sua vida em Inglaterra e foi um dos primeiros divulgares das teorias de Newton em Portugal, membro da Academia Médico-Portopolitana que veio substituir a Academia dos Escondidos da Cidade do Porto ou dos Imitadores da Natureza, criada em 1749. A referência a Jacob Sarmiento nesta conferência demonstra que conhecia a obra deste intitulada *Matéria Medica Historico-Phisico-Mechanica* publicada pela em Londres no ano de 1731, esta obra

¹ [AHI, T8, C11, p. 124].

² “‘É lástima’ (são as palavras formais do grande Doutor Francisco da Rosa Coutinho) ‘que gastem os grandes, e ricos tanto dinheiro em guisados, e bebidas, e que lhes danifiquem a saúde e diminuem a vida, e não bebam todos os dias um copo de boa, e verdadeira água de Inglaterra, para evitarem doenças, e dilatar a vida: só para dar este subsídio quotidiano à natureza desejo ser rico’. Falava como tão grande Mestre; e eu sendo essencialmente pobre, faria o mesmo, se achasse de venda e mais barata a que costuma vir de encomendada; mas certo é que o Doutor Francisco da Rosa, e todos os que como ele conhecem as admiráveis virtudes da água de Inglaterra, e que se pode, e deve tomar cada dia, a não usam, porque não querem ter cada seis meses, ou cada ano um desconforto de caso pensado (...) no nosso Reino se sabe fazer, e faz água de quina melhor do que a excelente, que o Doutor Jacobo de Castro, manda por especial mimo: nas Farmacopeas está impresso o método primeiro de a fazer do Doutor Mendes: o que lhe acrescentou o Doutor Jacobo de Castro já se sabe: o nosso vinho branco aqueo é incomparavelmente melhor para a fazer do que o vinho do Rhim (...) temos em Lisboa, e fora dela boticários peritíssimos, que a sabem fazer e purificar com maior perfeição, só falta a paciência, e trabalho de buscar, e escolher a melhor quina, e talvez o dinheiro para comprá-la, porque é alto o preço da escolhida; e se como humildes e ignorantes vos admiráveis de que sendo isto verdade certa, pública, e sempre lamentada, não tenham os boticários peritos no nosso Reino sempre pronta esta admirável água feita ao menos de toda a quina, e livre de toda a corrupção e suspeita dela, a qual podem vender muito mais barata do que a de Inglaterra (...)” [AHI, T8, C11, p. 125].

trata de águas minerais e do tratamento de doenças do aparelho digestivo, uma das áreas de especialidade deste erudito médico.¹

Ainda neste seguimento, o *Filósofo*, personagem da nossa academia, faz diversas referências a médicos com quem terá privado, um tal de Doutor Manuel Faria, um Francisco da Rosa Coutinho e o seu mentor Doutor D. Simão de Castro². Oportunamente estes seriam sem dúvida nomes a investigar³. Sobre este Doutor Simão de Castro, segundo aquilo que o *Filósofo* nos relata, terá sido médico e Físico mor na Farmácia do Hospital de Goa, e ambos terão acompanhado o *Conde de Sandomil* pelas Índias⁴. Pensamos que se estaria a referir a D. Pedro Mascarenhas, 1º Conde de Sandomil e Vice-rei da Índia entre 1731 e 1740, sabe-se que durante o seu governo das Índias recebeu de Portugal grande número de padres missionários. Entre a classe dos médicos Santa Rita destacou muitos ilustres, e afirma quem foram os seus mestres nas matérias da medicina:

“(…) porque os que me ensinaram isto, foram os melhores que teve o Reino, que foi Góis do Algarve, Jacobo de Castro Sarmiento, D. Simão de Castro, Paulo Emílio Catani, Manuel de Faria de Vila Viçosa, Pina, Frago, Curvo e Francisco de Rosa Coutinho (...)”⁵

Um outro nome de enorme peso, com quem Santa Rita poderá ter contactado em vida, foi Benito Jerónimo Feijóo (1676 – 1764)⁶ teólogo e ensaísta espanhol, considerado como a figura mais importante do Iluminismo espanhol nos princípios do século XVIII. Estudou na Universidade de Salamanca e em 1709 tornou-se professor de Teologia na Universidade de Oviedo. A sua primeira publicação foi uma obra sobre Medicina intitulada “*Apologia del escepticismo medico*” de 1725, como suporte ao folheto do mesmo ano “*Medicina esceptica*” de Martin Martinez. Estas publicações foram alvo de forte críticas onde Feijóo sempre se defendeu combatendo as ideias Aristotélicas enraizadas na altura sobretudo no ensino da medicina. O primeiro volume da sua obra mais aclamada saiu no ano seguinte com o título de *Teatro Critico Universal ó Discursos varios en todo género de materias, para desengaño de*

¹ Sobre Jacob de Castro Sarmiento ver: ARAÚJO, Ana Cristina, *A Cultura das Luzes em Portugal Temas e Problemas*, Livros Horizonte, 2003, pp. 42-44.

² [AHI, T8, C10, pp. 117-119].

³ A lista de nomes que são referidos na obra é extensa. Ver anexo: Pessoas, autores e obras referenciadas na Academia dos Humildes e Ignorantes.

⁴ [AHI, T8, C11, p. 126].

⁵ [AHI, T4, C12, p. 91].

⁶ Sobre Feijóo: KORS, Alan Charles, *Encyclopedia of the enlightenment*, Oxford University Press, Oxford, 2003, volume 2, pp. 38 – 39.

errores comunes, que consiste numa coleção de artigos com o principal objectivo de combater os preconceitos e as ideias erradas do senso comum. Esta obra de Feijóo coloca-o como um dos maiores lutadores contra a superstição e aos mitos irracionais. Mas foi também um forte divulgador em Espanha dos avanços da ciência. Publicou cinco volumes das suas “*Cartas eruditas y curiosas*” entre 1742 e 1759, que juntamente com as suas outras obras vendeu um total de cerca de 400.000 cópias só Espanha, além das inúmeras traduções em outras línguas europeias, o que lhe confere um status de fama e popularização em Espanha inigualável para o período. Contudo as suas ideias não eram inovadoras e estavam na linha de pensamento das *Mémoires de Trévoux*, do *Journal des Savants*, do *Spectator* e do Dicionário de *Bayle*.¹ De referir que Santa Rita na sua obra faz também referências a estas duas primeiras obras francesas mencionadas.

A importância de Feijóo é fundamental para a compreensão do presente estudo, pois este é um dos nomes mais referenciados na AHI, podendo mesmo afirmar-se que terá sido uma das suas principais influências, bem patente nas posições de Santa Rita contra as práticas médicas infundadas e contra os medos e superstições do povo. É assim bem claro que Santa Rita era um admirador de Feijóo e conhecedor das suas obras, existindo a possibilidade de o ter conhecido pessoalmente ou pelo menos de ter assistido a uma das suas palestras, possibilidade essa alimentada pela voz de uma das suas personagens, o *Soldado*, que numa Conferência da AHI divulgou:

“(...) no Principado de Barcelona no Mosteiro de N. Senhora de Monserrate, que me tem certificado homens doutíssimos e versados na historia de Espanha, que nunca de tal acharam memória, só o sapientíssimo Feijóo (a quem de caso pensado fui ver no ano de 1750 para ouvir falar aquele Oráculo do nosso século, que se escrevendo era ótimo, falando era incomparável, e Oráculo) me disse podia livremente dar credito ao que ouvira, porque já lho tinha contado um monge seu de verdade notória (...)”.²

Outro nome interessante é o de Luís Couto Feliz, que foi guarda-mor da Torre do Tombo, referenciado várias vezes ao longo da obra, e que terá sido amigo pessoal de Frei Joaquim de Santa Rita como este próprio o afirma.

Resumindo, o pouco que sabemos sobre o autor da Academia dos Humildes e Ignorantes, permite traçar-lhe uma pequena biografia: Frei Joaquim de Santa Rita, Teólogo e

¹ *Idem*.

² [AHI, T3, C34, p.265].

Filósofo, viveu provavelmente algures entre 1720 e 1770. Terá estudado ou professado na Convento de Mafra, onde em 1744 é co-autor de uma obra teórica de carácter teológico sobre Duns Escoto. Foi o autor da Academia dos Humildes e Ignorantes, impressa em Lisboa entre 1758 e 1767/1770. Amigo pessoal de Luís Couto Feliz, guarda-mor da Torre do Tombo. Terá sido Missionário, provavelmente nos territórios coloniais, confessou ter viajado pelas quatro partes do mundo, onde conviveu com outros missionários, médicos e soldados. Viveu num convento onde hospedavam viajantes e onde ele administrava sacramentos. Pelo facto de se auto-intitular de Agostiniano, das inúmeras referências na a frades da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho e à vida do Santo Agostinho, leva-nos a crer que seria também ele membro da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. Ou por outra pista suscitada pela voz da personagem *filósofo* levanta-se igualmente a hipótese de Santa Rita ter sido membro da Congregação do Oratório de Lisboa. Pelas palavras do próprio, escreveu que ingressou por diversos estudos durante cerca de 40 anos, e a sua erudição e conhecimento actualizado de obras e autores é prova disso, o que nos leva também a crer que terá escrito a Academia dos Humildes e Ignorantes já com uma idade avançada.

3.4. Impressão e Publicação: o negócio de um sucesso literário

As obras que se publicavam no século XVIII tinham a necessidade de se venderem a si próprias, pois os canais de publicidade da época eram bastante limitados. No caso português temos por exemplo a Gazeta de Lisboa que prestava um serviço de divulgação das novidades literárias, onde os agentes da esfera literária tinham um espaço privilegiado para publicitarem os seus livros. O autor era obrigado a promover o seu trabalho na própria obra, ou no frontispício ou em prólogo ao leitor. Através da mera leitura destes dois elementos, podemos fazer um interessantíssimo percurso pelo mundo literário da época e pelo mercado livreiro e suas técnicas de promoção. A relação entre a liberdade criativa e as condicionantes financeiras, levanta dúvidas sobre o amor às letras dos nossos ilustres e doutíssimos senhores, a impressão das suas obras não era gratuita, e como tal ou seriam financiadas à partida pelo próprio autor, ou por um mecenas, assumindo muitas vezes uma estratégia de risco onde a continuidade de impressão da obra ficaria directamente relacionada com o sucesso perante o público medido pelas suas vendas.¹ Vemos assim o iluminismo e a oferta de aceder ao conhecimento como os principais sedutores de leitores ávidos por participarem na revolução cultural. Robert Darnton trata desta questão no seu livro “*O Iluminismo como Negócio*” onde analisa a forma como uma das mais emblemáticas obras do Iluminismo, a *Encyclopédie* de Diderot e d’Alembert, foi comercializada e usada como uma mera mercadoria, extremamente rentável, dando azo a cópias, imitações, falsificações, estranhas reedições, ou mesmo adulterações do conteúdo da obra.² Fenómeno que de certa forma perverteu a beleza original do espírito da *Encyclopédie*, colocando os editores da obra, sequiosos pelo lucro fácil do negócio, ao lado da febre dos compradores, estes mais interessados em adquirir o “livro da moda” do que propriamente em se ilustrarem com o seu conteúdo.³

¹ O mercado livreiro da época era constituído por “agentes de difusão”: livreiros (grupo que defendia o seu espaço corporativo e a sua pertença a um ofício mecânico que requeria uma aprendizagem específica), mercadores de livros (sobretudo estrangeiros e contratadores), os cegos vendedores de rua (tipicamente pertencentes à Irmandade do Menino Jesus dos Homens Cegos), e os vendedores de livros. DOMINGOS, Manuela, *Livreiros de Setecentos*, Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, 2000, pp. 58-59.

² Segundo, Robert Darnton, os livreiros e editores do século XVIII para venderem os seus livros “diziam ao público o que julgavam ser necessário” DARNTON, Robert, *O Iluminismo como Negócio. História da Publicação da “Enciclopédia” 1775 – 1800*, Companhia das Letras, São Paulo, 1996, p.403.

³ “Os livreiros percebiam que estavam participando de um vasto processo pelo qual as ideias transitavam por artérias comerciais, vertiam e penetravam nos rincões mais afastados do continente. Sabiam que eram agentes do Iluminismo, não por se sentirem comprometidos com a difusão das Luzes, mas porque negociavam com ele.”, *Ob. Sup. Cit.*, p. 409.

Os autores de livros de uma forma geral preocupavam-se em dirigir as suas obras para um público ilustrado, tentando elevá-las a uma necessidade vital para o homem culto ou para aquele que desejava ilustrar-se. Os livros tornavam-se assim como um convite para a *iluminação*, onde o conhecimento e os mistérios do mundo e da natureza apareciam agora encadernados em couro, ao alcance de qualquer um que estivesse disposto a comprá-los. As *luzes* tornaram-se assim num rentável produto, e à medida que o negócio em seu torno crescia muitas vezes a qualidade do *iluminismo* diminua. É aqui que podemos situar a estranha estratégia de comercialização da AHI, pouco comum para época, onde vemos o ilustre Frei Joaquim de Santa Rita direccionar a sua academia para o homem inculto, para o ignorante, para o pobre e humilde, pois a sua necessidade de se ilustrar era ainda maior do que a do abastado erudito. A ideia de fazer chegar o conhecimento a todos, de iluminar o povo, terá sido um dos grandes motes do iluminismo, mas que na prática é facilmente criticável por ter estado sempre associado às elites, sendo raros os exemplos de esforços reais de levar essa erudição literalmente a todos. Verney apelava às necessidades de escolarizar o povo, e assumiu a missão de vida de fazer todos os esforços para iluminar a nação em tudo o que pudesse, Frei Joaquim de Santa Rita criou uma academia imaginária de eruditos, com as portas abertas a todos mas principalmente aos humildes e aos ignorantes, virtudes essas também obrigatórias para os verdadeiros sábios. Este tipo de abordagem pelo autor, levado a um nível que ultrapassa outras obras do mesmo género na época, testemunha que as *luzes* não eram um produto exclusivo da fina aristocracia ou da alta burguesia, muitas vezes envoltas numa falsa sapiência, proprietárias de riquíssimas bibliotecas que pouco benefício traziam ao desenvolvimento das letras ou mesmo da Nação.

A AHI tem sido incluída no grupo de publicações periódicas portuguesas em voga no século XVIII, mas cabe aqui referir que esta classificação além de ser a comumente adoptada pelos raros estudos e referências sobre a obra, é também a mais fácil conclusão a tirar de análises superficiais e pouco aprofundadas da mesma. O facto da sua impressão ter sido realizada numa matriz de periodicidade aparentemente semanal, pelo menos no que diz respeito às conferências dos seis primeiros tomos, que sendo compostos por 52 conferências, cada uma impressa individualmente com as suas licenças necessárias, dá-nos a ideia de que seria publicada uma conferência por cada semana do ano aproximadamente. De facto, acreditamos que esse tenha sido o intuito original, mas pelos dados obtidos através da análise das datas de impressão de cada conferência essa conclusão é expressamente errada, pois as datas de impressão das conferências ao longo da vida da obra revelaram-se extremamente irregulares. Note-se também que essa periodicidade semanal deixa completamente de fazer sentido para o sétimo e oitavo tomos, pois estes passam a ser compostos por 40 conferências

cada, e a título de exemplo, as conferências deste último tomo demoraram 3 anos a saírem todas a público. Aquela periodicidade aparente dos primeiros tomos levou diversos autores a classificar a Academia dos Humildes e Ignorantes juntamente com os folhetos de cariz jornalístico ou informativo da época, como por exemplo vem referido na obra sobre a história do jornalismo do Alberto Bessa. A publicação periódica era uma forma bastante inteligente de comercializar um produto literário, e não um instrumento exclusivo da imprensa, e neste nosso caso parece-nos muito mais adequado tratar esta periodicidade como uma forma premeditada de dar um aspecto vivo à Academia, como se esta pela sua actividade fosse publicando o fruto do trabalhos dos seus membros, e por outro lado seria também uma forma de facilitar o acesso à obra, pois comprar um folheto de 8 páginas era muito mais económico do que adquirir uma obra completa de 480 páginas, criando igualmente condições para desenvolver um certo gosto pelo coleccionismo e um sentimento de pertença à Academia por parte dos leitores.

A actuação opressiva do governo liderado pelo Marquês de Pombal provocou o desaparecimento de periódicos publicados em Portugal, tendo dado origem a um aparente deserto de publicação periódica entre os anos de 1768 a 1777. E com eles terá também desaparecido a nossa Academia, pois apesar de o frontispício do último tomo conhecido, o oitavo, ter data de impressão de 1770, a última conferência publicada tem data de impressão de 1767. E esta parece-nos ter sido a principal causa da interrupção da Academia dos Humildes e Ignorantes, que como já analisado anteriormente, tinha programado muitas novidades para os seus leitores.

A impressão da obra da Academia dos Humildes e Ignorantes ocupou três tipografias de Lisboa. Inácio Nogueira Xisto terá sido o principal impressor da obra, imprimiu todos os frontispícios dos seis primeiros tomos, imprimiu em conjunto com outro impressor o primeiro tomo e teve o exclusivo de impressão dos outros cinco tomos. Foi também este o único a publicar em livro uma compilação dos índices desses primeiros seis tomos. Francisco Borges de Sousa foi o impressor conjunto do primeiro tomo da obra, tendo apenas participado na impressão de conferências deste tomo. Não temos certezas mas parece que este terá sido o primeiro impressor da obra, não sendo clara a razão de existirem dois impressores durante o lançamento inicial da obra. Por fim temos o prestigiado Miguel Manescal da Costa, impressor do Santo Ofício, que teve o exclusivo de impressão dos dois últimos tomos.

Passemos em revista algumas informações que foram possíveis obter sobre estes três impressores da obra, nomeadamente nos estudos de Ângela Barcelos Gama¹ e Maria Isabel

¹ GAMA, Ângela Maria Barcelos, *Livreiros, Editores e Impressores em Lisboa no século XVIII*, Coimbra, 1967.

Martins¹. Sobre Inácio Nogueira Xisto, sabemos que foi livreiro impressor, tinha a sua loja na Rua das Arcadas junto ao Pátio da Comédia na cidade de Lisboa, na sua oficina foram impressas obras entre 1749 e 1774². Sobre Francisco Borges de Sousa, sabemos que foi impressor entre 1757 e 1792, e vem mencionado na Gazeta de Lisboa entre os anos de 1757 e 1775, tendo a sua oficina tipográfica situada no Poço do Borratém ou na Bemposta Pequena, na cidade de Lisboa. A sua oficina, por volta de 1768, era considerada uma das mais importantes da capital.³ Por fim temos o conhecido Miguel Manescal da Costa, impressor do Santo Ofício, que tinha a sua oficina nas Pedra Negras em Lisboa. Este vem citado na Gazeta de Lisboa entre os anos de 1716 e 1760.⁴ Terá sido um dos mais prestigiados impressores portugueses na segunda metade do século XVIII, tendo a sua oficina sido anexada à Imprensa Régia depois desta ter sido fundada.⁵

¹ MARTINS, Maria Isabel, *Inventário dos Livreiros, Impressores e Mercadores de Livros de Lisboa, no século XVIII, citados na Gazeta de Lisboa*, Lisboa, 1985.

² Segundo Ângela Gama, Inácio Nogueira Xisto foi “Livreiro e Impressor, na sua oficina foram impressas obras de 1759 e 1774” in GAMA, Ângela Maria Barcelos, *Livreiros, Editores e Impressores em Lisboa no século XVIII*, Coimbra, 1967, p.79. Contudo esta data de início da sua actividade parece estar incorrecta, autora deveria ter em mente o ano de 1749, pois temos diversas conferências da AHI impressas em 1758 nesta oficina. E segundo Maria Martins, este impressor vem mencionado na Gazeta de Lisboa entre os anos de 1749 a 1752. Esta última informação, que pelo fim da Gazeta em 1760 tendo sido mais tarde retomado em 1778, não nos revela dados concretos sobre o período posterior àquela data, contudo deixa-nos a nota de que “em 1775 esta oficina aparece em nome da «Viúva de Inácio Nogueira Xisto»” ver MARTINS, Maria Isabel, *Inventário dos Livreiros, Impressores e Mercadores de Livros de Lisboa, no século XVIII, citados na Gazeta de Lisboa*, Lisboa, 1985, p.25. Sobre o ciclo de vida da Gazeta de Lisboa ver BELO, André, *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715 – 1760)*, ICS, Lisboa, 2001, p. 36.

³ Sobre este impressor ver: MARTINS, Maria Isabel, *Inventário dos Livreiros, Impressores e Mercadores de Livros de Lisboa, no século XVIII, citados na Gazeta de Lisboa*, Lisboa, 1985, p.18; e GAMA, Ângela Maria Barcelos, *Livreiros, Editores e Impressores em Lisboa no século XVIII*, Coimbra, 1967, p.73.

⁴ MARTINS, Maria Isabel, *Inventário dos Livreiros, Impressores e Mercadores de Livros de Lisboa, no século XVIII, citados na Gazeta de Lisboa*, Lisboa, 1985, p.48.

⁵ Sobre Miguel Manescal da Costa: “*Impressor, descendente de outro que havia fundado a oficina no começo do século XVII(...). Era uma das melhores oficinas de Lisboa. Era impressor do Santo Ofício, ao qual foi forçado a fazer declarações em 1753 acerca do que sabia sobre impressões clandestinas. Não declarou nada de substancia (...). Criada a Imprensa Régia, por alvará de 24 de Dezembro de 1768, a oficina de Miguel Manescal da Costa foi anexada àquela, passando a constituir a base material da nova imprensa. Este impressor «gozava de merecida reputação de bom mestre impressor e homem probo e instruído». Certamente por esse facto a direcção técnica e administrativa da Imprensa Régia foi-lhe confiada, a qual durou o largo período de 33 anos realmente fecunda e digna de todo o elogio. Quando em 1801 morreu, a Imprensa Régia perdeu a figura primordial do seu primeiro período de actividade.*” in GAMA, Ângela Maria Barcelos, *Livreiros, Editores e Impressores em Lisboa no século XVIII*, Coimbra, 1967, p.27.

Foram consultadas quatro colecções públicas da Academia dos Humildes e Ignorantes, apenas duas completas com os oito tomos conhecidos, uma com os sete primeiros tomos, outra com os seis primeiros, e uma outra com todos excepto com o quinto e oitavo volumes. Foi realizado um levantamento das datas e impressores de todas as conferências presentes em todos os tomos destas colecções, com o objectivo de traçar um pequeno mapa temporal do período de publicação da obra. Ao perceber a existência de reimpressões de conferências e reedições de tomos, tornou-se necessário realizar um levantamento exaustivo destes dados para possibilitar uma análise alargada e conjunta sobre a produção tipográfica da obra. Apresentamos em seguida algumas conclusões retiradas deste exercício, organizando a informação por tomos visto que estes tiveram tendencialmente uma produção sequencial¹.

Tomo I:

Temos conferências sem identificação do impressor, e algumas sem identificação do ano de impressão, quase metade das primeiras conferências do tomo I foram impressas em 1758, ano de início da obra, sem exclusividade de impressor, onde tanto nos aparecem conferências impressas na oficina de Inácio Nogueira Xisto, como na de Francisco Borges de Sousa e outras sem qualquer identificação do impressor. Detectamos o caso curioso de a mesma conferência com mesmo ano de impressão ter sido impressa nestes dois impressores diferentes, o que pode nos deixar especular sobre uma forte probabilidade destes dois impressores terem trabalhado em conjunto, possivelmente pelo sucesso que a obra teve na sua fase inicial, o impressor Inácio Nogueira Xisto, que foi sem dúvida o principal impressor dos seis primeiros tomos, não se percebendo muito bem o porquê da impressão deste primeiro tomo ter sido repartida com a tipografia de Francisco Borges de Sousa, que apenas imprimiu conferências do primeiro tomo durante os anos de 1758 a 1759. Uma possível explicação para este facto poderá ser já abordado aparente sucesso da obra nesta sua fase inicial, que poderá ter justificado a necessidade de ter dois impressores a trabalhar para satisfazer a procura.

Muitas vezes vemos em conferências idênticas, com o mesmo número, mesmo ano de impressão e mesmo impressor, umas terem o ano de impressão escrito em algarismo e outras terem o ano em numeração romana. O que revela que a mesma conferência poderá ter sido impressa mais do que uma vez no mesmo ano. As datas de impressão das conferências do primeiro tomo variam entre 1758 e 1760, a primeira edição das conferências terá começado a ser impressa em 1758 e terminado em 1759, e à medida das necessidades foram sendo reimpressas todas as conferências até 1760. O primeiro frontispício da obra é de 1760, o que

¹ Ver também anexo: Tabela de datas de impressão e impressores das conferências da Academia dos Humildes e Ignorantes.

significa que as conferências durante os 2 primeiros anos terão sido vendidas unicamente em separado e a última data conhecida de reimpressão do frontispício do primeiro tomo é de 1762. O que podemos concluir em primeiro lugar sobre estes dados da impressão do tomo I, é que foi copiosamente reimpresso e vendido pelo menos durante 4 anos, dado que vem mais uma vez confirmar o sucesso da obra. É também o único tomo onde existem duas tipografias diferentes a publicarem a obra ao mesmo tempo

Tomo II:

O segundo tomo da obra mantém a mesma dinâmica de reimpressões, vemos a mesma conferência a ser reimpressa em diversos anos, e vemos o mesmo caso de serem impressas em momentos diferentes do mesmo ano apresentando diferenças de detalhe. As conferências deste tomo foram impressas entre 1759 e 1761, com frontispícios de 1760 e 1762. A grande diferença em relação ao primeiro tomo é que todas as conferências foram impressas no Inácio Nogueira Xisto, conclusão retirada apesar de existirem algumas conferências sem identificação do impressor. A partir da quadragésima sexta conferência todas as conferências consultadas são de 1760, o que dá a entender que deixaram de haver reimpressões de conferências em anos diferentes. O que nos permite ver que, com excepção das reedições posteriores, da primeira conferência até à quadragésima quinta, a primeira impressão do tomo II deu-se durante 1759, e as conferências seguintes até à última deste tomo foram impressas em 1760, não se tendo encontrado nenhuma conferência destas impressa num ano posterior.

Tomo III e Tomo IV:

Todas as conferências destes dois tomos foram impressas em 1760 na oficina de Inácio Nogueira Xisto, não tendo sido encontrada nenhuma conferência reimpressa nas colecções consultadas. No entanto, detectaram-se duas edições distintas para os dois tomos em questão, apresentando frontispícios diferentes consoante as suas edições do ano de 1760 e do ano de 1762. Uma chamada de atenção para o ritmo de impressão excepcional desta fase, durante o ano de 1760 foram impressas 111 conferências da AHI, as 7 conferências finais do segundo tomo, e a totalidade das conferências do terceiro e do quarto tomos.

Tomo V:

Todas as conferências deste tomo foram impressas na oficina de Inácio Nogueira Xisto, da primeira conferência até à décima sexta no ano de 1761, e as seguintes no ano de 1762. Os frontispícios consultados deste tomo foram todos impressos em 1762, não havendo evidências de ter sido reeditado em anos subsequentes.

Tomo VI:

As conferências, e frontispícios, do tomo VI foram todas impressas em 1762, também na tipografia de Inácio Nogueira Xisto. Também este tomo provavelmente nunca terá sido reeditado.

Índex:

Os índices dos seis primeiros tomos foram publicados em livro, numa compilação intitulada “*Índex das Coisas mais Notáveis de que tratam os Seis Tomos das Academias dos Humildes, e Ignorantes*”, impresso por Inácio Nogueira Xisto em 1764. É curiosa a impressão deste título, porque parece transmitir a ideia de que a Academia dos Humildes e Ignorantes só seria composta por seis tomos, quando em 1764 data desta impressão, já se estavam impressas e seguramente em circulação todas as conferências do sétimo tomo. Parece-nos que Inácio Nogueira Xisto, tendo perdido o direito de publicar as novas conferências da Academia, possivelmente por algum desentendimento com o autor da obra que decidiu mudar de impressor, não ficou de braços cruzados a ver o rentável negócio deste sucesso literário passar para as mãos da concorrência, utilizando assim uma inteligente estratégia de negócio, com a publicação deste Índex em separado, pois não só estava a lançar no mercado uma útil novidade sobre a Academia, que além de ser um produto de enorme interesse para aqueles que teriam colecionado as conferências, completando-as assim agora com índices, e estava também a dar essa ideia enganadora de que Academia seria composta apenas por seis tomos dos quais ele era o impressor. Servia este índice também de catálogo do conteúdo da obra, e excelente forma de publicitar a venda de toda a sua coleção da Academia. A seguir ao título do Índex podemos ler: “*Na Oficina de Inácio Nogueira Xisto vendem-se os seis tomos das Academias dos Humildes e Ignorantes, com os seus índices, na mesma oficina a Santo António da Mouraria à entrada da Rua dos Cavaleiros.*” Relembro aqui também que na décima conferência do tomo VII, impressa em 1763, analisada anteriormente, o nosso Frei Joaquim de Santa Rita escreveu que alguém lhe tinha trasladado os Índices. O que leva a crer que estes foram impressos e comercializados sem a autorização do autor, mas mesmo assim da sua autoria.

E para compreendermos a dimensão da intriga, e talvez a verdadeira razão que terá motivado o autor a mudar de impressor, temos de olhar para quem imprimiu aquele folheto em 1758, nas costas de Santa Rita, atacando a veracidade da AHI. Esse folheto contendo aquela primeira assembleia de conclave à AHI apesar de não ter indicação do impressor, sabemos que os seguintes folhetos dessas assembleias foram impressos por Inácio Nogueira

Xisto. Ora Santa Rita, provavelmente só se teve conhecimento desse facto uns anos mais tarde, decidindo imprimir a sua obra com um novo impressor a partir de 1763, onde foi também publicada a sua reacção a esse ataque à sua academia.

Exercício mais difícil é o de tentar perceber as razões que levaram Inácio Nogueira Xisto, o impressor principal da AHI, a aceitar imprimir um texto que tenta desacreditar uma obra de êxito que ele próprio comercializava. Uma explicação plausível estaria no interesse deste em criar polémica e discussão em torno da obra, dando-lhe assim ainda mais visibilidade perante o público. Por outro lado, se colocarmos a hipótese de que o impressor principal da obra ter sido numa fase inicial Francisco Borges de Sousa, que foi um dos principais impressores de Lisboa, e sendo ambos em princípio concorrentes no mercado livreiro, Inácio Nogueira Xisto poderá ter tentado sabotar o sucesso da publicação da obra, ou de certa forma dissuadir Francisco Borges de Sousa de continuar a imprimir uma obra que estava a ser acusada de ser uma fraude, mas que ele acreditava que seria um sucesso comercial.

Mais uma observação interessante a fazer sobre estes índices dos tomos da AHI, reside no facto de estes terem sido compostos em forma de dicionário, constituídos por entradas de “A” a “Z” com os diversos tópicos do tomo e respectivas definições ou notas. De realçar que estes índices são da autoria de Santa Rita, e demonstram também uma certa influência enciclopedista e a vontade de organizar o conhecimento em forma de dicionário. Além disso, ao serem uma espécie de glossário são ao mesmo tempo uma útil síntese de toda a obra, contendo definições e anotações, aliando mais uma vez o valor do conhecimento, ao seu fácil acesso e ao seu valor comercial. O que ajuda a perceber a razão de ter sido vendido independentemente, mas essa n

Tomo VII:

O tomo VII foi impresso exclusivamente na oficina de Miguel Manescal da Costa. No ano de 1763 foram impressas da primeira à décima nona conferências, tendo as restantes conferências deste tomo sido impressas no ano de 1764. Todos os frontispícios consultados deste tomo datam do ano de 1765.

Tomo VIII:

Pela raridade deste tomo, apenas foram consultados dois exemplares, um deles em formato digital. Ambos com frontispício de 1770, data curiosa por ser três anos posterior à data da última conferência conhecida, e por ter sido impresso num período de forte opressão por parte do governo do Marquês de Pombal, que como já referido tinha proibido todas as

publicações deste género, que foram deixaram de aparecer impressas a partir do ano de 1768. É também de realçar que este frontispício foi impresso já com a licença da Real Mesa Censória ao contrário de todos os outros frontispícios e conferências da obra impressos com as três licenças necessárias antes dessa alteração nos órgãos de censura.

Retomando os nossos dados, foram então impressas no ano de 1765 todas as conferências da primeira à décima quinta, no ano de 1766 da décima sexta à trigésima, e no ano de 1767 as restantes conferências até à quadragésima. Estas conferências mantêm o mesmo averbamento de impressão “*Com todas as licenças necessárias*” como as dos tomos anteriores. As conferências terão sido publicadas e comercializadas numa primeira fase nos anos mencionados, e vendidas em tomos completos depois de 1770. De notar também que este tomo demorou 3 anos a ficar completo, talvez pelo facto de terem sido roubadas ao autor vinte e duas conferências como ele afirma queixoso na décima conferência do tomo sétimo¹. Além disso foram necessários ainda mais 3 anos, após a data de impressão da última conferência, para este fatídico tomo receber o seu frontispício.

Na décima quinta conferência deste tomo, que é a última impressa no ano de 1765 (a conferência seguinte tem data de impressão do ano de 1766), o que atendendo a uma chamada de atenção do *Ermitão* que o ano estava acabado, leva-nos a crer que o tempo da acção da história ficcionada, ou seja da vida da academia, e o seu momento da impressão não andariam muito distantes. Ao longo de toda a obra são sendo feitas referências temporais deste género, seja por ocasião de comemorar a Páscoa, seja por festejo de algum feriado religioso, mas que pela imprecisão das datas de impressão, pois apenas referem o ano, não nos permitem perceber esta dinâmica. Na conferência 22, deste mesmo tomo, impressa em 1766, é referido que o ano presente era o de 1762, o que a não ser fictício pode significar que essa conferência foi escrita nesse mesmo ano, o que nos deixa a ideia da existência de cerca de quatro anos entre o momento da escrita e o momento da sua impressão.

¹ Volta a mencionar esse facto: “*Faltou no Moreri traduzido e acrescentado, (disse o Letrado) por respeito de se perder o original manuscrito, o seguinte: (...)*” [AHI, T8, C5, p. 59].

4. Considerações finais

Denominavam-se de humildes, porque tinham essa modéstia em aceitar toda a gente, ignorantes porque todo o sábio só será sábio se for um ignorante, mantendo as portas abertas a todos aqueles que tinham vontade de se ilustrarem. A doutrina cristã alertava para os perigos da riqueza, da opulência e dos luxos, apresentando a humildade e a pobreza como caminhos certos para a salvação. Este desprendimento dos bens materiais e perecíveis esteve também sempre ligado a pensamentos filosóficos que tentaram mostrar o caminho para a sabedoria. A AHI poderia ser interpretada como uma obra de caridade literária, de compaixão para com os ignorantes, numa espécie de exercício de filantropia. O autor devoto a Santo Agostinho transportou também para a sua obra um certo espírito de solidariedade, um acto de bondade. Este sentimento de compaixão pelo próximo e pelos infelizes é característico do Iluminismo, sobretudo nas tentativas de descobrir as causas da pobreza e a sua relação com a organização sócio-económica.¹ Mas esteve também sempre associado aos conceitos de fraternidade e igualdade católica, assentes na máxima de amar o próximo, onde todos são irmãos e iguais aos olhos de Deus. Contudo durante o século XVIII, os filósofos das *luzes* foram construindo um novo conceito de igualdade, mais desprendido de doutrinas religiosas, e que mais tarde se tornou num dos pilares da Revolução Francesa.²

Uma academia para o homem comum, para o homem do povo, para o trabalhador, que ao contrário dos ociosos aristocratas não tinha tempo para se instruir nem posses para alimentar uma biblioteca. Apareceu assim uma irrecusável oferta que para além de satisfazer essa necessidade vital de adquirir conhecimentos, alimento indispensável da alma, abria o convite a pertencer a uma academia, coisa que até aí era exclusiva das classes altas. Através daqueles pequenos folhetos abriam-se as portas ao saber de centenas de livros, a histórias e relatos de todo o mundo, e passava-se de certa forma a ser também um membro da Academia dos Humildes e Ignorantes. A noção de povo para a época poderá ser definida como aquele que tinha de trabalhar para sobreviver, as classes operárias, ou mesmo os profissionais mecânicos, não sendo necessariamente pobres, pertenciam a este “terceiro estado” do antigo regime. Esse povo distinguia-se assim das elites aristocratas que não trabalhavam e poderiam ocupar o seu tempo livre na erudição. No entanto, as noções de povo surgem muitas vezes representadas pelos filósofos da época de uma forma extremamente pejorativa, sobretudo

¹ Ver: LOPES, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750 – 1850)*, 2 Volumes, Palimage Editores, Viseu, 2000, pp.31-32.

² Segundo REICHARDT, Roft, “*Égalité*” in FERRONE, Vincenzo e ROCHE, Daniel (dir.), *Le Monde des Lumières*, Paris, 1999, pp. 97-110.

porque pretenderam engrandecer a importância do papel do filósofo para a sociedade depreciando o homem comum, ignorante, iletrado, violento e mesmo irracional.¹ Um dos grandes contribuidores para esta noção foi Voltaire que nunca se conseguiu desligar da imagem de um povo cruel e irracional em contraposição à elevação intelectual de um filósofo.² Apesar da sua excessiva arrogância³ essa distinção que os filósofos faziam entre quem era e quem não era do povo tinha algumas bases empíricas, pois o povo era de uma forma geral iletrado, as suas manifestações sociais e políticas eram violentas, os seus hábitos culturais eram considerados vulgares aos olhos dos padrões da época, e a sua religiosidade eram extremamente supersticiosa.⁴ A preocupação em definir a condição de filósofo, atribuindo-lhe qualidades específicas como forma de diferenciação do homem comum, vinha contrapor o espírito disciplinado do primeiro aos que viviam encurralados num mundo de paixões e acções irreflectidas. E esta distinção é fundamental para compreender a existência muitas vezes despercebida de dois tipos de homens das *luzes*, com duas posturas diferentes, que apesar de unidos pelos mesmos ideais e princípios, percorreram caminhos bastante diferentes na construção da sociedade iluminada. Enquanto que uns assumiram a sua posição de superioridade intelectual produzindo e movendo-se num estrito grupo social constituído por indivíduos com capacidade para os compreender, ou assumindo um papel paternalista nas suas muitas tentativas de educar o povo. Outro grupo de agentes do iluminismo percebeu a necessidade fundamental de erradicar a ignorância e a superstição dos povos como primeiro passo para o sucesso do grande projecto das *luzes*.⁵ A divulgação literária e científica

¹ Ver artigo: PAYNE, Harry C., “*People, The*” in KORS, Alan Charles, *Encyclopedia of the enlightenment*, Oxford University Press, Oxford, 2003, vol. 2, pp. 260-265.

² Citações de Voltaire: “*everyone is not a philosopher*”; “*we have no deal with many scoundrels who have seldom reflected, with a multitude of brutal drunk, thieving little men.*”, in PAYNE, Harry C., *The Philosophes and The People*, Yale University Press, New Haven and London, 1976, pp. 18-19. “*The people is between man and beast*: PAYNE, Harry C., “*People, The*” in KORS, Alan Charles, *Encyclopedia of the enlightenment*, Oxford University Press, Oxford, 2003, vol. 2, p. 260.

³ Arrogância que condenou mais tarde o iluminismo: “The philosophes portrayed the ignorance of the *canaille* too often, too vociferously and too wittily to pass uncondemned in later, more democratic times.” PAYNE, Harry C., *The Philosophes and The People*, Yale University Press, New Haven and London, 1976, p.15.

⁴ *Ob. Sup. Cit.*, p.16.

⁵ “Committed from the early years of the Enlightenment to the destruction of ignorance and superstition, committed from the mid-century to the exposure of social wrong, the philosophers found in that mass of men called “people” a problematic and significant variable of the formula for Enlightenment.” *Ob. Sup. Cit.*, p.16.

funcionava assim em dois circuitos distintos: num circuito erudito¹, através de correspondências, conferências, participação em academias, nas universidades, etc., ou num circuito onde os filósofos tentavam fazer chegar essa divulgação ao maior número de pessoas, sobretudo através de publicações e folhetos direccionados para um público menos erudito ou através de propostas de reforma do ensino e da educação.

Fazer chegar o conhecimento a todos de uma forma humilde e despretensiosa, ilustrar o povo, era assim uma das máximas do iluminismo, bem presente no espírito da AHI. Podemos mesmo afirmar que o que distingue a nossa academia das outras academias da época, é o facto de esta se afirmar como uma “Academia do Povo”, dos pobres, humildes e ignorantes, para aqueles que não podiam usufruir das bibliotecas, para aqueles que trabalhavam. Não era uma academia elitista, o que pode ser interpretado como uma crítica por parte do autor, no sentido de satirizar o elitismo intelectual da época, que na realidade representa uma das fortes contradições do movimento das *Luzes*. Pois a procura pela razão pura, a ilustração e elevação do espírito humano, o reconhecimento da igualdade entre homens perante a luz da razão, desvirtuou-se nos movimentos sociais da época. O participar nestas academias eruditas tornou-se numa forma de ascensão social, uma moda. Possuir bibliotecas e colecções deixou de ser um instrumento de estudo para passar a ser uma demonstração material de prestígio social.² Obviamente que não se pretende generalizar este fenómeno, e muito menos desvalorizar o movimento da *Luzes* como o fizeram muitos autores, pois não esqueçamos que entre os falsos eruditos estiveram sempre os verdadeiros amantes do conhecimento e da ciência que à sua maneira foram também agentes da modernidade. Santa Rita colocou-se ao lado do homem comum, diversas vezes afirmando a sua ignorância, era ele também um homem do povo, mostrando que o ser erudito estava ao alcance de todos. Os membros eruditos da AHI eram personagens do povo, como que num apelo à humildade das elites. Entenda-se que a ignorância tinha um forte significado depreciativo na época, que além estar associada ao povo, à iliteracia, à falta de educação e até mesmo à irracionalidade como já foi referido, representava igualmente um dos grandes inimigos ao progresso das *Luzes*, visto pelos filósofos como o maior mal de todos. Ora esta solidariedade para com os ignorantes, além de um exercício de humildade católica, era uma tomada de posição. Para

¹ Sobre o conceito de popularização do iluminismo como um movimento elitista: CHISICK, Harvey, “*Popularization*” in KORS, Alan Charles, *Encyclopedia of the enlightenment*, Oxford University Press, Oxford, 2003, vol. 2, pp. 329-333.

² “The people dwelled in a world far different from the genteel and cosmopolitan society of philosophes.” In PAYNE, Harry C., *The Philosophes and The People*, Yale University Press, New Haven and London, 1976, p.19.

ajudar os desfavorecidos, para combater a ignorância, não bastava apenas dissertar sobre a sua condição e escrever teses de resolução, era necessário estar ao lado do problema para o resolver. Mas era também uma lembrança aos eruditos, uma astuta crítica aos intelectuais da época, baseada na filosofia socrática, pois para se ser um verdadeiro sábio era fundamental em primeiro lugar ter consciência da ignorância individual, e em segundo que a razão era infinita tal como o conhecimento, inatingível pela eterna limitação da condição humana.

A Academia dos Humildes e Ignorantes, foi de facto uma academia do século XVIII, fruto da imaginação do seu autor, alter-ego literário que deu luz e vida a um grupo de ficcional de eruditos. Vimos sair Joaquim de Santa Rita do anonimato em defesa da veracidade e honra da sua obra, obra essa que provocou a discussão pública, deu azo à criação de uma outra academia, e teve um enorme sucesso comercial principalmente na sua fase inicial. Uma obra inacabada provavelmente pelo poder opressor do governo de Pombal, que nas suas páginas nos deixou um legado literário de sublime interesse para o estudo e compreensão dos movimentos intelectuais do século XVIII em Portugal, tanto pelas inúmeras referências a autores portugueses e estrangeiros, como pelos diversos relatos de histórias e acontecimentos por todo o mundo. O que nos revela também um autor erudito e informado, com uma preocupação em conferir um carácter internacional à sua obra, partilhando as suas visões do mundo, sobretudo da Ásia, mas também da África e das Américas colonizadas. Traçou assim um olhar universalista, uma visão de povos e terras longínquos.

Obra incompreendida e pouco apreciada, mas uma peça incontornável do espírito Iluminista presente em Portugal, enquanto obra que tentou compilar todo o conhecimento, tornando-o fácil e acessível a todos, aspecto este que inevitavelmente suscita nos amantes do saber um luminoso desejo de querer conhecer mais sobre esta Academia dos Humildes e Ignorantes. No entanto é importante realçar que talvez tenha sido a única obra literária a criar verdadeiramente uma academia fictícia neste contexto de setecentos, mas não terá sido a única a promover uma súpula do conhecimento compendiado, nem a única a usar um espaço de sociabilidade imaginário recorrendo ao diálogo e a personagens doudas. A Academia dos Humildes Ignorantes, tendo sido pouco estimada em estudos sobre este período, poderá revelar-se como uma interessante fonte de informação, não só pelo que é predisposto pelo título deste trabalho, mas também por exemplo no campo de História da medicina, onde as referências tanto a autores como a médicos da época são inúmeras, também nas representações do mundo, sobretudo do oriente, de países asiáticos e das arábias.

Abre-se um novo olhar para esta obra, como um contributo prático para o ambicioso programa dos homens da *luzes* e da República das Letras que se fizeram ouvir numa tentativa

de secularização e de construção de uma sociedade mais humanitária, mais cosmopolita, mais civilizada, e mais livre. Porque o mais difícil nesse programa ilustrado era sobretudo quebrar as barreiras sociais existentes, e levar essas ideias ao povo iletrado e depreciado por um sistema de classes inflexível. O que os românticos do século XIX não perceberam foi que as revoluções de ideias não se fazem apenas em círculos elitistas, é preciso levá-las a todos, e que os motores dessas revoluções nem sempre são os eruditos autores que escrevem para uma restrita plateia de privilegiados, existiram outros, mais anônimos, mais desconhecidos, talvez até menos eruditos, mas que estiveram mais perto da realidade.

“Tal como outrora, ao longo de uma evolução em que o pensamento tomou muitos caminhos errados e becos sem saída, as observações da natureza proporcionaram aos homens, pouco a pouco, uma visão mais coesiva da concatenação dos fenómenos naturais, assim no nosso tempo os fragmentos do passado humano acumulados nos nossos espíritos e nos nossos livros, graças ao trabalho de muitas gerações, começam gradualmente a ordenar-se numa imagem mais coesiva das conexões históricas e do universo humano.”¹

Finalizo com a crença de que ainda muito se poderá descobrir sobre esta obra², talvez Santa Rita não tenha sido o único autor da obra, ou talvez tenha existido alguma verdadeira academia por detrás desta produção literária, tudo possibilidades de certa forma em aberto, onde também o curioso título comentado anteriormente *“Nicolau Tolentino ou o Cabrion da Litteratura de hoje: almanach para 1868, primeiro anno contendo 103 artigos de critica litteraria redigidos por alguns sócios da Academia dos Humildes e Ignorantes e offerecidos aos collegas da Academia das Sciencia”*³ nos inspira por ser uma imprevista e misteriosa continuidade da Academia dos Humildes e Ignorantes durante o século XIX.

¹ In ELIAS, Norbert, *O Processo Civilizacional*, Dom Quixote, Lisboa, 2006, p.717.

² Por exemplo desconhece-se o conteúdo das licenças de impressão da obra, as quais não foram encontradas impossibilitando a sua análise para este estudo, e que certamente poderiam conter informações de extrema relevância.

³ Referenciado nos estudos bibliográficos de Inocêncio como sendo da autoria de Francisco Augusto de Almeida e publicado em Lisboa no ano de 1867.

5. Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Évora, Processo n.º 4217, *Processo de Frei Joaquim de Santa Rita*, 15 de Julho de 1779.

Fontes Impressas

“*Abreviada Relação da Embaixada, que a Serenissima Magestade do Senhor D. João V Rei de Portugal, mandou ao Imperador da China, e Tartaria Yum Chim, pelo seu Embaixador Alexandre Metello de Souza Menezes (...)*” in MIRANDA, Francisco de Sá e, *Coleção e Escolha de Bons Ditos, e Pensamentos Moraes, Politicos, e Graciosos.*, Oficina de Francisco Borges de Souza, Lisboa, 1779.

ALMEIDA, Francisco Augusto de, *Nicolau Tolentino ou o Cabrion da Litteratura de hoje: almanach para 1868, primeiro anno contendo 103 artigos de critica litteraria redigidos por alguns sócios da Academia dos Humildes e Ignorantes e offerecidos aos collegas da Academia das Sciencias*. Typ. de J.G. de Sousa Neves, Lisboa, 1867.

ALMEIDA, Teodoro de, *Recreação Filozofica, ou dialogo sobre a Filozofia Natural, para instrução de pessoas curiozas, que não frequentaram as aulas*, Tomo I, Lisboa, 1751; Tomo II, Lisboa, 1752; Tomo III, Lisboa, 1752; Tomo IV, Lisboa, 1757; Tomo V, Lisboa, 1761; Tomo VI, Lisboa, 1762; Tomo VII, Lisboa, 1785; Tomo VIII, Lisboa, 1792; Tomo IX, Lisboa, 1793; Tomo X, Lisboa, 1800.

ALMEIDA, Teodoro de, *O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna ou Arte de Viver Contente em quaesquer trabalhos da vida... Segunda Edição corrigida por Seu Autor...*, Regia Oficina Typografica, 3 Tomos, Lisboa, 1786.

AMARAL, António Caetano, *Observações sobre as principiapes causas da decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto, em forma de dialogo, com o titulo de Soldado Pratico...*, Of. Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1790.

[Anónimo], *O Occulto Instruído, que para licito divertimento e honesta recreação se há de publicar dividido em diferentes partes. Numero 1*, Lisboa, na Oficina de Domingos Rodrigues, 1756.

Assertiones Philosophicas in Universos Metaphysicae libros, Ad Mentem Doct. Subtilis, Venerabilisque Magistri Joannis Duns Scoti Sustentandas, Patrocinante P. Fr. António A S. Teresia de Jesus, Artium Lectore, D. O. S. Fr. Antonius a Divo Josepho, Fr. Emmanuel a Corde Jesus, & Fr. Joachim a Sancta Rita, Ostenturi in Regifica Coenobii Dominae nostrae, & Divi Antonii prope Mafram palaestra die hujus mensis. Impresso na Ofic. de Miguel Rodrigues, Lisboa, 1744.

BARBOSA, José, *Epítome da Vida do Illustris. e Excelentis. Senhor D. Luiz Carlos Ignacio Xavier de Menezes, Primeiro Marquez do Loviriçal, Quinto Conde de Ericeira, do Conselho de Sua Majestade, Duas vezes Viso-Rey e Capitão General do Estado da Índia*, Oficina de António Isidoro da Fonseca, Lisboa, 1743.

BEZERRA, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros no Lima: ou conversaçoes eruditas sobre varios pontos de Historia Ecclesiastica, Civil, Litteraria, Natural, Genealógica, Antiguidades, Geographia, Agricultura, Commercio Artes, e Sciencias...* Real Oficina da Universidade, Coimbra, Tomo I 1785; Tomo II 1791. (Nota: foram consultados duas edições diferentes, que apesar de conterem as mesmas datas e locais de impressão, contêm estampas semelhantes mas de diferentes autores).

BLUTEAU, Rafael, *Vocabulário Portuguez e Latino...*, Coimbra, Tomo I e II, 1712; Tomo III e IV 1713; Tomo V, 1716; Tomo VI e VII, 1720; Tomo VIII, 1721.

BLUTEAU, Rafael, *Diccionario da Língua Portuguesa, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e accrescentado por Antonio Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Tomo Segundo, na Ofic. de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1789.

BRIASSON, Antoine-Claude, *Memoires pour servir a l'histoire des Hommes Illustres dans la Republique des Letres, avec un catalogue raisonné de leurs Ouvrages*, Paris, 1734, Tome XXVII.

C. J., *Miscellanea Curioza, e Proveitoza ou Compilação, tirada das melhores obras das naçoens estrangeiras*, Tomo I, Lisboa, Typografia Rollandiana, 1779.

COSTA, João Cardoso da, *Memorial Historico da Creação do Mundo Celeste e do Mundo Elemental em perguntas e respostas*, Oficina de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1754.

FEIJÓO, Benito Geronimo, *Theatro Critico Universal o discursos varios en todo o genero de materias, para desengano de errores comunes*, 8 volumes, Madrid, 1727-1740.

FEIJÓO, Benito Geronimo, *Ilustracion Apologetica al primero, y segundo tomo del Teatro Critico*, Madrid, 1773.

FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de, *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar*, Oficina de Bernardo da Costa de Carvalho, Lisboa, 1722.

FONSECA, João da, *Escola da Doutrina Christam, em que se ensina o que he o obrigado a saber o Christam. Ordenada por modo de Dialogo entre dous Estudantes hum Filozofa, por nome Marcelino, & outro Theologo, por nome Diodoro. Com exemplos accomodados ás materias, que se tratam...*, Officina da Universidade, Évora, 1688.

FREIRE, P. Francisco José (Pseud.: Cândido Lusitano), *Diccionario Poetico, para o uso dos que principião a exercitarse na Poesia Portuguesa. Na Offic. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno*. Tomo I. Lisboa, 1765.

J. J. de S. R. e S., *Assemblea I. Sobre a primeira Academia dos Humildes, e Ignorantes. Conclave I*. Lisboa, 1758, [pp. 1 – 8];

Segunda Assembleia, Que fizerão os Interessados no festivo Combate dos Touros do Campo Pequeno sobre distincões dos Cavalleiros, e a historia, que succedeo ao Velho a que eles foi, Dada á Luz por J. J. de S. R. e S., [pp. 9 – 16];

Terceira Assembleia, que fizerão os Festeiros do festivo Combate de Touros no Campo Pequeno este anno de 1760, sobre uma idea, que offereceo hum curioso para as entradas, Dada á Luz por J. J. de S. R. e S., Impressa na Ofic. de Ignacio Nogueira Xisto, Lisboa, 1760, [pp. 17 – 24];

Quinta Assembleia, Em que se mostra excederem os Modernas nas Sciencias aos Antigos. Dada á luz neste anno de 1760, por J.J. de S. R. e S., Impresso na Ofic. de Ignacio Nogueira Xisto, Lisboa, 1760, [pp. 33 - 40].

(Obra rara de autor anónimo, apenas identificado pelas iniciais J.J. de S.R. e S.. A “Assemblea I” foi consultada na Biblioteca Nacional de Lisboa, posteriormente foi consultada uma versão mais completa da obra que contem a primeira, segunda, terceira e quintas assembleias, esta versão foi cedida em fotocópias pela biblioteca de investigação independente *Newberry Library* de Chicago nos Estados Unidos da América.)

LOBO, Francisco Rodrigues, *Côrte na Aldeia e Noites de Inverno*, 2 volumes, Bibliotheca universal antiga e moderna, 62-63, Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1890.

MACEDO, António de Souza, *Mercurio Portuguez, com as novas da guerra entre Portugal e Castela*, Oficina de Henrique Valente de Oliveira, Lisboa, 1663.

MARIA, José de Jesus, *Academia Singular, e Universal, Histórica, Moral e Política, Eclesiástica, Scientifica, e Chronologica(...)*, Tomo Único, Oficina de Pedro Ferreiro, Impressor da Augustissima Rainha N. Senhora, Lisboa, 1737.

MORAIS, José Ângelo de, (pseud. Jozé Maregelo de Osan), *Palestra Admirável, Conversação Proveitosa, E noticia universal do Mundo. Distribuída por números e semanas. Para emprego da ociosidade, desterro da melancolia, e lição para recrear, e instruir a todo o estado de pessoas.*, Impresso na Ofic. de Francisco Borges de Sousa, nº I ao XII, Lisboa, 1759; nºXIV ao XVIII, Lisboa, 1760.

MORAIS, José Ângelo de, (pseud. Jozé Maregelo de Osan), *O Discípulo Instruído pelos Mestres mais Sábios nos segredos Natureaes das Sciencias, distribuído por semanas, em perguntas, e respostas, nas quaes terá, ó curioso leytor, não só lição, que te recree o animo, mas tambem (com pouco trabalho) adquirirás huma cabal noticia dos naturaes segredos, que com tanto desvelo, e estudo procurarão indagar os antigos, e modernos Escriitores.*, Impresso na Ofic. de Francisco Borges de Sousa, Semana Sexta, Lisboa, 1759.

MORAIS, José Ângelo de, (pseud. Jozé Maregelo de Osan), *Os Médicos Perfeitos: ou Novo Methodo de*

Curar todas as enfermidades, descoberto, e explicado pelos “Mestres de mais subtil engenho”, e applicado aos enfermos, pelos Doutores mais sábios., Impresso na Ofic. de Francisco Borges de Sousa, Nº VI, Lisboa, 1759.

NICERON, Jean-Pierre, *Memoires pour servir a lihistoire des hommes illustres dans la republique des lettres. Avec un catalogue raisonné de leurs Ouvrages. Tome XXVII.* Paris, 1734.

Obras de J.B. de A. Garrett, III (segundo do Theatro), Theatro de J. B. de Almeida-Garrett, II. Merope – Gil Vicente, Lisboa, 1841.

OLIVEIRA, Custodio José de, *Luciano sobre o modo de escrever a Historia, tranduzido na Língua Portugueza por...*, Regia Officina Typografica, Lisboa, 1771.

PADILHA, Pedro Norberto de Aucourt e, *Raridades da Natureza e da Arte, divididas pelos quatro elementos...*, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1759.

PAIVA, Manuel Joseph de, (Pseud. Silvestre Silverio da Silveira Silva), *Governo do Mundo em Seco, palavras embrulhadas em papéis, ou escritorio da razam, exposto no progresso de hum Dialogo, em que são interlocutores hum Letrado, o seu Escrevente, e as mais pessoas que se propuzerem.*, Oficina de Francisco Luiz Ameno, Impressor da Congregação Cameraria da S. Igreja de Lisboa, Lisboa, 1748.

PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de, *Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre, que para seu uso particular fazia*, Oficina de Joseph António da Silva Impressor da Academia Real, Lisboa, 1734.

SANTA CATHARINA, Fr. Simão António de, *Oraçoens Academicas*, Oficina da Musica, Lisboa, 1723.

SANTA RITA, Fr. Joaquim de, (pseud. D. F. J. C. D. S. R. B. H.), *Academia dos humildes, e ignorantes : dialogo entre hum theologo, hum philosopho, um ermitão, e hum soldado, no sitio de Nossa Senhora da Consolação : obra utilissima para todas as pessoas ecclesiasticas e seculares que não tem livrarias suas, nem tempo para se aproveitar das públicas....* , Impresso por Ignacio Nogueira Xisto. Tomo I, Lisboa, 1762; Tomo II, Lisboa, 1762; Tomo III, Lisboa, 1760; Tomo IV, Lisboa, 1762; Tomo V, Lisboa, 1762; Tomo VI, Lisboa, 1762.

SANTA RITA, Fr. Joaquim de, *Índex das Cousas mais Notáveis de que tratão os Seis Tomos das Academias dos Humildes, e Ignorantes. Obra Utilissima para pessoas ecclesiasticas, e seculares, que não tem livrarias suas, nem tempo para se aproveitarem das públicas.*, Impresso na Ofic. de Ignacio Nogueira Xisto, Lisboa, 1764.

SANTA RITA, Fr. Joaquim de, *Academia dos humildes, e ignorantes: no sitio de Nossa Senhora da Consolação sua protectora, dialogo entre hum theologo, hum letrado, um filosofo, hum ermitão, hum estudante, e hum soldado, que a todos os seus anjos, e santos advogados, especialmente a...*, Impresso por Miguel Manescal da Costa. Tomo VII, Lisboa, 1765; Tomo VIII, Lisboa, 1770.

Summario da Bibliotheca Lusitana, Oficina da Academia Real das Ciências, Tomo 3, Lisboa, 1787.

VERNEY, Luís António, *Verdadeiro Metodo de Estudar, para ser util à Republica, e à Igreja, proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*, Oficina de António Balle, 2 Tomos, Valensa, 1746.

Estudos

Academia das Ciências de Lisboa, *O iluminismo luso-brasileiro : sessão conjunta de membros da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras (19, 20 e 21 de Outubro de 2006)*, Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 2007.

AMZALAK, Moses Bensabat, *Os estudos económicos de Manuel Gomes de Lima Bezerra*, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa , 1959.

ANDRADE, Adriano da Guerra, *Dicionário de Pseudónimos e Iniciais de Escritores Portugueses*, Colecção

BN, 1999

ANDRADE, Alberto A. Banha de, *A Reforma Pombalina dos estudos secundários (1759 – 1771)*. 1º Volume, Coimbra, 1981.

ANDRADE, Alberto A. Banha de, *Verney e a projecção da sua obra*, Lisboa, 1980.

ANDRADE, Alberto A. Banha de, *Verney e a cultura do seu tempo*, Coimbra, 1966.

ANDRADE, Alberto A. Banha de, “*Luís António Verney*”, separata do Boletim do Instituto Vasco da Gama – 1958, Tipografia Rangel, Bastora-Goa, 1958.

ARAÚJO, Ana Cristina, *O Terramoto de 1755: Lisboa e a Europa*, Clube do Coleccionador dos Correios, 2005.

ARAÚJO, Ana Cristina, *A Cultura das Luzes em Portugal Temas e Problemas*, Livros Horizonte, 2003.

ARAÚJO, Ana Cristina, (Coord.), *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2000.

BELO, André, *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715 – 1760)*, ICS, Lisboa, 2001.

BERLIN, Isaiah, *Against to the current. Essays in the history of ideas*, N.Y./ Princeton, Princeton University Press, 2001.

BESSA, Alberto, *O Jornalismo: esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias...*, Livraria Editora, Lisboa, 1904.

BEZERRA, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros no Lima*, Edição fac-similada da 1ª com um volume suplementar de estudos, 3 Volumes, Câmara Municipal de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1992.

BONNANT, Georges, *Les libraires du Portugal au XVIIIe siècle vus à travers leurs relations d'affaires avec leurs fournisseurs de Genève, Lausanne et Neuchâtel*, Sep. de: "Arquivo de Bibliografia Portuguesa", Ano VI, nº 23-24, Coimbra, 1961.

BRAGA, Teófilo, *História da Literatura Portuguesa: Recapitulação, Volume 4 – Os Arcades*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 2005.

CALAFATE, Pedro, *História do Pensamento Filosófico Português*, Volume III, “As Luzes”, Lisboa 2001.

CARVALHO, Flávio Rey de, *Um Iluminismo Português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*, Annablume, São Paulo, 2008.

CARVALHO, José G. Herculano de, *Um Tipo Literário e Humano do Barroco: O “Cortesão Discreto”*, Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Vol.26, Coimbra, 1963.

CASTELO BRANCO, Fernando, “*Significado Cultural das Academias de Lisboa no século XVIII*”, in *Portugaliae Histórica*, vol. I, Lisboa, 1973.

CHISICK, Harvey, “*Popularization*” in KORS, Alan Charles, *Encyclopedia of the enlightenment*, Oxford University Press, Oxford, 2003, vol. 2, pp. 329-333.

COSTA, Padre Avelino de Jesus, *Normas de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática, Coimbra, 1993.

CUNHA, Norberto Ferreira da, *Elites e Académicos na Cultura Portuguesa Setecentista*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

CUNHA, Norberto Ferreira da, “*A Física do Corpo Humano em Luís António Verney*” in *Verney e o Iluminismo em Portugal. Actas do Colóquio «Verney e a Cultura do seu Tempo»*, realizado na Universidade do Minho em 2 e 3 de Abril de 1992, Braga 1995.

CURADO, Ana Lúcia e J.M. Curado, “*Cartas italianas de Verney*”, Braga, 2001.

- DARNTON, Robert, *Édition et Sédition. L'univers de la littérature clandestine au XVIIIe siècle*, Gallimard, Paris, 1991.
- DARNTON, Robert, *O Iluminismo como Negócio. História da Publicação da "Enciclopédia" 1775 – 1800*, Companhia das Letras, São Paulo, 1996.
- DIAS, Eurico José Gomes, *Representações da Idade Média na imprensa periódica portuguesa entre a Restauração de 1640 e a Revolução Liberal de 1820*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Porto, 2007.
- DIAS, José Sebastião da Silva, *Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)*, Sep. Biblos, XXVIII, 1952.
- DOMINGOS, Manuela, *Livreiros de Setecentos*, Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, 2000.
- EISENSTADT, S. N., *Múltiplas Modernidades*, Ensaios, Coleção Estudos Políticos, Livros Horizonte, Lisboa, 2007.
- ELIAS, Norbert, *O Processo Civilizacional*, Dom Quixote, Lisboa, 2006.
- FERREIRA, João Palma, *Literatura Portuguesa histórica e crítica*, Imp. Nac.-Casa da Moeda, Lisboa, 1985.
- FERREIRA, João Palma, *Academias Literárias dos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, 1982.
- FERRONE, Vincenzo e ROCHE, Daniel (dir.), *Le Monde des Lumières*, Paris, 1999.
- FONSECA, Martinho da, *Subsídios para um dicionário de pseudonymos, iniciaes e obras de escriptores portugueses*, Typ. Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1895.
- FONSECA, Paulo A., "As Gravuras Impressas na Academia dos Humildes e Ignorantes" in *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. XXI, 2ªSérie, Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, 2005.
- GAMA, Ângela Maria Barcelos, *Livreiros, Editores e Impressores em Lisboa no século XVIII*, Coimbra, 1967.
- GUEDES, Fernando, *O livro e a leitura em Portugal. Subsídios para a sua historia, séculos XVIII-XIX*, Editorial Verbo, Lisboa; São Paulo, 1987.
- GOMES, Joaquim Ferreira, "Luís António Verney e as Reformas Pombalinas do Ensino" in *Verney e o Iluminismo em Portugal. Actas do Colóquio «Verney e a Cultura do seu Tempo»*, realizado na Universidade do Minho em 2 e 3 de Abril de 1992, Braga 1995.
- GORDON, Daniel (Edit.), *Postmodernism and the Enlightenment: new perspectives in eighteenth-century French intellectual history*, Routledge, New York, 2001.
- HANKINS, Thomas L., *Ciência e Iluminismo*, Coleção História e Filosofia da Ciência, Porto Editora, Porto, 2002.
- HAZARD, Paul, *O pensamento europeu no século XVIII: de Montesquieu a Lessing*, Presença, Lisboa, 1989.
- HAZARD, Paul, *Crise da Consciência Europeia*, Edições Cosmos, Lisboa, 1948.
- HESPANHA, António Manuel, *As Vésperas do Leviathan: Instituições e poder político. Portugal – séc.XVII*, Livraria Almedina, Coimbra, 1994.
- HOF, Ulrich Im, *A Europa no Século das Luzes*, (tradução de: Maria Antónia Amarante) Editorial Presença, Lisboa, 1995.
- ISRAEL, I. Jonathan, *Les Lumières Radicales. La Philosophie, Spinoza et la naissance de la modernité (1650 – 1750)*, Paris, Ed. Amsterdam, 2005.
- KORS, Alan Charles, *Encyclopedia of the enlightenment*, 3 vols., Oxford University Press, Oxford, 2003.

- Lello Universal, *Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*, 2 volumes, Lello&Irmão Editores, Porto, 1986.
- Logos, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, 5 volumes, Verbo, Lisboa, 1989-1992.
- LOPES, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750 – 1850)*, 2 Volumes, Palimage Editores, Viseu, 2000.
- LOPES, Maria Antónia, *Mulheres, espaço e sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, 1989.
- MALAFAIA, Eurico Brandão de Ataíde, *António de Araújo de Azevedo. Conde da Barca: diplomata e estadista 1787-1817. Subsídios documentais sobre a época e personalidade*, Arquivo Distrital de Braga, Universidade do Minho, Braga, 2004.
- MARCIL-LACOSTE, Louise, *Claude Buffier and Thomas Reid. Two Common-Sense Philosophers*, McGill-Queen's University Press, Québec, 1982.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História da Maçonaria Portuguesa, Volume 1, Das origens ao triunfo*, Lisboa, 1990.
- MARTINS, Maria Isabel, *Inventário dos Livreiros, Impressores e Mercadores de Livros de Lisboa, no século XVIII, citados na Gazeta de Lisboa*, Lisboa, 1985.
- MEIRINHOS, José Francisco, "Escotistas portugueses dos séculos XIV e XV" separata de L.A. de Boni et al. (org.), *João Duns Scotus (1308-2008). Homenagem dos scotistas lusófonos*, Ed. EST, Porto Alegre, 2008, pp. 330-347.
- MONCADA, L. Cabral de, "Século XVIII – Iluminismo Católico. Verney: Muratori", in *Estudos de História do Direito*, vol. 3, Coimbra, 1950.
- MONCADA, L. Cabral de, "Um "Iluminista" português no século XVIII: Luiz António Verney, com um apêndice de novas cartas e documentos inéditos.", Coimbra, 1941.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José. Na Sombra de Pombal*, Coleção Reis de Portugal, Circulo de Leitores, Rio de Mouro, 2006.
- MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva, *No Alvorecer do «Iluminismo» em Portugal. D. Francisco Xavier de Menezes, 4º Conde da Ericeira*, separata da Revista de História Literária de Portugal, I, Coimbra, 1962.
- MOTA, Isabel Ferreira da, *A Academia Real da História Portuguesa: Uma Instituição no Movimento Iluminista Ibero-Americano*, in X Congressos das Academias Ibero-Americanas da História. Ibero-América. Convergências e Reptos: Justiça, Propriedade, Instituições, Liberdade e Segurança, Actas 2 a 5 de Novembro 2006, I Volume, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 2006.
- MOTA, Isabel Ferreira da, *Sociabilidade e comunicação na República das Letras. Um Estado Sem Fronteiras?*, separata da Revista de História das Ideias, vol.26, Faculdade de Letras, Coimbra, 2005.
- MOTA, Isabel Ferreira da, *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*, Coimbra, 2003.
- MOTA, Isabel Ferreira da, *Os historiadores, o mecenato e o clientelismo. Autonomia e dependência (1700-1750)*, separata da Revista de História das Ideias, Vol. 19, Faculdade de Letras, Coimbra, 1997/98.
- OUTRAM, Dorinda, *O Iluminismo*, Temas e Debates, Lisboa, 2001.
- PAIS, Amélia Pinto, *História da Literatura em Portugal*, Areal Editores, Lisboa, 2004.
- PAYNE, Harry C., "People, The" in KORS, Alan Charles, *Encyclopedia of the enlightenment*, Oxford University Press, Oxford, 2003, vol. 2, pp. 260-265.
- PAYNE, Harry C., *The Philosophes and The People*, Yale University Press, New Haven and London, 1976.
- PIWNIK, Marie-Helene, *O Anónimo. Journal Portugais du XVIIIe siècle (1752-1754), Lecture, Introduction et Notes*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1979.

“Poetas da Arcádia. Pedro António Corrêa Garção” in *O Panorama –, Semanário Litterario e Instructivo. Volume IX, Primeiro da Terceira Serie*, Lisboa, 1852.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, “Verney e a Inquisição” in *Verney e o Iluminismo em Portugal. Actas do Colóquio «Verney e a Cultura do seu Tempo»*, realizado na Universidade do Minho em 2 e 3 de Abril de 1992, Braga, 1995.

REICHARDT, Roft, “Égalité” in FERRONE, Vincenzo e ROCHE, Daniel (dir.), *Le Monde des Lumières*, Paris, 1999, pp. 97-110.

REIS, Fernando Egídio, *Felicidade, Utilidade e Instrução. A Divulgação Científica no Jornal Enciclopédico Dedicado à Rainha 1779; 1788 – 1793; 1806*, Coleção Ciência e Iluminismo, Porto Editora, Porto, 2005.

ROCHE, Daniel, *Le Peuple de Paris – essai sur la culture populaire au XVIIIe siècle*, Collection historique, Editions Aubier-Montaigne, Paris, 1981.

RODRIGUES, Manuel Augusto, “Verney e a Renovação dos Estudos Teológicos, in *Verney e o Iluminismo em Portugal. Actas do Colóquio «Verney e a Cultura do seu Tempo»*, realizado na Universidade do Minho em 2 e 3 de Abril de 1992, Braga 1995.

ROSENTHAL, Laura J., e CHOUDHURY, Mita (editores literários), *Monstrous dreams of reason : body, self, and other in the Enlightenment*, Lewisburg, PA: Bucknell University Press; London: Associated University Presses, Londres, 2002.

SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo, (dir.), *Dicionário da história de Lisboa*, Lisboa, 1994.

SANTOS, Maria de Lurdes Costa Lima dos, *Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos*, 1ª Edição, Presença, Lisboa, 1988.

SILVA, Inocêncio Francisco da, e ARANHA, P. V. Brito, *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha. Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves*, Lisboa, Imprensa Nacional, 23 vol., 1858-1923 [versão CD].

SILVA, Vítor Aguiar e, “Barroco e Neoclassicismo na Retórica e na Poética de Verney”, in *Verney e o Iluminismo em Portugal. Actas do Colóquio «Verney e a Cultura do seu Tempo»*, realizado na Universidade do Minho em 2 e 3 de Abril de 1992, Braga 1995.

SOUSA, José Manuel Motta de, e VELOSO, Lúcia Maria Mariano, *História da Imprensa Periódica Portuguesa – Subsídios para uma bibliografia*, Catálogos e Bibliografias – 4, Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1987.

TAVARES, Pedro Vilas Boas, “Experimentalismo, iluminismo e fisiocratismo na obra de um cirurgião moderno evocando Lima Bezerra 1727 – 1806” in *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literatura*, 05, Universidade do Porto, 1988.

TORRES, Amadeu, “A Preconizada Reforma Verneyana e o Filosofismo Gramatical Coevo”, in *Verney e o Iluminismo em Portugal. Actas do Colóquio «Verney e a Cultura do seu Tempo»*, realizado na Universidade do Minho em 2 e 3 de Abril de 1992, Braga 1995.

Outras fontes:

Biblioteca Nacional de Portugal, Site Oficial: <http://www.bn.pt/>.

Câmara Municipal do Concelho de Peniche, Site Oficial: <http://www.cm-peniche.pt/>.

Torre do Tombo Online: <http://ttonline.iantt.pt/>.

Imprensa Nacional Casa da Moeda, site Oficial: <http://www.incm.pt>.

Artigo da *Wikipédia* sobre *Thomas Sydenham*: http://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Sydenham.

Vocabulário Português e Latino de Raphael Bluteau, site oficial do Instituto de Estudos Brasileiros: <http://www.ieb.usp.br/online/>.

ANEXOS

Transcrição: Assembleia I. Sobre a primeira Academia dos Humildes, e Ignorantes. Conclave I

“Assembleia I. Sobre a primeira Academia dos Humildes, e Ignorantes. Conclave I.
Lisboa: MDCCLVIII.

Com todas as licenças necessárias.

CONCLAVE I

Nesta Cidade fundação de Ulisses, universal Empório do mundo, Metropolitano Reino, Coroa da Europa, e Corte dos Fidelíssimos Monarcas Portugueses, em uma tarde do mês de Agosto, a tempo que esse planeta quarto quase cadáver da luz, buscava para sepultar-se o cristalino mausoléu das ondas, saio a passeio o certo jarra desta Corte, e prosseguindo seus passos, foi prostrar-se em uma botica, a tempo que nela se achava hum Cirurgião, e travando conversa noticiosa, foi dela o principal assunto a nova Academia dos humildes, e ignorantes, disse ele: ora meus senhores, tem dado facilmente atenção não só a mocidade ociosa, mas também á velhice cansada esta obra; tendo por apaixonada a fama em seus aplausos, deixando por causa dos bons conceitos aos olhos, e á experiencia o desengano de tanta raridade, como se nos propõem, porém eu: *Continuou o bom velho*, que faço depois de amanhã 72 anos, me não posso capacitar a tudo quanto vejo proposto: por quanto o principal cuidado de quem escreve para o publico, deve ser o proveito comum, tanto na verdade, e pureza das noticias, como procurando (sem se afastar da matéria que trata) dar bons conselhos; porque só assim se dá utilidade aos humildes, e instrução aos ignorantes.

Diz muito bem: *Respondou o Cirurgião*, pois não sei que a hum ignorante possa servir de utilidade alguma, lição de uma matéria, que me parece que ainda a pessoa nenhuma se propôs em primeiro lugar; e a razão é; porque a ignorância para ser instruída, por isso mesmo que é ignorância, se lhe devem propor matérias menos altas: assim é *disse o jarra*, e não a forma com que estes Académicos propondo a sua matéria com respeito, e utilidade comum, como eles dizem na primeira lauda de sua primeira conferencia, acabam com noticias de terras tão longínquas que parece, querem que os ignorantes, ao menos andem desterrados no juízo, se como discretos duvidando de tais noticias quizerem averiguar a verdade, ou falsidade delas; e assim falando destas coisas, conforme o juízo que Deus me deu, pelo que respeita á criação do mundo, e tudo a este respeito tratado, é matéria que não só tenho lido em vários livros, que por tantos, se acham as impressões fatigadas; mas também ouvido a vários pregadores Teólogos; porém há de haver terra de que se faça pão, essa não se me

mete! E muito menos, que os da China a comam cozida? Estas coisas meus Senhores, vem tão nuas da verdade, que se não podem acreditar? Que queiram os humildes, e ignorantes capacitar-nos haver criaturas com qualidade de sapos, de quem se diz (que também o não sei) se sustentam da terra, ou como dizem outros, que com vento se sustenta o Camaleão? Desejara me dissessem quem viu isso? Que experiência tem, ou se provou já o bocado? Em fim como diz o Espanhol: *Cada uno esirañuda como Dios le ayuda* o certo é: *disse o Boticário*, que olhando com atenção á natural razão, nem ainda pela Química, se pode purificar a terra que fique capaz de sustento humano, que hum corpo se possa sustentar alguns dias sem comer, e só com agua, sim pode ser, porque este elemento em alguns corpos se reduz em substância, e já tem acontecido, e a experiência o tem mostrado, haver quem viveu somente com água três semanas, e Gaspar dos Reis no seu *Elysium Campus, quest. 58. Bruxell. 166,1 in fol.*, afirma, que viu viver uma mulher setenta e dois dias, com água somente.

Eu tive notícia certa: *Respondeu o Cirurgião* andando em visita às Boticas na Província do Alentejo o ano de 746. de que no termo da Vila de Ares, que é da Ouvidoria de Niza, pendenciando dois lavradores, ficara hum tão maltratado, que julgando-o o outro por morto, o lançara dentro de uma moita de Carvalho, junto a hum ribeiro, a quem os naturais chamam Setegéros, e por mais diligência que a mulher, e filhos deste fizeram, o não vieram achar, senão no fim de nove dias, o que causou admiração por estar vivo: e perguntando-lhe de que se sustentara: respondeu, que como não podia mover o corpo, e junto a si tinha a agua do tal ribeiro, dela bebia, quando a fome o apertava, e assim tinha passado aquele tempo desde que tivera as contendias com o outro lavrador a quem chamavam o caixeiro; isso sim *disse o jarra*, mas terra metida no buxo, em lugar de pão, são coisas, que nunca veio à imaginação das gentes, sempre ouvi dizer aos Médicos, e Senhores Cirurgiões, que ainda aquelas mulheres, que por vicio do útero comem barro de Estremoz, ou de outro qualquer lhe é tão nocivo (pelo ser à natureza) que em pouco tempo se lhe forma no estômago hum tumor, ou para dizer melhor, o ajunta a natureza por forma de ladrilho, de que sucede morrerem as mais delas obstruídas, senão se emendam: era preciso, que os homens tivessem tanto ácido fomentativo, como a galinha que digere pedras, ou como a Ema, que se sustenta com ferro; não senhores, não creio nada dessas arengadas, só creio na Lei de Cristo, e no que crê, e ensina a Santa madre Igreja de Roma.

Em quanto vossa mercê assim disser, *Responderam os dois* lhe não há de suceder mal: pois Senhores, visto vossas mercês convirem com o meu reparo, é preciso, que de hoje em diante vejamos com mais atenção estas Academias, e

fazermos também a nossa, ou o nosso Triunvirato sobre elas; para que não vão correndo tanto á rédea solta, e os pobres sapateiros, alfaiates, ferreiros, tanoeiros, algibebees, & *sci in ceteris*, vão gastando os seus dez reis; e o que mais é, que por se achar em letra redonda, as vão comendo com tal ânsia, que é grande aflição com que procuram as Academias; que os cegos se vem atónitos; e se lhe compusessem alguma oração santa, e boa, em ouvindo apregoar os cegos, nem palavra lhe dizem; e tanto é assim, que até os livrinhos de Santa Barbara não tem consumo, senão quando no Verão ouvem alguma trovoada, e isto é ainda naqueles que são tão medrosos como eu sou, E = sossegue Senhor Diogo Belo; *disse o Cirurgião*, pois tem razão no que propõem, e pelo que respeita a mim, convenho na Assembleia, e como o Senhor (falando para o Boticário) aqui se acha sempre patente, viremos duas tarde de cada semana fazer o nosso conclave, e nele daremos também algumas notícias que sirvam de utilidade ao comum, e não como os Académicos fazem, que mais escrevem para si, do que para os humildes, e ignorantes, e como vossa mercê (*para o jarra*) neste lugar faz a principal figura, será o que primeiro dê o arbítrio do que havemos tratar para assim discorrermos na matéria.

Ao que *disse o jarra*, bem conheço a minha incapacidade, porém, como diz o Espanhol: *muy confiada es la ignorancia* por fazer-lhe o gosto, direi. Que suposto tenho notícia de várias Ciências, e lido vários livros, em todos acho tanta controvérsia, com emendas dos mais modernos, que sobre elas escreveram, que me não atrevo a propor algumas delas; pois discorrendo pelas Matemáticas disciplinas; vejo Platão, e Aristóteles, com os antigos disseram, que eram oito os Orbes Celestes. El-rei D. Afonso o Sábio com os modernos, que dez; e todos se acham emendados, pelos que escreveram depois daqueles acrescentando o undécimo Céu imóvel, lugar dos Bem-aventurados. Na Astrologia, os Egípcios foras Oráculos, com os Persas, e Babilónios; cuja doutrina reprova Plotomeo Albumazar. Na Ciência natural, Platão, e Aristóteles andam encontrados, hum dizendo, que o mundo foi *ab eterno*, e outros, que teve princípio. Se da natureza da alma se lêem os Físicos, apenas se acham dois, que convenham; pois ainda os dois luminares da Filosofia se contradizem, como Macrobio refere no 2. Serm. cap. 13. Se chegamos à Medicina, Hipócrates, e Galeno, que são os Pólos dela, sempre estão discordes. Os Sofistas se encontram com Aristóteles no *capitul. de quantitate*, e no *capitul. relatorum*, contrário a si mesmo, sobre se *o par*, e *impar*, é próprio da quantidade, ou se reduz a relação. Nos Dialécticos, contra o que Aristóteles disse, que animal racional, se diz só o homem; e proferiu, que se compreendia também o Anjo; em fim, não refiro, por não cansar a

vossas mercês contrárias opiniões dos Matemáticos, e Gramáticos; e conluo, que em nenhuma destas Ciências me resolvo a propor documentos, que possam servir de utilidade aos ignorantes: o que mais me dita a razão, é o mostrar-lhes a obrigação que têm os pais de educar seus filhos, não só nas virtudes Morais, e Católicas, mas ainda a Ciência, ou Arte a que mais propensão tiverem; porque vejo tão pervertida a ordem da natureza nesta parte, que causa escândalo: sim Senhor: *disse o Boticário* a matéria é boa, e nela discorreremos; e como já são horas de dar tréguas á fadiga, para a semana trataremos dela, e faremos menção na segunda Assembleia á conferencia dos Académicos; no que conveio o Cirurgião, e todos disseram, e eu por eles: tenham vossas mercês muito boas noites.

FIM.”

Pessoas, autores e obras referenciadas na Academia dos Humildes e Ignorantes

(lista não exaustiva)

<i>Agostinho Gabrino</i> <i>Fundador da sociedade secreta Cavaleiros do Apocalipse em Roma</i>	[AHI, T7, C30, pp. 358-359].
<i>Alexandre Metello de Sousa Menezes</i> <i>Embaixador enviado à China por D. João V em missão diplomática</i>	[AHI, T4, C24, pp.185-186].
<i>André Ribeiro Coutinho</i> <i>Governador da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul no Brasil entre os anos 1737 a 1739</i> <i>Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T7, C4, p. 37].
<i>Andrea Pescionei</i> <i>Tradutor e autor</i>	[AHI, T5, C2, p. 9].
<i>Anselmo José de Sousa Calado</i> <i>Médico, filhos de Nicolau de Sousa</i>	[AHI, T4, C13, p.100].
<i>Antonie Van Leeuwenhoek</i>	[AHI, T8, C8, p. 91].
<i>António Cardim Froes (ou Troyes)</i> <i>Governador de Moçambique</i>	[AHI, T5, C1, pp.7 – 8]; [AHI, T7, C28, p. 333].
<i>António de Castro</i> <i>Boticário em Faro</i>	[AHI, T8, C11, p. 123]
<i>Baronio</i> <i>Autor de uma Cronologia</i>	[AHI, T5, C18, p. 137]
<i>Barros</i> <i>Fonte histórica da obra</i>	[AHI, T8, C12, p. 141]
<i>Benedito Feijóo (1676 – 1764)</i> <i>Filósofo, teólogo e ensaísta espanhol</i> <i>Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T3, C18, p.138] ; [AHI, T3, C21, p.161] ; [AHI, T3, C34, p.265] ; [AHI, T3, C35, p.280] ; [AHI, T4, C48, p.371] ; [AHI, T8, C12, p. 139].
<i>Bento de Moura</i> <i>Artífice português</i>	[AHI, T3, C49, p.391].
<i>Bernardino de Escalante, Fr. Gaspar da Cruz da Ordem dos Pregadores,</i> <i>Fonte histórica da obra</i>	[AHI, T8, C12, p. 141].
<i>Buffers</i> <i>Autor de uma Cronologia</i>	[AHI, T5, C18, p. 137].
<i>Calmet</i>	[AHI, T4, C45, p.357].

<i>Conde de Ericeira</i> <i>Historiador</i>	[AHI, T2, C1, p.2]; [AHI, T2, C2, p.10].
<i>Conde de Sandomil</i>	[AHI, T4, C12, p.94] ; [AHI, T8, C11, p. 131].
<i>Confúcio</i> <i>Filósofo Chinês</i>	[AHI, T4, C27, p.212].
<i>Cristiano Adricomio Delfo,</i> <i>Autor de uma Cronologia</i>	[AHI, T5, C18, p. 137].
<i>Curvo</i> <i>Médico</i>	[AHI, T4, C12, p91].
<i>Custódio António da Gama</i> <i>Capitão de mar e guerra da Nau Santa Teresa</i>	[AHI, T7, C29, p. 345].
<i>D. António Nigeli</i> <i>Bispo</i> <i>Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T4, C35, p.273].
<i>D. Fr. Francisco da Purificação</i> <i>Bispo de Pequim, da Ordem de Santo Agostinho</i>	[AHI, T4, C24, pp.185-186].
<i>D. José Martines de la Puente</i> <i>Historiador</i> <i>Ref. à obra: “Prologo do seu Compêndio de las historias, e descubrimientos de la Índia Oriental, etc. hasta Filipe Segundo de Portugal”</i>	[AHI, T8, C12, p. 140].
<i>D. Joseph Martines de la Puente</i> <i>Fonte histórica da obra</i>	[AHI, T8, C12, p. 141].
<i>D. Lourenço Martinez de Marcilha</i> <i>Tradutor da Cronologia de Adricomia Delfo</i>	[AHI, T5, C18, p. 137].
<i>D. Luís, 1º Marquês de Louriçal,</i> <i>5º Conde da Ericeira, vice-rei da Índia</i>	[AHI, T8, C11, p. 131].
<i>D. Rafael Bluteau</i> <i>Academia Real da História Portuguesa</i> <i>Ref. ao seu Diccionario Portuguez</i>	[AHI, T8, C35, p. 433].
<i>D. Simão de Castro</i> <i>Médico e Físico mor na Farmácia do Hospital de Goa</i> <i>Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T4, C12, pp.91-92] ; [AHI, T4, C12, p.94] ; [AHI, T4, C13, p.103] ; [AHI, T6, C9, p. 66] ; [AHI, T8, C8, pp. 88-90] ; [AHI, T8, C8, p. 92] ; [AHI, T8, C10, pp.117-119] ; [AHI, T8, C11, pp. 126-127] ; [AHI, T8, C11, p. 131].
<i>Diogo de Couto,</i> <i>Fonte histórica da obra</i>	[AHI, T8, C12, p. 141].
<i>Dom Diogo de Torres, Espanhol, Lente de Prima Matemática</i> <i>na Universidade de Salamanca</i>	[AHI, T8, C15, pp. 191-192].

<i>Doutor Anselmo José de Sousa Calado</i> <i>Médico</i> <i>Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T8, C11, p. 129].
<i>Doutor Francisco da Rosa Coutinho</i> <i>Médico</i> <i>Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T4, C12, p91]; [AHI, T4, C14, p.105]; [AHI, T8, C10, p. 119]; [AHI, T8, C11, p. 125].
<i>Doutor José Correia</i> <i>Médico</i>	[AHI, T4, C12, p.93].
<i>Doutor Máximo Moniz de Carvalho</i> <i>Médico</i>	[AHI, T4, C12, p.93].
<i>Fernão Lopes,</i> <i>Fonte histórica da obra</i>	[AHI, T8, C12, p. 141].
<i>Fr. António de S. Romão Monge Benedictino</i> <i>Fonte histórica da obra</i>	[AHI, T8, C12, p. 141].
<i>Fr. Francisco Xavier de Santa Elena</i> <i>Religioso de S. João de Deus</i>	[AHI, T7, C28, p. 333].
<i>Fr. Jorge da Apresentação,</i> <i>Missionário, Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho</i> <i>Filho do Desembargador Manuel Pinto de Mira, Embaixador</i> <i>do Rei D. João V na corte da Pérsia por Ordem de João da</i> <i>Saldanha da Gama</i> <i>Ref. à sua obra sobre a vida de Thamaz Coulikan</i>	[AHI, T7, C4, p. 37]; [AHI, T7, C10, p. 109].
<i>Fr. Jorge da Apresentação,</i> <i>Eremita de Santo Agostinho</i> <i>Embaixador na Pérsia</i>	[AHI, T7, C12, p. 139].
<i>Fr. Pedro Joyes</i> <i>Eremita de Santo Agostinho</i>	[AHI, T4, C48, p.372].
<i>Fragoso</i> <i>Médico</i>	[AHI, T4, C12, p91].
<i>Francisco Belleforest</i> <i>Autor</i>	[AHI, T5, C2, p. 15]; [AHI, T5, C2, p. 9].
<i>Francisco Pedro de Torres</i> <i>Médico</i> <i>Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T4, C14, p.105]; [AHI, T4, C14, p.107] ; [AHI, T8, C8, p. 96].
<i>Frederico Jamnes</i> <i>Talvez autor Francês</i>	[AHI, T6, C47, p. 375].
<i>Gabriel Thimotheo</i> <i>Gabriel Timóteo</i>	[AHI, T3, C30, p.240] ; [AHI, T4, C9, p.69] ; [AHI, T4, C48, p.370].
<i>Gazeta Portuguesa</i>	[AHI, T7, C8, pp. 89-90].

<i>Georgio Baglivi (George Baglivo ou Jorge Baglivo)</i> <i>Médico italiano</i>	[AHI, T3, C20, p.160]; [AHI, T4, C11, p88] ; [AHI, T8, C10, p. 114]; [AHI, T8, C10, p. 118].
<i>Góis do Algarve</i> <i>Médico</i>	[AHI, T4, C12, p91].
<i>Gomes Banhes,</i> <i>Fonte histórica da obra</i>	[AHI, T8, C12, p. 141].
<i>Jacobo de Castro Sarmento</i> <i>Médico</i> <i>Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T4, C12, p91]; [AHI, T8, C10, pp. 110-118]; [AHI, T8, C11, p. 122]; [AHI, T8, C11, p. 125].
<i>Jacobo Lumbrier</i> <i>Químico holandês</i>	[AHI, T4, C2, p16] ; [AHI, T4, C3, p17].
<i>João Curvo Semedo</i> <i>Médico</i> <i>Ref. à sua obra: Polianteia Medicinal</i>	[AHI, T8, C10, pp. 109-111].
<i>João da Saldanha da Gama (1674 – 1752) foi governador e capitão-general da ilha da Madeira, e vice-rei da Índia.</i>	[AHI, T7, C4, p. 37].
<i>João de Cristo,</i> <i>Romeiro de Lisboa, embarcou para a Índia na nau Santa Teresa</i> <i>Possível personagem fictícia</i>	[AHI, T6, C37, p. 293].
<i>João de Saldanha da Gama</i> <i>Vice-Rei da Índia</i>	[AHI, T6, C37, p. 293].
<i>João Pires</i> <i>Boticário da cidade de Tavira</i> <i>Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T6, C9, p. 67].
<i>Jorge Lalmet</i> <i>Engenheiro Alemão</i>	[AHI, T7, C6, p. 70].
<i>José António</i> <i>Médico em Tavira</i> <i>Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T6, C9, p. 67].
<i>José de Sousa</i> <i>Clérigo Ordem Seráfica</i>	[AHI, T7, C29, p. 345].
<i>José Joaquim Gomes de Sousa</i> <i>Boticário e filho de Simão Gomes de Sousa</i> <i>Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T4, C11, p87].
<i>Journal des Sçavans</i>	[AHI, T3, C20, p.165].
<i>Launai</i> <i>Autor</i>	[AHI, T5, C2, p. 15].

<p><i>Louis Moreri</i> *A obra inclui uma tradução acrescentada do Dicionário de Moreri [Tomo 7 e 8]: « <i>Le Grand Dictionnaire Historique, où la Melange curieux de l'Histoire Sacrée & Profane</i> »</p>	<p>[AHI, T7, C10, pp. 109-110] ; [AHI, T7, C10, p. 113] ; [AHI, T7, C24, p. 279] ; [AHI, T7, C24, pp. 282-283] ; [AHI, T7, C26, p. 310] ; [AHI, T7, <i>Índice do Sétimo Tomo da Academia dos Humildes, e Ignorantes</i>, p. 481].</p>
<p><i>Luís de Couto Feliz</i> <i>Guarda-Mor da Torre do Tombo</i> Possível contacto pessoal com o autor</p>	<p>[AHI, T4, C48, p.371]; [AHI, T7, C31, p. 363] ; [AHI, T7, C31, p. 367].</p>
<p><i>Luiz Coelho de Barbuda,</i> <i>Fonte histórica da obra</i></p>	<p>[AHI, T8, C12, p. 141].</p>
<p><i>Luiz de Parthema,</i> <i>Fonte histórica da obra</i></p>	<p>[AHI, T8, C12, p. 141].</p>
<p><i>Manuel Ângelo Vila</i> <i>Artífice português</i></p>	<p>[AHI, T3, C49, p.391].</p>
<p><i>Manuel de Faria</i> <i>Médico</i> Possível contacto pessoal com o autor</p>	<p>[AHI, T4, C12, pp. 91-92] ; [AHI, T4, C12, p.96] ; [AHI, T8, C10, p. 119].</p>
<p><i>Manuel Faria e Sousa</i> <i>Historiador</i></p>	<p>[AHI, T2, C1, p.1] ; [AHI, T2, C2, p.9] ; [AHI, T4, C33, p.262]; [AHI, T4, C37, p.302]; [AHI, T8, C12, p. 141].</p>
<p><i>Marco Paulo Veneto,</i> <i>Fonte histórica da obra</i></p>	<p>[AHI, T8, C12, p. 141].</p>
<p><i>Martim Martinez</i></p>	<p>[AHI, T4, C11, p88].</p>
<p><i>Mémoires de Trévoux</i></p>	<p>[AHI, T4, C3, p17] ; [AHI, T7, C31, p. 368].</p>
<p><i>Memórias da Academia Real das Ciências de Paris</i></p>	<p>[AHI, t3, c19, p.149] ; [AHI, T4, C3, p17] ; [AHI, T6, C47, p. 375]; [AHI, T8, C17, p. 203].</p>
<p><i>Mercúrios</i></p>	<p>[AHI, T4, C48, p.368].</p>
<p><i>Mestre Doutor Fr. José Lobo</i> Possível contacto pessoal com o autor</p>	<p>[AHI, T4, C1, p.4].</p>
<p><i>Mestre Monsieur de Venois</i> Possível contacto pessoal com o autor</p>	<p>[AHI, T4, C2, p.11].</p>
<p><i>Mestre Purificação</i></p>	<p>[AHI, T4, C48, p.371].</p>
<p><i>Mizer Pogio, Micer</i> <i>Fonte histórica da obra</i></p>	<p>[AHI, T8, C12, p. 141].</p>

<i>Morton</i> <i>Médico</i>	[AHI, T8, C10, p. 113].
<i>Newton</i>	[AHI, T3, C18, p.143] ; [AHI, T3, C22, p.173] ; [AHI, T8, C24, p. 285].
<i>Nicolau de Sousa</i>	[AHI, T4, C13, p.100].
<i>Nuno Mascarenhas Pessanha Lobo</i> <i>Cavaleiro e Fidalgo do Algarve.</i> <i>Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T4, C1, p.4].
<i>Manuel Correa comentador de Camões</i> <i>Fonte histórica da obra</i>	[AHI, T8, C12, p. 141].
<i>Fr. Jeronymo Roman</i> <i>Eremita de Santo Agostinho</i> <i>Fonte histórica da obra</i>	[AHI, T8, C12, p. 141].
<i>Padre Caetano Lopes</i> <i>Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T4, C2, p16].
<i>Padre D. Francisco José Mouzinho</i> <i>Ecónomo em Santa Maria de Torres Vedras</i> <i>Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T4, C13, p.103].
<i>Padre D.Thomaz Mangeart</i> <i>Monge de S. Bento da Congregação de S. Vannes, e Antiquário</i> <i>do Duque“ imprimiu em Bruxelas no ano de 1753”</i>	[AHI, T7, C31, p. 368].
<i>Padre Fr. Alberto de Brito</i> <i>Carmelitas Descalços</i> <i>Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T4, C10, p78].
<i>Padre Fr. Luís de Santa Maria</i> <i>Eremita de Santo Agostinho</i> <i>Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T4, C13, p.102].
<i>Padre Fr. Plácido</i> <i>Carmelita Descalço</i> <i>Confessor de Thamaz Koulikan</i> <i>Ref. à sua obra: ‘Asia apenas conhecida tantos séculos depois</i> <i>de comunicada”</i>	[AHI, T7, C9, p. 107] ; [AHI, T7, C10, p. 109].
<i>Padre João Baptista</i> <i>Congregação do Oratório</i> <i>Ref. à sua obra: Philosophia aristotelica restituta, et</i> <i>illustrata... de 1748.</i>	[AHI, T3, C18, p. 137].
<i>Padre José Pinto</i> <i>Congregação do Oratório</i>	[AHI, T7, C10, p. 109].
<i>Padre Kirker</i> <i>Ref. à obra Magnete</i>	[AHI, T3, C20, p.165].

<i>Padre Mestre Azevedo Carmelita calçado</i>	[AHI, T4, C13, p.100].
<i>Padre Mestre Doutor Fr. João de Jesus De Tavira Possível Missionário na Índia</i>	[AHI, T4, C12, p.95].
<i>Padre Mestre Fr. Inácio de Aguiar Ordem dos Pregadores, Vigário Provincial em Moçambique</i>	[AHI, T8, C24, p. 285].
<i>Padre Mestre Fr. João Salzedo Missionário, Ordem dos Pregadores, de Manila</i>	[AHI, T4, C24, pp.185-186].
<i>Padre Nicolau Possível Missionário na Índia</i>	[AHI, T4, C12, p.95].
<i>Padre Plácido Eremita de Santo Agostinho Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T4, C10, p78].
<i>Paulo Emílio Catani “Cirurgião Mor do exercito de Carlos III, natural da Alemanha” Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T8, C8, p. 92] ; [AHI, T4, C12, p91] ; [AHI, T4, C13, p.103] ; [AHI, T4, C12, p.96].
<i>Pedro de Alcântara Boticário e Cirurgião menor do Hospital de S. João de Deus de Moçambique</i>	[AHI, T5, C1, pp.7 – 8].
<i>Pedro Ordonhez de Zevalos Viagem do mundo Fonte histórica da obra</i>	[AHI, T8, C12, p. 141].
<i>Pierre Gassendi</i>	[AHI, T3, C18, p.143] ; [AHI, T3, C22, p.173].
<i>Pina Médico</i>	[AHI, T4, C12, p.91].
<i>Prior Caetano Ferreira Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T8, C8, p. 96].
<i>Recreação Filosófica Padre Theodoro de Almeida</i>	[AHI, T3, C49, p.389] ; [AHI, T8, C24, p. 285] ; [AHI, T8, C25, p. 291] ; [AHI, T8, C25, p. 297].
<i>René Descartes</i>	[AHI, T3, C18,143]; [AHI, T3, C22, p.173].
<i>Sebastião Madeira Médico Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T8, C11, p. 123] ; [AHI, T6, C9, pp. 68 – 69].
<i>Simão Gomes de Sousa Boticário, com botica na calçada de Santa Ana Possível contacto pessoal com o autor</i>	[AHI, T4, C11, p87].

<i>Thamaz Coulikan ou Thamaz-Koulikan</i>	[AHI, T7, C4, p. 37] ; [AHI, T7, C6, p. 70] ; [AHI, T7, C7, p. 78] ; [AHI, T7, C9, p. 107] ; [AHI, T7, C10, p. 109].
<i>Thomas Sydenham (1624-1689)</i> <i>Médico inglês</i>	[AHI, T4, C11, p88] ; [AHI, T8, C8, pp. 88-90] ; [AHI, T8, C10, p. 116].

